

MÔNICA DOS SANTOS QUARESMA

O SALVACIONISMO NA BAHIA: O POLÍTICO E A POLÍTICA
EM J. J. SEABRA (1912 - 1916)

MÔNICA DOS SANTOS QUARESMA

**O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra
(1912 -1916)**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a Orientação da
Profª. Dra. Vavy Pacheco Borges.

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
de Mestrado defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 5/8/99.

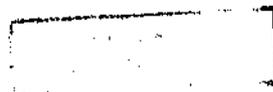
Prof. (a) Dr. (a) *Vavy Pacheco Borges (Vavy)*

Prof. (a) Dr. (a) *Mário Sérgio Cohen*

Prof. (a) Dr. (a) *Stela B. Franco*

Prof. (a) Dr. (a)

julho/1999



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	
V.º	0265
FOLIO	BC/39245
PREÇO	229,99
	0 <input type="checkbox"/> 0 <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R \$ 11,00
DATA	28/10/99
N.º CPD	

CM-00136597-3

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Q 26 s **Quaresma, Mônica dos Santos**
O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916) / Mônica dos Santos Quaresma. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Vavy Pacheco Borges.
Dissertação (mestrado) -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Seabra, J. J. . 2. Militares – Atividades políticas.
3. Elites políticas - Brasil. 4. Bahia - História. 5. Brasil – Política e governo – 1912-1916. I. Borges, Vavy Pacheco. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ao meu querido pai, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

A Vavy Pacheco Borges pela cuidadosa e exigente orientação ao longo do trabalho, criticando, sugerindo e incentivando. E sobretudo, pela atenção e bom humor em nossos encontros reais e virtuais.

Aos professores, Ítalo Tronca, do Departamento de História da UNICAMP, e Ilka Cohen, integrantes da banca de qualificação, pelas indicações e críticas que ajudaram a encaminhar algumas das questões deste trabalho.

A amiga paulista Flávia Birolli, pelo cuidado com os meus "assuntos burocráticos" e pela forma gentil como sempre me recebeu em Campinas. Sua ajuda foi essencial.

Aos funcionários da Biblioteca Central da Bahia; da Academia de Letras da Bahia, em especial ao diretor executivo Carlos Cunha; do Arquivo Público do Estado; da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em especial a bibliotecária Marina; da Fundação Clemente Mariani; da Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ) e da Biblioteca Nacional (RJ), por terem facilitado minha pesquisa documental nesses locais.

A Jonas que, na metade do trabalho, ajudou-me a suportar uma grande perda. E entendeu meu isolamento e envolvimento com a dissertação, dando-me mais do que carinho e estímulo, necessários para concluí-la no prazo.

A Paulina, pelo abstract.

E por fim, a Universidade Estadual de Feira de Santana agradeço a concessão da bolsa de pesquisa, bem como a liberação total das minhas atividades como docente na Instituição.

QUARESMA, Mônica dos Santos. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912 - 1916)*. Campinas, 1999, 213p. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

Durante a Primeira República, em especial entre 1910 - 1914, os Estados tiveram, diversas vezes, que enfrentar a intervenção federal. Esse período conturbado nas relações entre estados e governo federal a historiografia brasileira chamou de Salvações Nacionais. Objetivavam atingir os grupos oligárquicos instalados nos governos estaduais substituindo-os por governos salvacionistas, na maioria das vezes, militares. Na Bahia, o salvacionismo - tema do nosso trabalho - aconteceu durante o período em que J. J. Seabra era Ministro da Viação e candidato ao governo estadual. Mas o projeto salvacionista no estado constituiu uma exceção dentro do quadro dos estados atingidos pelas intervenções. Podemos dizer que fugiu ao padrão nacional: não foi antioligárquico, tampouco mero revezamento de grupos no poder; um dos mais violentos, resultou no bombardeio, em 10 de janeiro de 1912, e na efetiva ocupação militar, da capital baiana. Outra particularidade do "caso da Bahia", residiu no fato de que a "reação oligárquica", ou seja, o retorno das elites depostas pelas Salvações, não ocorreu na Bahia. E isso se deve a forma como se configurou o governo estadual de J. J. Seabra, eleito logo após a intervenção. Nosso trabalho teve como objetivo discutir o salvacionismo na Bahia, suas principais repercussões, a participação de J. J. Seabra no episódio, bem como parte da memória do bombardeio de 1912 associada ao primeiro governo de Seabra (1912 - 1916).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I- Historiografia e luta política	10
1.1- O tema na historiografia nacional	10
1.2- O tema na historiografia regional	27
1.3- A política baiana na Primeira República	37
1.4- A eleição de Hermes da Fonseca e o começo da ascensão estadual de Seabra	49
1.5- As eleições estaduais e o acordo de 1911.....	57
CAPÍTULO II: O Bombardeio da Bahia	
2.1-A renúncia de Araújo Pinho	60
2.2-O bombardeio de Salvador: a cidade em "chamas".....	71
2.3-Repercussão do bombardeio.....	97
2.3.1-Vozes locais.....	97
2.3.2-Repercussão nacional e no exterior	109
2.3.3-A luta travada no Supremo Tribunal Federal	126
CAPÍTULO III: O primeiro governo de Seabra : O "intruso" ministro no poder.....	139
3.1- A eleição e o primeiro governo (1912 - 1916).....	139
3.2- O novo "caso da Bahia": a cisão entre Seabra e Viana	148
3.3- Protestos populares no primeiro governo de Seabra: o "Comitê de Resistência contra a Carestia de Vida".....	164
3.4- O primeiro aniversário do governo: sobrevivem as repercussões do bombardeio.....	170
3.5- Inovações da administração de J. J. Seabra	175
3.6- A imagem de J. J. Seabra na memória e na historiografia baiana	195
CONCLUSÃO.....	202
Fontes	207
Anexos	
Abstract	

INTRODUÇÃO

A intenção inicial da pesquisa era fazer uma biografia do político José Joaquim Seabra: governador baiano por dois mandatos (1912 - 1916 e 1920 - 1924), foi também senador, deputado estadual e federal e ocupou pastas ministeriais nos governos de Rodrigues Alves(1902 - 1906) e Hermes da Fonseca (1910 - 1914). Tendo ingressado na política ainda no Império, dedicou cerca de sessenta e cinco anos à prática política, onde se destacou como um dos mais importantes políticos da Primeira República.

A pertinência do estudo da vida política de Seabra pode ser explicada por duas razões. A primeira seria por sua rica trajetória individual, evidenciada pelos diversos cargos públicos que ocupou; seu domínio político foi posto à prova em diferentes momentos, tendo sua trajetória política sido marcada por inúmeras controvérsias e polêmicas. A segunda residiria na quase inexistência de estudos mais sistemáticos sobre a fase de maior turbulência política que a Bahia conheceu na Primeira República (intervenção federal e bombardeio em 1912; revolta de coronéis e nova intervenção federal em 1920); ou seja, a Bahia conheceu momentos de grande instabilidade política durante as duas administrações de Seabra à frente do executivo estadual, e essa história política está a merecer investigação mais profunda. Nosso estudo é apenas uma contribuição nessa direção.

Devido às questões teóricas que dizem respeito ao exercício biográfico - particularmente àquelas pertinentes a relação entre o indivíduo e o contexto - pretendia-se com a biografia contribuir para elucidar alguns aspectos desse

período. Porém, tal empreendimento se revelou tarefa inviável no espaço reservado a uma dissertação de mestrado, obrigando a reorientação na direção da pesquisa. Por hora, o objetivo é mais modesto. A intenção é analisar pois, um dos momentos mais significativos da carreira política de Seabra e que tem relação direta com sua ascensão estadual: o episódio do "salvacionismo" na Bahia, termo pelo qual ficou conhecido o processo de intervenção federal durante o governo de Hermes da Fonseca. Outro objetivo deste trabalho é discutir ainda a participação de Seabra no episódio, suas principais repercussões, bem como parte da memória do bombardeio de 1912.

A Constituição Federal de 1891 permitia ao Presidente da República usar a força para restabelecer a ordem nos estados. Na Primeira República, os Estados tiveram, diversas vezes, que enfrentar a intervenção federal, mesmo quando a Presidência foi ocupada por civis; ou seja, no Brasil, as intervenções não foram atributos dos governos militares. A prática iniciou-se já no primeiro governo republicano, o de Deodoro da Fonseca, e tornou-se mais grave durante o período do governo Hermes (1910-1914) caracterizando o que a historiografia brasileira chamou de Salvações Nacionais¹. Desse modo, foram atingidos os Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Ceará, Alagoas, Rio de Janeiro e Espírito Santo. As tentativas salvacionistas fracassaram no Piauí, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, configurando um período conturbado nas relações entre estado e governo federal. Atuando principalmente nos Estados política e economicamente

¹ Das referências utilizadas nenhuma explica quem usou pela primeira vez o termo **Salvações Nacionais**. O primeiro texto sobre a intervenção ocorrida na Bahia a usar o termo é o de José de Sá, **O Bombardeio de Salvador e seus efeitos**, Bahia, Oficina do Diário da Bahia, 1918. O termo surgiu entre os militares e a

mais enfraquecidos do Norte e Nordeste, as Salvações Nacionais objetivaram derrubar governos estabelecidos substituindo-os por governos salvacionistas". Nos estados de Alagoas (general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes da Fonseca); Sergipe (general José Siqueira de Meneses); Espírito Santo (capitão Getúlio dos Santos); Pará (tenente coronel Lauro Sodré) e em Pernambuco (general Emídio Dantas Barreto, ex-ministro da Guerra) todos os empossados pelas salvações eram militares. Na Bahia, o salvacionismo aconteceu justamente durante o período em que J. J. Seabra era Ministro da Viação e candidato ao governo estadual.

O papel dos militares brasileiros como "salvadores" da ordem constitucional, quando essa se encontrava, segundo eles próprios, "ameaçada", é um elemento essencial para a compreensão do comportamento político desse grupo. A tradição do soldado como "salvador" no Brasil, com antecedentes na Península Ibérica, remonta ao início do século dezenove, perdurando até a ascensão de D. Pedro II no ano de 1840. Ao longo dos anos, esse "soldado-salvador" foi se transformando no servidor leal ao regime Imperial - vide Duque de Caxias - até exercer papel mais ativo no processo político durante os anos iniciais da República. Posteriormente, a utilização do Exército como instrumento de propósitos políticos se constituiu em prática recorrente no processo histórico brasileiro. Para Hunt, *"o papel político dos homens fardados variou com os diferentes estágios da evolução brasileira, mas já não restava qualquer dúvida, a*

idéia era de *"salvar o regime republicano"*. Essa tese foi encontrada também nos autores da história republicana citados ao longo do nosso trabalho.

partir de então, de que o soldado como tal seria aceito como membro da elite dirigente do Brasil."²

Quando a historiografia republicana trata do assunto Salvações Nacionais, os autores perfilam-se em dois grupos: o primeiro, destaca o caráter militar dessas intervenções, tomando o governo Hermes como "antioligárquico" e identificado com uma "ideologia de classe média". Essa tese foi contestada pelo segundo grupo, onde estão autores como Maria do Carmo Campello de Souza³ e José Murilo de Carvalho⁴, o qual, insiste na tese do mero revezamento no poder. Para esse grupo de estudiosos, as Salvações apontam para as dificuldades enfrentadas pelas elites dominantes estaduais para assegurar a continuidade de seu domínio. Esse grupo concluiu que as intervenções não permitiam antever quaisquer divergências mais profundas entre militares e representantes das "oligarquias", a não ser aquelas referentes à partilha do poder.

No entanto, existiram novos elementos nas intervenções do período hermista, pouco considerados pelos dois grupos, e que foram apontados num estudo de um brasilianista: "(...) (1) o uso indiscriminado de forças federais envolvendo diversos estados, e (2) a rivalidade existente entre as facções civil e militar do governo quanto à oportunidade (quando), à maneira (como) de efetuar as intervenções e sobre quem deveria substituir as oligarquias depostas."⁵ Tais elementos, relativizados nos estudos anteriores, foram

² KEITH, Henry Hunt. Soldados salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924 em perspectiva histórica. trad. Antonio Patriota. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989, p. 274.

³ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1972, p.162 - 226.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In FAUSTO, B. (org.). O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, vol.2, 1977, p.183 - 234.

⁵ Ver KEITH, op. cit., p.125.

importantes para pensarmos o caráter da intervenção ocorrida na Bahia e apontarmos que a mesma foge a esses padrões: não é "antioligárquica", nem mero revezamento de grupos no poder. As dificuldades que Seabra enfrentou durante boa parte do seu primeiro mandato (1912 - 1916) atestam que as forças "oligárquicas" do estado não confiavam nele como um possível aliado político. Se tentou várias vezes uma aproximação com essas forças foi menos para aniquilá-las e mais para controlá-las, procurando refazer o jogo político estadual imprimindo-lhe uma marca pessoal.

Apesar do interesse que desperta o tema do salvacionismo, o mesmo ainda é pouco estudado, constituindo uma das muitas lacunas da historiografia brasileira. Em vista disto, o presente estudo busca analisar o fenômeno do salvacionismo na Bahia, o alcance das modificações introduzidas pela ação salvacionista na política local, as repercussões e a memória do bombardeio. O conjunto dessas questões diz respeito em parte à carreira política de J. J. Seabra, marcando-a de maneira singular. Daí, a preocupação com alguns aspectos da sua trajetória pessoal e política evidenciados ao longo do trabalho.

Tal estudo, ao privilegiar a dinâmica do sistema político no âmbito mais restrito que o nacional , pode inclusive ajudar a entender a natureza das relações entre militares e civis durante a chamada Primeira República, evidenciando o quanto era instável a aliança de poder que instituiu o novo regime, assim como as discordâncias dentro do grupo militar sobre a legalidade, a necessidade e o papel das intervenções armadas para depor os governos estaduais. No "caso da Bahia" , por exemplo, o presidente Hermes assumiu uma posição ambígua diante da intervenção e do bombardeio, pois estava dividido entre atender ora às

solicitações do seu ministro J. J. Seabra , ora às do amigo e presidente do Senado Pinheiro Machado - político de grande influência sobre Hermes - , gerando uma crise ministerial de grande custo político.

Assim sendo a escolha deste tema como objeto específico de pesquisa não foi feita aleatoriamente. Pode-se enumerar alguns motivos. Em primeiro lugar, "o caso da Bahia", como ficou conhecido na imprensa nacional, foi um dos mais violentos , resultando inclusive no bombardeio de Salvador, fato só registrado anteriormente em escala nacional durante a Primeira República, com o bombardeio de Manaus em outubro de 1910. Em segundo lugar, a grande mobilização de tropas federais configurou uma verdadeira ocupação militar no Estado, com o deslocamento de diversos destacamentos militares oriundos de outros estados. Entendemos que provavelmente isso tenha ocorrido por se temer uma guerra civil, já que a Bahia possuía um dos maiores efetivos policiais do país, ficando atrás apenas de São Paulo , Minas Gerais e Rio Grande do Sul⁶; fato esse pouco evidenciado pela historiografia. Finalmente, porque a última fase do governo Hermes(1913-1914) se caracterizou pelo movimento de retorno das elites dominantes estaduais depostas pelas Salvações Nacionais, numa espécie de "reação oligárquica" , fato não ocorrido na Bahia.

Porém, apesar de a Bahia constituir exceção dentro do quadro dos Estados atingidos pelas intervenções, a questão foi ignorada pela historiografia regional que desmereceu o bombardeio tornando-o um fato irrelevante. A singularidade do caso baiano residiu no fato de que a "reação oligárquica" ,ou seja, o retorno das elites dominantes depostas pelas

intervenções militares, ocorrida por exemplo no Ceará e no Rio de Janeiro, não se efetivou na Bahia. Apesar de ter mantido os mecanismos de "permanência oligárquica", o governador Seabra - que subiu ao poder através da intervenção - impediu por alguns anos (cerca de doze anos) , com extrema habilidade política, que houvesse recomposição partidária. Em 1916, Seabra fez seu sucessor, o governador Antonio Moniz, preparando seu retorno ao executivo baiano no quadriênio seguinte (1920-1924).

A partir desses elementos pode-se indagar: por que não houve a imediata reação do grupo anteriormente no poder na Bahia, como ocorrera nos outros Estados? Embora não houvesse o que pode ser chamado de uma "*proposta seabrista*" de combate às estruturas dominantes, como a prática política de Seabra conseguiu deter o rearranjo das elites dominantes desalojadas do poder em 1912? A hipótese deste trabalho vai de encontro a boa parte da historiografia baiana que considerou Seabra mais um representante do continuísmo "oligárquico". Defende-se, ao contrário, que apesar de o político utilizar táticas e recursos empregados também pela elite dominante local, entendida por muitos autores como oligarquia, diferenciava-se desse grupo pela origem e mesmo atuação política: isso possibilitou a Seabra inaugurar um estilo "mais moderno" de fazer política na Bahia, semelhante ao das lideranças políticas baianas da década de 50 em diante. Neste sentido, é possível pensá-lo como um político atípico, principalmente, pela forma como se relacionava com as massas, diferindo do comportamento padrão adotado pela elite dominante local ou mesmo dos coronéis. Diante de sua enorme popularidade, há quem lhe atribua a introdução de uma

⁶ Em 1909, o efetivo da força policial ativa na Bahia era de 2.126 (ficando atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais); em 1917, era de 2.200 (passando a Bahia a ocupar o 4º lugar) e entre 1924 e 1926 volta novamente a ocupar o 3º lugar. Ver KEITH, Henry Hunt. Op. cit., p. 111-112.

nova forma de relacionar-se com o povo: o comício, tal qual o conhecemos hoje.

O primeiro capítulo procura dar conta da discussão do tema do bombardeio na historiografia, ou seja, como o mesmo foi tratado. Com o intuito de situar melhor o leitor, é feito um resgate da política baiana na Primeira República tentando apontar as razões da incompatibilidade de Seabra com a elite dominante local e buscando entender as intrigas políticas, em torno do bombardeio, da participação de Seabra e da posterior eleição dele para o governo estadual dentro, de um quadro político mais amplo.

A intervenção federal ,da qual resultou o bombardeio de Salvador, é o tema do segundo capítulo. Nele, são abordadas as seguintes questões: 1) como o bombardeio apareceu nas disputas políticas evidenciado nos debates na Câmara dos Deputados e no Senado e pela imprensa local e nacional; 2) a repercussão do bombardeio entre os militares e as divergências dentro do grupo militar evidenciadas inclusive pela demissão do Ministro da Marinha; 3) como a questão jurídica, gerada pelo debate sobre a legalidade da intervenção federal foi politicamente usada pelos representantes dos grupos desalojados do poder; e 4) qual a repercussão do bombardeio no exterior e em outros Estados através da imprensa nacional.

O terceiro e último capítulo apresenta e discute a ascensão de Seabra ao governo baiano, tentando diferenciar seu estilo político daquele pertencente à elite dominante local; alguns aspectos do primeiro governo; como o bombardeio marcou sua carreira política; o início da constituição da memória sobre o bombardeio, e por fim, a imagem de Seabra na memória e na historiografia baiana buscando apontar as razões que levaram boa parte da

historiografia regional a evitar o tema do bombardeio de Salvador pensando Seabra como mais um representante do "continuismo oligárquico".

Quanto às fontes utilizadas, foram consultadas tanto fontes não oficiais quanto fontes oficiais. Entre elas, destacam-se as petições, solicitações, *habeas corpus*, telegramas e os debates na Câmara dos Deputados e no Senado em torno da intervenção federal e o bombardeio da capital baiana. Utilizou-se também alguns jornais nacionais como *O Paiz* e o *Correio da Manhã*, as revistas cariocas *FON-FON!*, *CARETA* e *SELETA*, e os jornais locais, porta-vozes dos grupos baianos situacionistas e oposicionistas, como o *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Diário da Bahia*, *A Tarde*, *A Ordem* e *A Gazeta do Povo*. Foram selecionadas ainda músicas, versos do humorista baiano *Lulu Parola* e charges d'O Malho (material inédito em trabalhos monográficos) sobre o bombardeio. Tais fontes, como objeto de análise, foram usadas como ilustração da luta política nacional e local.

Cabe reafirmar que o trabalho não se coloca como uma biografia. Quer antes, constituir-se num primeiro esforço, a ser completado no futuro, de recuperação da rica trajetória do político baiano José Joaquim Seabra: "(...) explicar uma vida de irregularidade infinita com uma popularidade constante."⁷ No espaço permitido pela dissertação de mestrado, tenta-se apreender alguns momentos em que a vida desse político cruzou com linhas de força significativas do processo republicano do Brasil.

⁷ *A Tarde*, 12 dez. 1942, p. 2.

CAPÍTULO I

Capítulo I : Historiografia e luta política

1.1- O tema na historiografia nacional

O bombardeio de Salvador, ocorrido em 10 de janeiro de 1912, no contexto do processo conhecido como Salvações Nacionais, está longe de ser mero episódio regional. Por um lado, esse estudo de caso pode nos ajudar a esclarecer a natureza violenta da cultura política brasileira, acostumada com intervenções militares; por outro, evidenciar as relações conturbadas entre os estados e o governo federal na Primeira República, que tanto caracterizam o federalismo no Brasil.

Com certeza, no amplo quadro das questões da Primeira República, o tema das Salvações, dentre outros, aguarda levantamento e interpretação. Ainda são válidas as palavras do historiador mineiro Francisco Iglésias quando da sua crítica às lacunas da historiografia republicana:

*"o funcionamento da "política dos governadores" é conhecido só no episódio das manifestações mais retumbantes: mesmo essas ainda não são bem esclarecidas, como se dá com as famosas "salvações", cujo significado se discute."*⁸

Além de constituir uma lacuna na historiografia republicana, a história das Salvações, como é comum a alguns temas históricos, tem sido atravessada por inúmeros debates, diluída dentro de temas considerados mais relevantes, como

por exemplo, o papel dos militares na Primeira República e o comportamento das chamadas "oligarquias". Quando considerada como um dos capítulos da história do envolvimento dos militares na política brasileira, as Salvações Nacionais têm sido obscurecidas por outros dois movimentos que foram mais enfatizados pelos historiadores: o jacobinismo, ocorrido durante o governo de Floriano Peixoto e, principalmente, o "tenentismo", fenômeno da década de 1920.

Segundo Gomes e Ferreira, uma parte significativa da produção historiográfica "(...) voltada para o estudo dos militares estava dentro dos modelos de interpretação que enfocavam a dinâmica da Primeira República como resultado de uma oposição entre oligarquias rurais e setores urbanos."⁹ Neste sentido, estruturou-se uma linha de interpretação "classista" sobre o grupo militar na Primeira República, que somente começou a ser criticada no final dos anos 60 por autores como Décio Saes (1975), Maria do Carmo Campello de Sousa (1968) e Boris Fausto (1970).

Por que um processo que resultou no bombardeio de duas capitais, Manaus (1910) e Salvador (1912), e na intervenção armada em outras cidades é tão pouco estudado?¹⁰

Talvez a resposta resida na natureza teórica da produção historiográfica da época, uma vez que esta esteve restrita à discussão do papel representado pelas "oligarquias" dentro do sistema político brasileiro. Todo o

⁸ Cf IGLÉSIAS, Francisco. Comentários à Introdução Monográfica sobre a Pesquisa Histórica no Brasil. In MAURO, José Eduardo M. (org). Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros e I Seminário de Estudos Brasileiros, São Paulo, IEB/USP, 1972, II, p. 28.

⁹ Ver GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989, p. 258.

¹⁰ Não encontramos na Biblioteca Nacional nenhum trabalho monográfico sobre a intervenção federal e o bombardeio da cidade de Manaus ocorrido em 1910.

resto acabou tendo de ser integrado a esse quadro geral, como se a inteligibilidade da Primeira República residisse no choque entre as tais "oligarquias" e as classes médias urbanas; daí as Salvações só poderem ser entendidas dentro do contexto "oligárquico" da época.

Neste sentido, destacou-se uma linha de interpretação que defendeu a tese de que havia uma contradição fundamental entre o setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais: a interpretação dualista. Também conhecida como interpretação nacional-burguesa, foi predominante nos anos 50 e refletiu em parte as transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil a partir de 1930. Conseguiu agregar em torno de sua defesa, intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, em menor grau, os economistas da Comissão Econômica para a América Latina da ONU (CEPAL). Contrários à interpretação da vocação agrária, defendiam que a sociedade brasileira estava dividida em dois grandes blocos: de um lado, a oligarquia agrária, de caráter feudal, aliada ao imperialismo, opunha-se ao processo de industrialização; de outro, o grupo modernizante, representado pela burguesia industrial nacional, sob a liderança de Getúlio Vargas e posteriormente de Juscelino Kubitschek, com as classes médias e os trabalhadores urbanos.

Tal análise da sociedade brasileira continha muitos equívocos. Entre outros autores, Pereira chamou a atenção que *"ao realizarem esta análise, os formuladores da interpretação nacional-burguesa estavam ao mesmo tempo constatando e analisando uma realidade, que depois seria chamada de pacto populista, e de outro lado estavam*

formulando um desejo ou sendo instrumentos de uma ideologia burguesa. (...) transpondo assim para o Brasil, de forma mecânica, as etapas da história do marxismo vulgar ou stalinista."¹¹ Outro equívoco decorrente dessa interpretação foi considerar a revolução de 30 uma vitória do setor "urbano" sobre o "rural" e, por conseguinte, ver no movimento que depôs o presidente Washington Luís uma "revolução burguesa", expressão maior da oposição entre o setor agrário-exportador e uma nascente burguesia industrial.

Portanto, dentro desse esquema teórico, no que diz respeito ao nosso tema, as Salvações aparecem com frequência nos estudos como processos políticos antioligárquicos conduzidos por militares imbuídos de uma ideologia de classe média. O livro clássico que serviu de base a essa interpretação foi o *O sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa. Publicado em 1933, a partir de uma análise sociológica, Santa Rosa propõe uma nova explicação para o "tenentismo". Segundo Borges, "para esse autor, os 'tenentes' ... com forte consciência de classe e uma extensa experiência revolucionária, são a 'primeira expressão política das classes médias', 'camadas novas das populações brasileiras', que se apóiam nas 'multidões urbanas'."¹² Posteriormente, essa discussão deu suporte a identificação da revolução de 30 como um movimento antioligárquico, das classes médias urbanas lideradas por uma "vanguarda" tenentista.

¹¹ Cf PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. In *Revista de Ciências Sociais, DADOS*, Rio de Janeiro, Editora Campus, vol. 25, nº 3, 1982, p.

¹² Ver BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 225.

Os principais representantes dessa vertente na historiografia, e indiretamente ligados ao ISEB, foram Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum.¹³ Seguidores de uma teoria marxista, buscaram uma análise classista da participação militar na Primeira República. Para esses autores, "*o Exército brasileiro teria se convertido, pelo fato de a sua oficialidade ser oriunda predominantemente da classe média, no porta-voz dos vagos anseios desse grupo social na arena política.*"¹⁴

Nessa mesma linha, uma contribuição brasilianista que teve pouca divulgação no Brasil foi o estudo de Henry Hunt Keith, sobre as revoltas militares brasileiras na Primeira República. Originalmente tese de doutorado apresentada na Universidade da Califórnia, Keith dedicou um capítulo à discussão do que chamou de *soldado-salvador*, isto é, "(...) *jovens oficiais que seriam chamados a desempenhar o papel de 'salvadores' de uma República na qual as instituições haviam perdido a maior parte da legitimidade adquirida no momento do seu advento em 1889.*"¹⁵ No Brasil, José Murilo de Carvalho, seguindo outra linha teórica, já havia anteriormente tratado do tema no artigo *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador (1977)*, quando aproveitou para discutir as ideologias de intervenção militar classificando-as em três: o soldado-cidadão, ou a intervenção reformista; o soldado-profissional, ou a não intervenção e o soldado-corporação, ou a intervenção

¹³ Desses autores ver Nelson Werneck Sodré, História militar do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 e Leôncio Basbaum, História sincera da República, São Paulo, Editora Fulgor, 1967/1968, 4 volumes.

¹⁴ Cf SAES, Décio. O Civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, São Paulo, 1971, p. 8.

¹⁵ Ver KEITH, op. cit., p.

"moderadora".¹⁶ O soldado-salvador de Keith aparece na obra de José Murilo de Carvalho como o soldado-cidadão: " a idéia do soldado-cidadão, ao mesmo tempo que era instrumento de afirmação militar, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento da organização em relação a sociedade civil, especialmente a elite política. Implicava na suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar, ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar."¹⁷

Voltando à posição de Keith, a idéia do soldado-salvador generalizou-se nos círculos militares e civis a partir da Guerra do Paraguai, a qual representou um verdadeiro ponto de inflexão na história do Exército brasileiro, não apenas pelo efeito causado pela guerra na mentalidade da oficialidade que dela participara, mas também pela atitude do Governo, dos políticos e do público em geral em relação ao Exército. A guerra alterou muito a importância política da corporação, tendo inclusive influência no crescimento do republicanismo e do antiescravismo no meio dos oficiais. Após a proclamação da República, os primeiros a governar o país foram os "soldados-salvadores" Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que recorreram com frequência às intervenções militares como dissemos anteriormente. No governo de Floriano Peixoto foram depostos, via intervenção, os governadores ligados à Deodoro da Fonseca.

Segundo Keith, "as ambições dos militares não teriam permanecido como uma força poderosa na vida política brasileira, não fora a atitude de certos políticos civis que

¹⁶ Ver CARVALHO, op. cit., p. 210-215.

¹⁷ Idem, p. 210.

muito se esforçaram sempre por colocar homens fardados no exercício de cargos superiores no país com a esperança de assim avançar suas próprias perspectivas políticas."¹⁸ Para tanto, ao longo da Primeira República, e não somente dela, os militares seriam convocados várias vezes para "salvar a República", como atores políticos capazes de substituir as "massas" na contestação ao regime, a despeito da tensão sempre presente entre militares e políticos civis. Como nos lembra Borges, "durante o Império não havia um conceito de 'classe política' que se opusesse a 'classes armadas'. Assim, o contraste se dava entre 'legistas' e 'militares', entre a 'beca' e a 'farda'. (...) A República permite aos militares um papel que não tiveram no Império e a ausência de partidos políticos é apontada como uma das causas pela qual os militares ganham cada vez mais papel na vida pública."¹⁹

O golpe militar de 1964 enfraqueceu a interpretação dualista que sustentava tanto a tese da existência de contradição entre o setor agrário-exportador e o setor urbano-industrial, principalmente porque a proposta política de uma aliança proletário-burguesa contra os setores agrário-mercantis e o imperialismo se mostrara inviável, quanto a tese classista da participação militar na Primeira República. Para Pereira, "a Revolução de 1964 representa o rompimento definitivo dessa aliança e a unificação da burguesia industrial e mercantil sob o comando político da tecnoburocracia estatal e sob a proteção do imperialismo multinacional. Falar ainda em revolução burguesa, burguesia nacional, aliança da esquerda com a burguesia depois da

¹⁸ Ver KEITH, op. cit., p. 70.

¹⁹ Ver BORGES, op. cit., p. 158.

violenta repressão burguesa contra a esquerda e os trabalhadores era impossível."²⁰

Uma das críticas mais contundentes à interpretação dualista sobretudo por suas generalizações foi feita nos anos sessenta por Caio Prado Jr., em *A Revolução Brasileira*. Para ele, "o erro dessa teoria provém em última análise do sistema e do quadro geral em que ela se acha colocada, a saber, na suposição de que a conjuntura atual do processo histórico-social brasileiro reflete a transição de uma fase feudal ou semifeudal para a democracia burguesa e o capitalismo... Daí a idéia da revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal."²¹

Tal fracasso teórico abriu espaço para novas interpretações acerca da realidade brasileira. No que concerne ao tema das relações entre militares e política no Brasil, possibilitou a crítica às teses dominantes nos anos 50 e 60, principalmente àquela que ligava esse grupo à classe média presente nos estudos anteriormente citados. Entre muitos trabalhos, podemos destacar dois importantes artigos pelo pioneirismo com que propuseram revisar a história da Primeira República e o papel das chamadas "oligarquias": "A propósito de uma interpretação da História da República" (1967), de Paula Beiguelman; e "O processo político-partidário na Primeira República" (1972), de Maria do Carmo Campello e Sousa. Constituindo artigos de crítica historiográfica, ambos negaram que a agitação da década de 20 e o movimento de 30 fossem expressão de um conflito entre a burguesia e o latifúndio.

²⁰ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, op. cit., p. 276.

²¹ Ver PRADO JR., Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, Editora Brasiliense, 2ªed., 1966, p.95.

A importância dos dois trabalhos reside na contribuição que deram ao entendimento da organização política republicana: os conflitos da Primeira República, a partir desses trabalhos, são entendidos como uma luta pelo poder entre os quadros "oligárquicos" regionais e não mais pela ótica classista.

O trabalho de Sousa, em relação ao nosso tema, contribuiu na medida em que demonstrou que o período do governo Hermes, classicamente considerado como de expansão dos setores urbanos, não representou perda para os interesses das chamadas "oligarquias". Segundo a autora, os setores urbanos não conseguiram ultrapassar as reivindicações liberais que eram ao mesmo tempo pontos de referência da elite dominante. Portanto, para Sousa, as Salvações Nacionais não continham nenhum elemento "antioligárquico" como defendiam alguns autores. Por outro lado, o trabalho de Beiguelman mostrou que o pacto de dominação, necessário para a consolidação do novo regime, não expressou os interesses do conjunto da classe dominante, isto é, nem sempre os interesses das "oligarquias" rurais foram atendidos.

As duas autoras indicaram não apenas o caráter instável da aliança durante a Primeira República, assim como sugeriram pistas para a análise das razões da instabilidade do pacto "oligárquico" que marcou esse período. A esses trabalhos, juntou-se um conjunto de outros que contribuíram para relativizar outra importante interpretação sobre o período: a que privilegiava a chamada oligarquia cafeeira, ou elite agrária, como condutora quase absoluta da política do período.

Outra importante contribuição indireta ao estudo das Salvações Nacionais, na linha sugerida por Sousa e Beiguelman, foi dada por Décio Saes, para quem essas intervenções procederam a um mero remanejamento das "oligarquias" regionais. O autor, em vez de atribuir ao grupo militar intenções orientadas para a defesa das aspirações das camadas médias urbanas, afirmou que os militares durante o governo Hermes serviram de instrumento das oligarquias. Por não apresentar qualquer projeto inovador, o grupo militar "(...) acabaria por ser disciplinado pelas oligarquias (...)."²² Para Saes, as Salvações Nacionais não foram resultado de oposições e sim fricções entre os grupos dominantes: "(...) o fato de os redutos oligárquicos mais poderosos - os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - não terem sido molestados pelos propósitos salvacionistas do grupo militar atesta que estes não objetivavam um ataque ao sistema político nacional ou, pelo menos, não o faziam por alimentarem o temor de uma guerra civil(...)."²³

Também contestando a interpretação classista sobre a participação militar na Primeira República, mas enfocando sob outra variável explicativa - o pertencimento à corporação militar - temos o trabalho de José Murilo de Carvalho. Ao discutir o papel das forças armadas no período também apontou para o fenômeno da substituição de alguns grupos oligárquicos por outros. No entanto, incluiu a questão na discussão sobre as relações entre civis e militares tomando as Salvações Nacionais como conflitos surgidos durante o governo Hermes "(...) entre militares e

²² Ver SAES, Décio, *op. cit.*, p. 101.

²³ *Idem*, p. 100.

lideranças políticas estaduais apoiadas por Pinheiro Machado."²⁴

Para José Murilo de Carvalho tais conflitos, visando derrubar oligarquias estaduais, chegaram a atingir o próprio presidente Hermes. Contudo, ao dividir as intervenções militares em dois grandes ciclos (1º tenentismo de 1889 a 1904 e 2º tenentismo de 1922 a 1930) excluiu as Salvações Nacionais porque, segundo ele ,*integram o fenômeno ambíguo do hermismo.*

O autor não incluiu as Salvações na história do tenentismo como fazem outros historiadores, pois *"seria um equívoco considerar o governo Hermes como uma intervenção militar na política nacional.(...)A conotação militarista surgiu mais pela campanha de Rui do que pela presença de Hermes."*²⁵ Por caracterizar as Salvações como movimentos chefiados por militares, Carvalho considerou a Salvação na Bahia como parcial, *"no sentido de que o salvador foi um político local de prestígio nacional que apenas utilizou um militar, filho de Hermes, como aliado."*²⁶

As Salvações Nacionais aparecem aqui no contexto da discussão sobre a participação dos militares na política brasileira. Segundo José Murilo de Carvalho, durante certo tempo, essa discussão sofreu certa rejeição no meio acadêmico. Primeiro, porque predominou a tendência em atribuir quase que exclusivamente a eles a responsabilidade pelas intervenções na política. Segundo, porque a intervenção era vista ora como patologia que macula a imagem

²⁴Ver CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, p. 219.

²⁵ *Idem*, p.218-219.

²⁶ *Idem*, p. 220.

do país, ora como fruto do estágio de expansão do capitalismo. Por último, além da dificuldade teórica de enquadrar os militares dentro dos esquemas tradicionais da ciência política, outro motivo para a rejeição dos estudos militares residiu na identificação dos militares com governos ditatoriais.²⁷

Ainda ligando a história das Salvações Nacionais à história do domínio das chamadas "oligarquias", enfatizando porém a participação do político gaúcho Pinheiro Machado, encontramos os trabalhos de Bello e de Perissinotto.

De um lado, para Bello²⁸, as Salvações foram lutas partidárias que opuseram dois grupos: os amigos do presidente Hermes e os correligionários de Pinheiro Machado, visando *depurar o regime republicano e defender a pureza das instituições democráticas*; porém, as máquinas locais montadas pelos novos salvadores eram "ainda mais intransigentes do que as antigas".²⁹ De outro, para Perissinotto, o período das Salvações foi a primeira oportunidade que o Rio Grande do Sul teve, antes de 1930, para desbancar o predomínio político-econômico de São Paulo e Minas Gerais. Para o autor, o avanço político do estado sulista devia-se em grande parte ao seu representante no Senado, Pinheiro Machado que desempenhava papéis políticos diferentes, mas interligados: representante do situacionismo gaúcho, líder das elites do Norte e do Nordeste e líder do Senado Federal. Segundo Perissinotto, as derrubadas, conduzidas por militares que deploravam a influência de Pinheiro Machado sobre Hermes, tiveram o intuito de

²⁷ Cf CARVALHO, José Murilo de. Militares e civis: um debate além da Constituinte. Cadernos de Conjuntura, IUPERJ, Rio de Janeiro, nº10, agosto, 1987.

²⁸ Ver BELLO, José Maria. História da República (1889 - 1954). 6ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1972.

²⁹ Idem, p. 221.

enfraquecer o poder do senador gaúcho: "depois das salvações e com a sucessão de Hermes a força de Pinheiro Machado só fez decrescer."³⁰

Além da contribuição dada pelos autores citados anteriormente, temos o trabalho do brasilianista coreano Eul Soo-Pang sobre a "oligarquia" baiana e seu papel na vida política local, estadual e federal no período que vai da Proclamação da República a 1930. Estudo de corte regional, na perspectiva weberiana, a Primeira República aparece na obra de Pang como o período do domínio das chamadas "oligarquias".

O autor considerou a intervenção federal na Bahia como acontecimento dos mais escandalosos da história política local, inserindo-o no capítulo das Salvações Nacionais que assolaram o país durante o governo Hermes, como já tinham feito outros autores. Assim como Bello e Perissinotto, Pang insiste na tese de que as intervenções atingiram em especial as oligarquias do Norte controladas pelo senador Pinheiro Machado. Segundo ele, políticos como Seabra, Dantas Barreto e Mário Hermes temiam a ascensão de Pinheiro à presidência da República e, tentando impedir que isso ocorresse, lideraram um grupo de civis e militares num movimento que veio a ser conhecido como *política das salvações*.

Para Pang, " (...) politicamente, a intervenção federal tornou-se um instrumento cômodo para o presidente usar no apoio a seus adeptos e no castigo de seus inimigos."³¹ Portanto, a seu ver, as intervenções eram

³⁰ Ver PERISSINOTTO, Renato M. Classes dominantes e hegemonia na República Velha. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1994, p. 226.

³¹ Ver PANG, Eul Soo. Coronelismo e Oligarquias (1889 -1943) : A Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 147.

frequentemente feitas para levar ao poder o candidato escolhido pelo presidente ou manter no poder alguém de sua confiança: *"coube ao governo Fonseca o aperfeiçoamento do uso de intervenções abertas ou não, com essa finalidade."*³²

Pang viu o bombardeio de Salvador como um episódio da luta pelo poder estadual na Bahia, sendo a vitória eleitoral de Seabra facilitada pelo bombardeio; só registrou perdas materiais e considerou Seabra como tendo implantado mais uma "oligarquia" de caráter personalista na Bahia. Um dos problemas desse trabalho é que Pang ignorou a reconstituição diária sobre o bombardeio feita pelos jornais locais da época, elemento essencial para relativizar algumas das suas considerações, sobretudo aquela referente à repercussão do bombardeio, como veremos mais adiante.

Para nós, esses trabalhos (Bello, Perissinotto e Pang) evidenciaram demais a figura política de Pinheiro Machado, transformando-o em verdadeiro demiurgo da República. Ao atribuir demasiado peso à sua liderança em relação ao salvacionismo, a maior parte dos autores acaba por diminuir o fato de que as intervenções federais estiveram presentes desde o surgimento do regime republicano no Brasil; vide o episódio da deposição de 19 governadores por Floriano Peixoto em novembro de 1891, que haviam sido nomeados no governo anterior (Deodoro da Fonseca). Tropas federais foram empregadas para garantir o êxito das deposições. Apenas dois governadores foram poupados: Lauro Sodré, do Pará, e Julio Castilhos, do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, as intervenções do período Hermes não distinguiram entre correligionários e adversários do PRC (

³² *Idem, ibidem.*

Partido Republicano Conservador) e de Pinheiro Machado, como afirmam alguns autores. No caso da Bahia, apesar de Seabra se colocar como adversário do senador gaúcho, mantinha com o mesmo relações aparentemente amistosas. Por telegrama, Pinheiro Machado chegou a parabenizar Seabra pela eleição para governador. E não faltou quem atribuísse ao próprio senador gaúcho a ao PRC, a vitória de Seabra nas eleições para governador em 1912. O *Diário da Bahia*, por exemplo, um ano depois do bombardeio, publicou que o maior mal que Pinheiro Machado fez à Bahia foi ter colocado Seabra na cadeira de governador.³³ Mais adiante veremos quais as relações entre Pinheiro Machado e importantes lideranças políticas baianas.

E a revista *Careta* avaliou assim o papel de Pinheiro Machado nas salvaçãoes: *"Quando o governo federal meteu a colher nos negócios internos do Amazonas e bombardeou a cidade de Manaus, agiu sob a inspiração do sr. Pinheiro Machado e com o apoio de sr. Borges de Medeiros.*

Quando o governo federal quebrou a autonomia do estado do Rio de Janeiro e depôs do cargo de governador o sr. Alfredo Backer cedeu à intimação do sr. Pinheiro Machado, que se escudava no apoio do sr. Borges de Medeiros.

Quando o governo federal mandou metralhar a cidade de Recife e depôs o governador de Pernambuco obedeceu aos desejos de um partido de que fazem parte o sr. Pinheiro Machado e Borges de Medeiros.

Quando o governo federal violou a Constituição bombardeando a Bahia, e depondo o governador Aurélio Viana, fortaleceu o apoio do sr. Pinheiro Machado e não criou embaraços o sr. Borges de Medeiros.

³³ Ver *Diário da Bahia*, 4 jun. 1913, p. 1.

Quando o governo federal mais uma vez romper a Constituição e, intervindo nos negócios internos do Rio Grande do Sul, bombardear Porto Alegre e depuser o governador há de certamente receber os aplausos do sr. Pinheiro Machado e os agradecimentos do sr. Borges de Medeiros."³⁴

Em resumo, para alguns autores, as Salvações visavam atingir em particular o poder político de Pinheiro Machado; para outros, a intervenção na Bahia, o conseqüente bombardeio e a posterior vitória de Seabra nas eleições podem ser atribuídos ao senador gaúcho. O rompimento político entre os dois políticos, o qual resultou na expulsão de Seabra do PRC, só ocorreu em agosto de 1913 por conta da aproximação de Pinheiro com as forças oposicionistas baianas de então, ou seja, os grupos ligados aos ex-governadores Severino Vieira e Luis Vianna, chamados de severinistas e vianistas.

Diferentemente dos trabalhos anteriores, que apenas tangenciaram o tema, um estudo de caso feito por Muniz expôs os conflitos inerentes às Salvações Nacionais a partir da intervenção no Ceará. Para a autora, as Salvações podem ser compreendidas "(...) como sintoma das dificuldades apresentadas pelas oligarquias para assegurar a continuidade de seu domínio."³⁵ Seu estudo contribuiu para relativizar a interpretação que privilegia a hegemonia das elites dominantes na Primeira República, apontando para as complexidades do pacto "oligárquico" e as relações entre as esferas federal e estadual do poder.

³⁴ Ver Revista Careta, 20 jan. 1912, s/pag.

³⁵ Ver MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. As Salvações Nacionais: o caso do Ceará (1912 - 1914). Dissertação de Mestrado, Brasília, Universidade de Brasília, 1984. Introdução.

No entanto, seu estudo defendeu que os salvacionistas estavam dispostos a executar um projeto político de combate às estruturas oligárquicas em todo o país. Analisando a Salvação ocorrida no Ceará, a autora insistiu na tese de que os governos salvacionistas conseguiram ficar no poder por um curto espaço de tempo em todos os Estados atingidos pelas derrubadas, e que houve uma mera substituição dos grupos "oligárquicos" no poder.

Pode ser que essa substituição tenha ocorrido em outros estados, mas não foi o caso da Bahia. Nossa pesquisa discorda da tese de Muniz, ao mostrar que a Bahia constituiu uma exceção dentro desse quadro geral, pois contrariando uma tendência observada nos outros estados, não houve o que a autora chamou de *reação oligárquica*, ou seja, o retorno imediato dos governos situacionistas depostos pelas Salvações.

No caso baiano, Seabra consolidou um poder que durou cerca de 12 anos, considerando-se a gestão continuísta de seu amigo e aliado político Antonio Moniz, a quem Seabra elegera como seu sucessor. Em 1915, um ano antes do final do seu mandato, introduzindo mudanças significativas relacionadas à reforma da Constituição Estadual, Seabra conseguiria garantir seu retorno ao Executivo pela segunda vez (1920 - 1924). Neste sentido, afastou por algum tempo qualquer tentativa de retorno dos antigos grupos dominantes, isto é, aqueles grupos ligados principalmente aos ex-governadores Severino Vieira e José Marcelino.

1.2- O tema na historiografia regional

Como dissemos anteriormente, são escassos os trabalhos monográficos que se debruçaram sobre a Salvação na Bahia. Na historiografia regional podemos registrar quase um desprezo pelo tema. Onde estão assentadas as razões dessa atitude? Tentaremos ao final deste trabalho sugerir possíveis respostas.

Começemos por duas obras quase contemporâneas ao bombardeio e motivadas por paixões muito particulares. Neste sentido, estavam preocupados em relatar o fato a partir de visões próprias sobre o mesmo. Como afirma Vesentini, "*a posição de rememorar confunde-se com a do observador privilegiado, que 'viu' aqueles fatos, tomados como fundamentais pela posteridade, podendo narrar - recordando, interpretando, revendo - com sugestão de extrema objetividade a verdade deles.*"³⁶ O trabalho mais citado pela historiografia regional tem essa característica. Escrito em 1918 por um jornalista, é o registro mais antigo do bombardeio. Por ser o depoimento de um contemporâneo dos fatos, contém mais fortemente o peso da subjetividade do autor, no caso, José de Sá; segundo ele, seu registro tinha o intuito de acusar o ex-governador Seabra pelo bombardeio.

A obra reúne vários artigos e editoriais publicados na imprensa diária da época, parte da documentação histórica sobre o bombardeio e o governo de Seabra. Foi editada nas oficinas do *Diário da Bahia*, o que é muito significativo, pois ganha contornos de uma obra política, uma vez que o jornal era de propriedade de Severino Vieira, como já foi

³⁶ Ver VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 42.

dito um dos maiores opositores políticos de Seabra e que fora um dos jornais atingidos pela onda de empastelamento que se seguiu ao bombardeio.

Em tom acusatório, Sá dirige preferencialmente sua raiva contra Seabra considerando-o "*um embusteiro, teatral, mentiroso e o mais desmoralizado dos políticos do Brasil*".³⁷ Sua tentativa de provar as acusações contra Seabra levou-o a se apoiar apenas em jornais oposicionistas, tornando o relato por demais parcial. No entanto, uma parte da documentação - ofícios, telegramas, cartas e discursos - reforça a tese da participação de Seabra na intervenção federal, dividindo a responsabilidade pelo bombardeio com o presidente Hermes. Seu mérito reside em ter sido a única obra a se dedicar ao relato do "dia-a-dia" do bombardeio.

Para nós, a luta política na qual estava assentado o seu depoimento ainda era a que colocava em campos opostos, na Bahia, *civilistas* e *hermistas*. E, portanto por ser uma obra muito presa a paixões políticas, nascida da oposição entre esses dois grupos, não se interessava em aprofundar muitas questões essenciais para a compreensão da Salvação no estado, como o papel dos militares salvacionistas e de Pinheiro Machado na intervenção, bem como a oposição de elementos importantes do governo federal à ascensão de Seabra ao governo estadual.

Outra obra ainda marcada pelas mesmas paixões, mas em campo oposto, isto é, em defesa de Seabra no episódio do bombardeio, foi feita por Antonio Ferrão Moniz de Aragão. Governador baiano (1916 - 1920), aliado político de Seabra e sucessor articulado por Seabra para substituí-lo no

³⁷ Ver Sá, op. cit., p. 438.

governo estadual; a escolha de seu nome para tal sucessão gerou a exclusão do nome do senador Rui Barbosa como candidato a governador em 1915.

Na obra *A Bahia e seus governadores na República*, Aragão creditou aos adversários de Hermes da Fonseca e do ministro Seabra, segundo ele, os *civilistas*, a atmosfera de "antipatias" e de "odiosidades" criada em torno da intervenção federal. Defendeu que a medida de força ocorreu na Bahia para a execução de uma sentença, garantida pela Constituição da República:

"(...) o bombardeio não se fez para substituir uma situação estadual por outra. Fez-se para desalojar a força policial que foi aquartelada no edifício da Câmara para impedir que os congressistas desempenhassem seu mandato."³⁸

Em contradição com o que vários jornais publicaram após o bombardeio, chegou a afirmar que o episódio não resultou em mortos e feridos, tendo sido restabelecida "(...) a ordem constitucional sem derramamento de sangue."³⁹ Assim, esse trabalho parece sugerir que a intervenção não merece ser estudada, pois foi um mero *canhoneio*, sem maiores consequências, sem qualquer relação com a ascensão de J. J. Seabra ao poder executivo.

Antonio Moniz Ferrão de Aragão já tinha deixado o governo estadual quando escreveu esse trabalho em 1923. Acreditamos que o contexto da obra reflete várias disputas políticas: primeiramente, as do período em que esteve à frente do governo, considerado por muitos como mero

³⁸ Ver ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus governadores da República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 430.

continuismo seabrista; depois as da eleição presidencial de 1919, que dividiu novamente adeptos e opositores de Rui Barbosa; a intervenção federal ocorrida no estado em 1920, que garantiu a posse tumultuada de Seabra no executivo, e por fim, a eleição presidencial de 1922, onde Seabra concorreu à vice-presidência, perdendo a disputa.

Entendemos que Aragão escreveu impulsionado naquele momento pela necessidade de isentar Seabra de qualquer responsabilidade sobre a intervenção que resultara no bombardeio da cidade de Salvador. Seu trabalho pode ser visto como pagamento de uma dívida política para com aquele que continuava a ser o seu chefe e que em 1923 enfrentava uma conjuntura política adversa: a ascensão de Arthur Bernardes à presidência da República, a qual marcaria o início do declínio político de J. J. Seabra. Desde novembro de 1923, a capital baiana estava ocupada pelo Exército, tendo Seabra passado o governo, em março de 1924, ao governador eleito Góis Calmon sob estado de sítio "(...) que fora decretado para, segundo o governo, evitar distúrbios."⁴⁰

Entrando propriamente na historiografia baiana, dois trabalhos da década de 60 devem ser lembrados inclusive pela proximidade teórica. O primeiro deles é a *História do Brasil* de Pedro Calmon⁴¹. O bombardeio ficou registrado no seu livro de memórias como algo traumático:

³⁹ Idem, p. 425.

⁴⁰ Ver CARONE, Edgard. A República Velha (evolução política). São Paulo, Difel, 1971, p. 42.

⁴¹ O historiador Francisco Iglésias considerou Pedro Calmon um nostálgico do regime imperial. Ver IGLÉSIAS, Francisco. República, 1889 / 1989. In Revista do Departamento de História, 100 Anos de República, FAFICH/UFMG, nº 10, p. 4-16.

*"Conheci a política como Dante a Comédia: pelo inferno. Ou coisa parecida: o bombardeio da Bahia."*⁴²

Calmon não só viu, da janela de sua casa, o incêndio da Biblioteca Pública, como também participou com apenas nove anos do funeral do barão do Rio Branco:

*"Só mais tarde avaleiei a extensão do delito. Admitia-se então a tomada de poder à bala, de um lado a violência atrás das baterias, de outro lado a imprudência atrás da confusão, sem que houvesse um estadista que suspendesse o assalto, poupasse as vítimas, proibisse o incêndio. Não calculei a estupidez."*⁴³

O bombardeio tinha marcado tanto Calmon que o mesmo admitira, mais tarde, ter sido sempre um "adversário desconhecido" de Seabra. E quando foi seu "correligionário circunstancial", em 1935, apenas o fez para não ficar ao lado do governo getulista.⁴⁴ Sua posição se aproxima da tese dualista que afirma que as Salvações Nacionais foram intervenções armadas levadas a efeito por militares contrários ao domínio "oligárquico". Nesse sentido, o autor considerou Hermes da Fonseca como um governo militar divorciado da tradição partidária daquele momento, que usou as intervenções para colocar nos estados governadores de sua confiança, como foi o caso de Seabra. As complexidades do pacto "oligárquico" não foram consideradas.

⁴² Ver CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2ª ed., vol. VI, 1963, p. 67.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

Outro trabalho, é a *História da Bahia* de Luís Henrique Dias Tavares. Escrito em 1969, exprimiu as linhas tradicionais da historiografia baiana com pouca incursão para a análise dos acontecimentos. O tema do bombardeio é considerado irrelevante; mero incidente local sem qualquer relação com o período hermista, menos ainda com Seabra. O episódio aparece como resultado da disputa entre os grupos que substituíram, na Bahia, os liberais e conservadores da monarquia. A explicação factual, apresentada por Tavares, sem preocupação com a pesquisa empírica, torna difícil esclarecer o contexto local que permitiu a intervenção em 1912. Registrando apenas perdas materiais, o autor também deixou de discutir como o bombardeio repercutiu nas eleições. Contraditoriamente, apesar de usar como principal fonte o trabalho de José de Sá, o nome de Seabra não aparece relacionado ao bombardeio.

Leitura mais atual da Salvação na Bahia, inclusive do ponto de vista teórico e bibliográfico, é encontrada no estudo da historiadora Consuelo Novais Sampaio. Por esse motivo seu trabalho foi apoio constante na pesquisa do tema. Tendo como eixo de análise os partidos políticos da Bahia na Primeira República, a obra dos anos setenta assinalou uma postura metodológica mais recente nos estudos históricos baianos da época: o peso da metodologia sociológica e o aporte da ciência política ajudando na argumentação histórica.

O trabalho da autora foi influenciado pelos estudos de história republicana surgidos no final dos anos 60 em diante. Utilizando fontes variadas - jornais, correspondências, arquivos particulares, testemunhos orais - a autora cobriu o longo período da proclamação da República

na Bahia até 1930, quando o processo político-partidário foi interrompido. A importância desse estudo de caráter monográfico, foi que, estudando a Bahia, tentou preencher uma lacuna da historiografia republicana que deu muita ênfase ao sistema político-partidário formado nos estados de maior decisão política: os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O complicado quadro político-partidário da Bahia é aqui objeto de análise minuciosa, revelando a sua natureza instável devido a profundas rivalidades entre as facções estaduais do Partido Republicano.

Sobre o bombardeio, Consuelo N. Sampaio defendeu que a renúncia do governador Araújo Pinho deveu-se ao fato de o governo estar lhe escapando das mãos. Segundo ela, sem autonomia para governar e pressionado pelos grupos dominantes, Araújo Pinho recusara-se a transferir as eleições para maio, mesmo sabendo que a vitória da oposição era praticamente certa. Nesse sentido, concordamos com a autora quando afirma que a transferência da Assembléia para um local distante da capital era uma manobra política para impedir o reconhecimento da vitória de Seabra nas urnas.

Embora sem responsabilizar diretamente Seabra pelo bombardeio, a autora afirmou que o mesmo capturou o poder através da política das Salvações Nacionais, implantando um domínio "oligárquico" até então desconhecido na Bahia. Seguindo outros autores, seu trabalho não fala em mortos e feridos mas que "(...) o ambiente na Capital era de suspeita, ameaça e desordem."⁴⁵

⁴⁵ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma política de acomodação.** Salvador, Núcleo de Publicações do Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, nº 10, 1978, p. 75.

O bombardeio é compreendido aqui como um episódio da luta pelo poder na Bahia, sem contudo deixar de estar inserido no contexto mais amplo: o objetivo central das Salvações era, segundo a autora, aniquilar as "oligarquias" regionais, particularmente aquelas ligadas ao senador Pinheiro Machado. E como na Bahia, afirma, Seabra tornara-se um dos líderes antipinheiristas "(...) a política das salvações veio ao encontro dos seus planos." A posição teórica de Sampaio, portanto, se aproxima daquela defendida por outros autores citados anteriormente.

Outra referência importante é o artigo do historiador Cid Teixeira, *As Oligarquias na Política Baiana*⁴⁶. Preocupado em fazer uma espécie de taxionomia do coronelismo baiano, Teixeira detecta a sobrevivência de estruturas coronelísticas de poder na Bahia até os anos 60. Seu trabalho não é sobre a Salvação na Bahia, apesar de discuti-la em um momento do texto.

Segundo o autor, durante os primeiros anos da República, na Bahia, o poder foi disputado por três correntes que não conseguem estabelecer uma dominação permanente: a *teórico-citadina*, representada por Manoel Vitorino; a *coronelística típica* de Rodrigues Lima e José Gonçalves e a que almeja a *restauração monárquica*, ligada a elite açucareira. Mas o poder acaba nas mãos justamente de alguém que não pertence a nenhuma dessas estruturas tradicionais presentes desde o Império: José Joaquim Seabra. Ao defender essa tese, Teixeira, mais do que outros autores, colaborou para que se buscasse a idéia da singularidade de

⁴⁶ Ver TEIXEIRA, Cid. As Oligarquias na política baiana. In LINS, Wilson et alli. *Coronéis e Oligarquias*. Salvador, Ianamá Editora, 1988, p. 29 - 59.

Seabra no cenário político baiano daquela época. Singularidade essa, que seria a sua marca maior frente ao executivo estadual. Como veremos no próximo capítulo, sua bem sucedida carreira federal não resultou em aproximação com a elite dominante baiana, que o via com reservas e mesmo certa desconfiança.

Para Teixeira, a tumultuada chegada de Seabra ao Executivo baiano resultou "(...) exatamente da ruptura que faz do processo tradicional de revezamento do poder. Ele é um corpo estranho dentro daquilo que estava programado na sociedade baiana para chegar ao poder(...)" ⁴⁷, pois, na Primeira República, as sucessões na Bahia obedeciam a uma só regra: o governante fazia seu sucessor. A eleição de um candidato da oposição em 1912, no caso, Seabra, pela primeira vez quebra essa sequência que era a marca da prática política local daquele momento.

No entanto, entendemos que Seabra não aboliu essa regra, alterou-a apenas, fazendo retornar o ciclo ao eleger Antonio Moniz, que por sua vez elegeu novamente Seabra. Nova ruptura nas eleições de 1924, onde Seabra não conseguiu eleger seu candidato; e nova continuação com o governador Góis Calmon, que elegeu Vital Soares, que, por sua vez, elegeu Pedro Lago, em 1930. A revolução de 30 teria cortado a sequência. ⁴⁸

A elite dominante baiana tenta frustrar o acesso de Seabra ao poder executivo. No entanto, segundo Teixeira, Seabra "*tomara cuidados no sentido de se fortalecer na área federal e esses cuidados terminam por um excesso de zelo da*

⁴⁷ *Idem*, p. 43.

⁴⁸ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais, *op. cit.*

autoridade, uma demasia de zelo que vai deflagrar o bombardeio de 1912. O bombardeio de 1912 é um grande divisor da vida política baiana, mais do que a cisão de 1905."⁴⁹

O mais interessante da discussão proposta pelo autor é a hipótese do bombardeio e a ascensão de Seabra terem sido a verdadeira proclamação política da República na Bahia, pois "a partir daí é que toda a sequela da estrutura que vinha do Império desaparece e com Seabra nasce uma estrutura de apoio recíproco [entre ele e os coronéis do interior]."⁵⁰

⁴⁹ Ver TEIXEIRA, op. cit., p. 43.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

1.3- A política baiana na Primeira República

Durante a Primeira República, os políticos baianos tentaram manter, no plano federal, o prestígio conseguido no período imperial, porém sem sucesso. Com muita frequência, políticos baianos ocuparam cargos nos gabinetes do Império, demonstrando assim o domínio da Bahia no cenário político nacional à frente de outras províncias: entre 1847 e 1889, por exemplo, onze dos trinta presidentes do Conselho foram baianos. Esse domínio tinha estreita relação com o importante papel econômico desempenhado pela Província junto à União. Demonstrava também que os primeiros efeitos da crise ainda não tinham afetado a posição econômica do estado. No entanto, segundo Mattoso:

*"Essa enorme participação na chefia do governo central poderia ter sido particularmente benéfica aos negócios da Bahia se os políticos tivessem lutado pelos interesses de sua província de origem. Mas, já o disse e é preciso repetilo, parece que nunca foi o caso. No poder, os homens se identificavam rapidamente com o Estado Nacional, e essa era a condição para sua permanência à frente dos negócios político-administrativos."*⁵¹

Os primeiros anos do novo regime no estado foram caracterizados pelo completo caos: disputavam o poder diversas "agregações políticas", que nem de longe poderiam ser chamadas de partidos, dominadas por fortes lideranças, provenientes dos partidos tradicionais do Império. Segundo

⁵¹ Ver MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia, século XIX. Uma província no Império. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992, p. 289.

Consuelo N. Sampaio, a tentativa de organizar um partido republicano minimamente coeso resultou em frustração, contribuindo ainda mais para uma constante instabilidade no frágil sistema partidário.⁵²

Neste período, segundo divisão proposta por Pang⁵³, a Bahia estava dividida em quatro regiões geoeconômicas que representavam interesses políticos autônomos:

1- A primeira região incluía a capital e a área adjacente - o Recôncavo e o Nordeste - dominadas pelas tradicionais famílias do açúcar, proprietários de estabelecimentos comerciais e financeiros, além de criadores de gado;

2- A segunda região em importância política era o Vale do São Francisco, dominado por oligarquias ligadas ao comércio que sobreviveram ao fim do Império;

3- O sul da Bahia constituía a terceira região, conhecida como a "zona do cacau";

4- Por fim, a região de Lavras Diamantinas que, como o nome sugere, era produtora de diamantes.

Inexistindo uma governança partidária organizada, os grupos políticos " (...) demarcavam suas áreas de influência ao longo desses limites geoeconômicos e, dentro de cada zona, uma ou mais famílias, surgiu como oligarquia municipal."⁵⁴

⁵² Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit.

⁵³ Cf. PANG, op.cit.

⁵⁴ Idem, p.76.

Além disso, a decadência econômica da Província não ajudou na formação de alianças entre os grupos do litoral e do sertão e as eleições provocaram mais dissensões entre os grupos rivais : os *vianistas* , liderados pelo governador Luiz Viana (1896 - 1900), que controlavam o poder através do Partido Republicano Federal (PRF), e os *gonçalvistas* , representando a oposição, controlada pelo ex-governador José Gonçalves da Silva (1890 - 1891), através do Partido Republicano Constitucional (PRC), dissidência do PRF formada em 1894. Em 1895, tais divergências provocariam a duplicata do Legislativo, ou seja, dois Legislativos (um governista e outro oposicionista) que funcionaram ao mesmo tempo, fato que iria ocorrer outras duas vezes durante a Primeira República (1915 e 1923) durante os mandatos de Seabra à frente do Executivo.

Entre 1901 e 1906, a vida política local foi praticamente comandada por um único partido: o Partido Republicano da Bahia (PRB). Fundado em 1901, pretendia congregar todas as correntes políticas do Estado objetivando formar uma forte estrutura partidária. O novo partido já surgiu em meio a muitos problemas: "*(...) diferenças de personalidades, o desagrado do governador Severino Vieira em relação a alguns coronéis e bacharéis, e as relações tensas entre o Presidente da República e os principais políticos baianos.*"⁵⁵ Dentre eles, José Joaquim Seabra à época, deputado federal , inimigo pessoal do governador Severino Vieira, talvez seu maior opositor. A discordância política com Severino Vieira, porém, não impediu que Seabra fosse escolhido delegado do PRB na Capital Federal. Mesmo assim,

⁵⁵ *Idem*, p.87.

não desempenhava papel visível nas deliberações do partido, controlado pela ala severinista.

Em 1902, Seabra seria escolhido para o Ministério do Interior e Justiça do governo Rodrigues Alves, contrariando as expectativas do então governador Severino Vieira, amigo do presidente, que não fora consultado, como seria o normal, e como já dito, alguém a quem Seabra fazia declarada oposição. Era um cargo muito cobiçado porque o Ministério presidia as eleições federais e poderia influir no reconhecimento de poderes. Mesmo fazendo parte do PRB, partido severinista, a indicação de Seabra para o ministério foi interpretada "*(...) como uma expressão do desagrado pessoal do presidente pelo governador Severino Vieira.*"⁵⁶

Entendemos que, no âmbito da política local, a decisão de Seabra de participar do PRB , deveu-se provavelmente ao receio de ficar de fora do que parecia ser o primeiro partido organizado do Estado; inclusive porque, como já dissemos anteriormente, Seabra era elemento estranho às elites dominantes locais. Era também uma forma de aproximar-se das principais lideranças políticas locais (Luiz Viana, Rui Barbosa, José Marcelino). Seu afastamento devia-se também, em parte, ao período em que ficara exilado em Montevideú onde trabalhou como jornalista. O exílio foi em decorrência da participação de Seabra na Revolta da Armada e na Revolta Federalista, ambas manifestações de contestação ao governo do presidente Floriano Peixoto.

Quando foi anistiado por Prudente de Moraes retornou ao Brasil, às vésperas das eleições estaduais. Seabra tentaria por carta persuadir o então governador baiano José Marcelino

a romper com o seu partido (PRB), organizando-o segundo outras normas e nova direção, visando ao que chamou de "política nova para o Estado". A composição da chapa governista para as eleições federais de 1906 provocaria o "intermezzo seabrista"⁵⁷, isto é, o rompimento dos seabristas com o PRB (partido governista). Passando à oposição, visavam garantir a eleição de alguns dos seus representantes.

Da dissidência surgiu um novo partido, de vida efêmera: o Partido Republicano Dissidente (PRD); como não era o momento apropriado para a consolidação da liderança seabrista o partido dissolveu-se, quando da cisão do PRB em 1905, para acomodar-se a uma das facções, a marcelinista, a mesma à qual Seabra tinha proposto o rompimento em 1905: ou seja, Seabra e seus partidários tiveram a "(...) oportunidade de recompor-se com a situação (...) que, defendendo a candidatura de J. F. de Araújo Pinho ao governo do estado, continuaria a compor o poder."⁵⁸

A inadequação política de Seabra dentro do partido era acentuada a cada dia, reflexo da incompatibilidade política entre ele e Severino Vieira . Ele contestava inclusive a intromissão direta do ex-governador nos assuntos do governo estadual de José Marcelino.

Os problemas de Seabra com a elite local datam do início de sua carreira política. A inclusão do seu nome na chapa do PRF(ao qual era filiado desde 1890) para concorrer a uma vaga de deputado federal pela Bahia em 1896

⁵⁶ Ver FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1973, vol. 2, p. 493.

⁵⁷ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., p. 50.

⁵⁸ Idem, p. 53.

havia gerado desavenças entre as principais lideranças locais: o vice-presidente da República, o senador baiano Manuel Vitorino - que exigiu o nome de Seabra na chapa - e o chefe do PRF, o deputado general Francisco Glicério, que propôs o veto ao nome de Seabra.⁵⁹ Segundo Luís Vianna, naquele momento "a Bahia e os baianos repelem essa candidatura infeliz; o nosso partido não quer aceitar de forma alguma; e o nosso partido só em caso de desespero deverá adotar o nome desse fazedor de conspirações e de revolta."⁶⁰

Em 1904, na capital federal, Seabra teve destacada atuação à frente do Ministério da Justiça durante a Revolta da Vacina, dirigindo pessoalmente a repressão.⁶¹ Não chegou a terminar seu mandato, pois candidatou-se em 1906 ao Senado pelo estado de Alagoas, na vaga de Euclides Malta que se elegera governador daquele estado. A candidatura por outro estado revelava-se uma manobra política: Seabra pensava ser reconhecido mais facilmente caso fosse candidato por outro estado, pois pela Bahia enfrentaria a oposição do Executivo.

Eleito pelo voto popular, foi "degolado" no processo de verificação de poderes pelo Senado. Segundo Magalhães, no que a historiografia convencionou chamar de "degola", "(...) as paixões políticas exerciam um peso considerável, marcando o Legislativo com uma maioria de políticos em situação com os governos estadual e federal e deixando uma

⁵⁹ Ver ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de, op. cit., p.123.

⁶⁰ In ABRANCHES, Dunshee de. Como se faziam presidentes. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, vol. 160, 1973, p. 12.

⁶¹ Para o tema ver BELLO, José Maria, op. cit.; CARONE, Edgard. Op. cit. Ver também o trabalho de Nicolau Sevckenko, A Revolta da Vacina: mentes insanas e corpos ardentes. São Paulo, Brasiliense, 1983.

minoria oposicionista sem condições de fazer valer seus direitos e seus interesses."⁶²

A oposição ao nome de Seabra, vinda de Rui Barbosa e Pinheiro Machado, foi decisiva no episódio; seria mais uma derrota política de Seabra, depois de ter vivido o exílio imposto por Floriano Peixoto. O reingresso de Seabra na política se fez apenas no ano de 1909, quando foi eleito deputado federal pela Bahia. O ano seguinte marcaria sua ascensão ao poder estadual, coincidindo com a sucessão presidencial que, no período republicano, foi sempre geradora de instabilidade política.

No plano local, em 1907, a cisão do PRB em duas facções, a *marcelinista* e a *severinista*, foi consequência de divergências quanto à sucessão governamental: " (...) o costume tradicional, segundo o qual ao governador cabia a indicação do seu sucessor, foi posto em contestação."⁶³

O governador José Marcelino indicou Araújo Pinho, presidente do Banco de Crédito Agrícola da Bahia, mas o "chefe do partido" Severino Vieira discordou, preferindo o nome do deputado federal e proprietário de terras no Recôncavo Joaquim Inácio Tosta. Ambas as candidaturas foram oficializadas produzindo uma crise até então sem precedentes na história política do Estado, apesar de os candidatos não representarem divergências muito profundas: defendiam os mesmos interesses do setor agrocomercial.⁶⁴

⁶² Ver MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. O mecanismo das "Comissões Verificadoras" de Poderes (Estabilidade e Dominação Política, 1894 - 1930). Dissertação de Mestrado, Brasília, Universidade de Brasília, 1986, p. 2.

⁶³ Ver SAMPAIO, Consuelo N. op. cit., p. 59.

⁶⁴ Idem, p. 62.

O candidato governista Araújo Pinho contava com o apoio de importantes figuras da política nacional: Rui Barbosa, senador gaúcho Pinheiro Machado, ministro Miguel Calmon - que era baiano - e, o mais importante, o próprio presidente, Afonso Pena. Contudo, a ala severinista controlava o Legislativo Estadual e Federal, o que, na prática, poderia decidir o resultado da eleição através do controle do processo de reconhecimento de poderes na Comissão Verificadora⁶⁵.

Seabra preferiu apoiar Araújo Pinho a ficar ao lado do inimigo político Severino Vieira. Para Sampaio, " sendo a rivalidade Marcelino-Seabra reflexo da rivalidade Seabra-Severino, a clivagem do PRB agira no sentido de momentaneamente unir aqueles dois chefes políticos, identificados, agora, no combate ao inimigo comum [Severino]. "⁶⁶

A vitória nas urnas foi reclamada pela situação e pela oposição, mesmo sendo os 49 000 votos conseguidos por Araújo Pinho frente aos cerca de 14 000 do candidato Tosta números incontestáveis. O reconhecimento, segundo as leis eleitorais do Estado de 1891 e 1902 , deveria ser feito pelo Legislativo e Senado Estaduais.

Diante da dúvida se o reconhecimento se faria a seu favor, pois não contava com o apoio da maioria do Legislativo, o Governador José Marcelino recorreu à polícia para pressionar os legisladores a proclamar seu candidato

⁶⁵ A importante Comissão era responsável por emitir pareceres sobre a legalidade ou não dos diplomas dos deputados, que , discutidos em Plenário, dariam lugar ao reconhecimento ou não dos mesmos. Ver MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. Op. cit.

⁶⁶ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit., p. 63.

como o vencedor nas eleições. A oposição *severinista* compareceu "(...) com um exército privado de jagunços."⁶⁷ Ambos os lados desejavam uma intervenção federal a favor dos seus candidatos, o que acabou não acontecendo. A 28 de março de 1908 o governo conseguiu *quorum* efetivando a vitória de Araújo Pinho. Seabra colocou-se a favor da intervenção federal nos assuntos políticos locais.

A duplicata nas eleições, ou seja, situação e oposição declarando-se simultaneamente vencedoras, foi uma ocorrência comum em todas as regiões do país na Primeira República pois , a "(...) legalidade [do voto] estava comprometida com as artimanhas e com o juízo nem sempre imparcial e ponderado, das 'Comissões Verificadoras' de Poderes."⁶⁸ Nesses casos, geralmente a vitória era dada ao situacionismo.

Na Bahia, eleições turbulentas, combinação de fraude e violência foram uma constante durante a Primeira República : alguns pleitos resultaram em verdadeiros confrontos armados entre grupos adversários, entre polícia e exército ou entre jagunços e policiais. O reconhecimento do Governador Araújo Pinho em 1908 e a eleição de Seabra em 1912 para o Executivo figuram como exemplos. Posteriormente, em 1924, a situação se repetiu no reconhecimento do Governador Goés Calmon (1924 - 1928) feito sob estado de sítio.

De acordo com Nelson Sampaio, comentando as eleições na Bahia durante a década de 40 , " deve ser a memória dessa tradição de freges no dia da eleição que ainda faz algumas pessoas aparecerem um pouco nervosas perante as mesas

⁶⁷ *Idem*, p. 65.

⁶⁸ Ver MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *Op. cit.*, Introdução.

receptoras e tremerem na hora de assinar a folha de votação. Ainda em 1946, um morador da Capital, de mediana cultura, nos dizia que não submeteria a esposa ao vexame de levá-la a uma seção eleitoral. Algumas daquelas desordens, que certamente presenciara, devem ter-lhe deixado a impressão de que a política é um esporte violento, só para homens."⁶⁹

O custo político da vitória de Araújo Pinho foi muito grande para a elite dominante do Estado porque, por um lado, configurou a perda da liderança política de Severino Vieira; e por outro, o fim do domínio do PRB. Esses foram fatores essenciais para a ascensão de Seabra ao poder a partir de 1912, como veremos mais tarde. Os efeitos gerados pela crise política arrastaram-se durante o quadriênio do governo Araújo Pinho (1908 - 1912) culminando na sua tumultuada renúncia. Segundo Pang, "apesar de uma administração monótona e rotineira, o governador [Araújo Pinho] não conseguiu amenizar a divisão política entre os chefes do PRB."⁷⁰

Apesar das consequências para a política local, a "cisão de 1907", como ficou conhecida, mereceu pouco destaque na historiografia baiana. Acreditamos que as consequências dessa ruptura política possam explicar o poder quase absoluto do grupo seabrista no Estado por quase doze anos; pois, enquanto nos outros Estados atingidos pelas "Salvações Nacionais" as elites dominantes desalojadas do poder rapidamente retomaram o controle que tinham antes das intervenções, na Bahia, aconteceu o contrário.

⁶⁹ Ver SAMPAIO, Nelson de Souza. O diálogo democrático na Bahia. Revista Brasileira Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1960, p.48.

⁷⁰ Ver PANG, op. cit., p. 99.

Provavelmente, a cisão de 1907 fragilizara demais a elite local.

Demonstrando habilidade política, o grupo *seabrista* conseguiu deter a recomposição partidária que possibilitaria o retorno dos grupos dominantes da elite baiana. A pesquisa sugeriu que a cisão de 1907 foi concluída com a eleição de Seabra, representante da oposição que chega pela primeira vez, na história política do estado, ao poder executivo. Contudo, não podemos afirmar que nesse momento Seabra tenha tido um projeto contrário ao da elite dominante, apesar da oposição que esta lhe fazia. Quando governador, é certo que sua ligação política foi maior com os grupos comerciais, em particular com os representantes das zonas de exportação. Por outro lado, apesar dessa aproximação com a Associação Comercial da Bahia, não dispomos de mais elementos para esclarecer tais ligações com as "classes conservadoras" uma vez que a Associação manteve bom relacionamento com José Marcelino e Araújo Pinho durante seus respectivos governos.⁷¹

Além disso, deu-se o ingresso de novos políticos como os irmãos Miguel e Antônio Calmon, Ernesto Simões Filho, Pedro Lago, João Mangabeira, Antônio Moniz e Moniz Sodré, "*(...) mais leais a uma forte personalidade que ao PRB.*"⁷² Isso modificou as antigas formas de relação política no Estado uma vez que, representantes de interesses regionais diversos, essa nova geração agiu como fator complicador da política local: moldou, de certa forma também, o comportamento do eleitorado baiano que continuava a guiar-se

⁷¹ Ver SANTOS, Mário Augusto da Silva. Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão. Salvador, Bahia, 1973, p. 91-92. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas defendida na UFBA.

⁷² Ver PANG, op. cit., p.93.

mais por nomes do que por princípios partidários , tornando mais frouxos os laços de fidelidade partidária.⁷³

Podemos sugerir que tal característica tornou-se parte constitutiva, ao longo das últimas décadas, da cultura política local. Daí o forte personalismo que é a marca da política baiana, e nisso não diferencia-se da nacional, ainda nos dias atuais.

Como Seabra conseguiu manter-se na situação, na esfera federal, enquanto era oposição na esfera estadual? Por que tanto prestígio? Para nós, ambicionava já ,naquele momento, o cargo de governador e não podia prescindir do apoio federal.

⁷³ Cf. SAMPAIO, Nelson de Souza. Op. cit, 1960.

1.4-A eleição de Hermes da Fonseca: o começo da ascensão estadual de Seabra

A sucessão presidencial de 1910 aprofundou ainda mais a cisão na política baiana. O grupo governista, liderado por José Marcelino e o governador Araújo Pinho, reforçou o apoio à candidatura de Rui Barbosa. No âmbito federal, inicialmente o presidente Afonso Pena desejava que seu sucessor fosse Davi Campista, Ministro da Fazenda, integrante do grupo político que ficou conhecido como "*Jardim da Infância*"⁷⁴. No entanto, a indicação do presidente não foi aceita pela convenção partidária, que indicou o nome do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. Foram preteridos os nomes do barão do Rio Branco e o de Rui Barbosa. O senador baiano "(...) o provável candidato popular, recém-sagrado pelo calor do retorno de Haia, só seria viável com o apoio de Afonso Pena - mas este vínculo ele o rejeitara. O outro possível - o barão do Rio Branco - este, com sua romântica fidelidade à memória de D. Pedro II, não seria admitido por Pinheiro Machado. Neste ambiente cheio de dúvidas, escorregadio e sem rumo, medrava nos quartéis a solução."⁷⁵ O voto de Minerva acabou sendo dado pelo senador Rosa e Silva. Segundo Faoro, "quase um rival de Pinheiro Machado, como este consulta obrigatória nas sucessões presidenciais."⁷⁶ Pouco simpático a Rui, afirmara na época: "Com o Rui nem para o Céu!"⁷⁷ Por ser o líder da

⁷⁴ Assim ficou conhecido o grupo de jovens deputados em torno do presidente Afonso Pena: João Pinheiro, governador de Minas, era a grande esperança do "*Jardim*" para sucessão de Afonso Pena. Ver FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder : formação do patronato político brasileiro. 8ª ed., São Paulo, Globo, 1989.

⁷⁵ Idem, p. 595.

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 639.

⁷⁷ Ver FILHO VIANA, Luis. A vida de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 11ª ed., 1987, p. 389.

maioria na Câmara dos Deputados Federais, Seabra colocou-se ao lado da polêmica candidatura hermista; discordando assim do governo baiano que insistia na candidatura de Rui Barbosa.

À frente da campanha do candidato militar estava o senador gaúcho e presidente do Senado Pinheiro Machado. Embora tivesse receio que a candidatura de Hermes - agitada fora do meio político - apresentasse um caráter revolucionário e só por tais meios pudesse triunfar, garantiu uma coalizão política formada por gaúchos, mineiros, militares e elites dominantes de outros estados. Tais forças estavam aglutinadas no PRC, articulado em 1909 mas, fundado em novembro de 1910. A candidatura de Hermes contou com a oposição apenas dos Estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, segundo Faoro, "*sua posição [a do PRC] , na aparência de força, padecia de muitas fragilidades, mal disfarçadas na verticalidade viril da figura: não contava com São Paulo, Minas Gerais dele desconfiava, Borges de Medeiros o fiscalizava de perto.*"⁷⁸ A oposição baiana se devia em grande parte à posição política adotada por Rui Barbosa que se recusava a apoiar um militar para a presidência da República. Em consequência, o Exército passara a ver o senador baiano como um inimigo da farda.

Desde 1893, Rui Barbosa defendia a inelegibilidade de militares para qualquer cargo público, apesar de ter defendido as forças armadas nos últimos anos do Império e ter apoiado a República ao lado de Deodoro e Benjamin Constant. Assim, tendo a chapa Rui Barbosa-Albuquerque Lins transformado a campanha numa cruzada civilista contra o militarismo, um número maior de militares se colocou em

⁷⁸ Ver FAORO, op. cit., p. 599.

defesa de Hermes menos pelo candidato e mais pela honra e integridade da corporação. Não apenas defenderam o direito de participação de militares na política, como essa se fez bem maior do que em qualquer tempo desde os governos de Deodoro e Floriano Peixoto.⁷⁹

Tal configuração de forças políticas abriu um precedente quanto à sucessão presidencial: em 1910, pela primeira vez deixara de funcionar a "política dos governadores", ou seja, o apoio recíproco entre o presidente da República e os governadores dos Estados da Federação. A máquina oficial tinha deixado de contar com São Paulo, seu elo mais forte. Durante o governo de Hermes inverteu-se o sistema instalado por Campos Sales, "(...) que presumia a legitimidade do governador no poder. O partido governista - o agrupamento organizado ou os representantes estaduais na capital federal - sentia-se invadido por outra vontade, que se irradiava da presidência da República, espontaneamente ou pressionada pelo Exército político. O norte - da Bahia ao Amazonas - sofre a devastação salvacionista (...)."⁸⁰

Com o falecimento de Afonso Pena, a presidência foi ocupada pelo vice Nilo Peçanha que deveria conduzir o processo sucessório. Segundo Hélio Silva, "é quando surge o nome de Rui Barbosa, depois de frustradas as candidaturas de

⁷⁹ Para alguns autores, a oposição entre Rui e os militares constituía o mais grave dos equívocos republicanos, pois o senador tentara evitar que a campanha presidencial tomasse o rumo de um dissídio entre civis e militares. No entanto, os militares viam nos discursos de Rui "uma afronta aos quartéis e os civis, mais fracos, vingavam-se desencadeando tremenda onda de ridículo sobre o candidato militar. Circulavam anedotas e caricaturas contra Hermes e tudo isso tornara a atmosfera sombria. Por fim, de tanto repetir que o combate se travava entre militarismo e civismo acabara sendo realidade." In VIANNA FILHO, Luis, op. cit., p. 395.

⁸⁰ Ver FAORO, op. cit., p. 601.

Rio Branco e Rodrigues Alves, como o único que seria capaz de enfrentar a poderosa máquina oficial."⁸¹

A campanha do candidato oficial, Hermes da Fonseca, foi conduzida na Bahia por Seabra através de um centro político. A *Junta Baiana Pró-Hermes-Wenceslau* reuniu muitos políticos locais da nova geração (Otávio Mangabeira, Antonio Moniz, Moniz Sodré , Simões Filho). De certa maneira, era decorrência tanto do desejo de Seabra de formar uma nova agremiação política após o pleito eleitoral quanto da incapacidade de atrair as velhas lideranças locais ; dessas, mantinha uma aliança precária com o ex-governador Luis Viana.⁸²

Como presidente da Junta, Seabra afirmara na instalação do comitê político que entre o partido situacionista, de um lado, e a oposição, de outro lado, ambos portadores de "interesses e paixões" " (...) era necessária uma corrente plácida e tranquila, a que pudessem se reunir todos os órgãos da opinião independente do Estado, dessa opinião, ainda não prejudicada, por ódios ou compromissos antecedentes a luta."⁸³

A nosso ver, desponta já naquele momento a intenção de Seabra, expressa nesse discurso, de colocar-se como uma nova liderança local, antagônica a tudo que vinha sendo feito no Estado. E a sucessão, ao opor as duas facções do Partido Republicano da Bahia (PRB), aprofundando a crise dentro da

⁸¹ SILVA, Hélio. O Primeiro Século da República. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1987, p.52. Ver também José Maria Bello, op. cit., Edgard Carone, op. cit., Raimundo Faoro, op. cit.

⁸² Em 1913, essa aliança foi rompida de maneira escandalosa com a expulsão de Luis Viana do PRC regional. Expulsão orquestrada por Seabra, revelou muito mais a cisão política entre Seabra e Pinheiro Machado. Ver SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit.

⁸³ In Gazeta do Povo, 31 ago de 1909.

elite dominante, proporcionava as condições ideais para a ascensão de Seabra ao executivo estadual.

O apoio de Seabra a Hermes, no plano federal, onde suas ligações políticas eram mais fortes, automaticamente o levou à oposição no âmbito estadual. Anteriormente, nenhum candidato de oposição tinha obtido êxito ao candidatar-se para o cargo de governador. Será com Seabra que isso se realizará, pela primeira vez na Bahia ;mas ele terá de contar com a ajuda das "Salvações Nacionais".

Seabra concentrou a campanha *hermista* no interior do Estado da Bahia, por saber que a capital tradicionalmente se colocava como oposição política. Durante certo tempo, apesar de apoiar Hermes, continuou aliado do governador Araújo Pinho demonstrando certo oportunismo político. Sem saber qual seria o resultado das urnas, não podia romper com a situação baiana. Um tumultuado *meeting*, realizado na cidade de Cachoeira, no interior baiano, que terminara num confronto entre os hermistas, os jagunços e a polícia estadual, foi o motivo ideal para tornar público o rompimento com o governador Araújo Pinho que nada fizera , segundo Seabra, e sequer demonstrara seu desagravo diante dos acontecimentos.

Apesar de a Bahia ter votado maciçamente em Rui Barbosa, que tinha a máquina do governo estadual a seu favor, saiu vencedor da eleição presidencial o candidato militar. A vitória de Hermes, em parte, deveu-se a aliança entre forças heterogêneas agrupadas no Partido Republicano Conservador (PRC) criado em outubro de 1910: situacionistas, dissidências do setor "oligárquico", opositoristas civis e militares. A instabilidade que marcou

boa parte do governo *hermista* pode ser atribuída à "(...) artificialidade com que foram aglutinadas as diferentes forças(...)."⁸⁴ Conciliar os diferentes interesses dos seus partidários nem sempre foi tarefa fácil para o presidente Hermes.

A presença de Seabra na campanha *hermista* deve ter causado muitos embaraços a ele e ao grupo do candidato governista. No plano federal, Seabra se colocava contrário à crescente importância política adquirida pelo senador gaúcho Pinheiro Machado junto ao presidente. E a Pinheiro Machado foi creditada a vitória esmagadora por mais de 400 000 votos, de Hermes, enquanto a campanha conduzida por Seabra na Bahia foi considerada um verdadeiro fracasso. Segundo Consuelo N. Sampaio, como consequência da rivalidade ao longo do governo Hermes, Seabra liderou um grupo anti-pinheirista que pretendia excluir o senador gaúcho do governo.⁸⁵

Ele também teve que conviver com o senador Francisco Glicério, um dos coordenadores da campanha de Hermes, a quem atingira politicamente durante o governo de Prudente de Moraes com o episódio da "Moção Seabra"⁸⁶. Mesmo tendo a "Moção" sido rejeitada pela Câmara por 86 votos a 60, Seabra conseguiu seu objetivo, que era cindir o Partido Republicano Federalista e enfraquecer politicamente Francisco Glicério.

⁸⁴ Ver MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Op. cit., p.29.

⁸⁵ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit.

⁸⁶ Moção apresentada na Câmara dos Deputados por Seabra a 28 de maio de 1897 propondo uma comissão a fim de congratular-se com o presidente da República pela manutenção da ordem. A Moção além de provocar a renúncia de Arthur Rios, presidente da Câmara, gerou uma crise entre a maioria parlamentar. Sobre a crise no PR F ver Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Os Subversivos da República. São Paulo, Brasiliense, 1986.

No plano estadual, enquanto Seabra identificou-se com o *hermismo*, seu maior adversário político - Severino Vieira - optara pela mesma corrente política. Contudo, a defesa de uma causa comum não conseguiu fazer a união dos líderes rivais Seabra e Severino.

Em março de 1910, a comissão da campanha na Bahia, a Junta, deu origem a um novo partido político no Estado presidido por Seabra: o Partido Democrata (PD). Mas não logrou o apoio dos *severianistas*, sequer dos *marcelinistas*, mesmo entre aqueles que estiveram unidos na campanha *hermista*, pois sobravam desconfianças políticas. Segundo Consuelo Sampaio:

*" o PD (...) não contava - salvo raras exceções - com elementos de verdadeira influência no Estado, pois estes permaneceram fiéis ao Governo... Entretanto, contando com o apoio do Governo Federal, que comandava as oligarquias regionais, sua marcha para a conquista do poder acelerou-se nos anos seguintes, consumando-se em 1912."*⁸⁷

Novamente Seabra era escolhido para um dos postos mais disputados pelos partidos políticos de todo país, o Ministério da Viação. Juntamente com o Ministério da Fazenda e o Ministério da Justiça, o da Viação detinha os maiores orçamentos. Sua importância residia no fato de estar encarregado da construção de estradas de rodagem, estradas de ferro e linhas telegráficas, com "*(...) poder de ajudar ou estorvar o crescimento econômico de um Estado.*"⁸⁸ Apesar

⁸⁷ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais, op.cit., p.70.

⁸⁸ Ver LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In FAUSTO, Bóris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 4ª ed., São Paulo, Difel, vol.3, tomo I, 1985, P. 118.

de a indicação de seu nome ter desagradado a muitos políticos, principalmente a Pinheiro Machado, era também a recompensa - prática comum na Primeira República - pelos serviços prestados à candidatura hermista.

1.5-As eleições estaduais e o acordo de 1911

As eleições para a renovação da Câmara dos Deputados Estaduais e do terço do Senado Estadual em 1911 passaram a ser a principal preocupação política de Seabra. Seu desejo de chegar ao executivo estadual seria facilitado pela eleição de políticos aliados em ambas as Casas legislativas. Para isto, era necessário não perder o controle dessas eleições, pois seria a garantia do reconhecimento dele como governador quando chegasse a hora: sua base no legislativo estadual ,então dominado pelo PRB.

As eleições foram disputadas inicialmente pelas duas alas cindidas do PRB , pela ala baiana do PRC - cujo chefe era Luis Viana - e pelo partido *seabrista*, o PD. Inconformado pelo resultado das urnas que dava a vitória aos *severinistas*, o PD ameaçou instalar sua própria Câmara. Porém, tropas federais estacionadas na Capital baiana em estado de prontidão e o anúncio da chegada do *scout Bahia* e o cruzador-torpedeiro *Tamoio* foram suficientes para amedrontar o governador Araújo Pinho, receoso de uma intervenção federal. O exemplo mais recente era o bombardeio de Manaus em outubro de 1910, visando garantir também resultados eleitorais.

Segundo Consuelo Novais Sampaio, *"um acordo político seria estabelecido entre Governo e Oposição (...). os canhões instalados pelo Governo Federal fizeram com que o processo de acomodação política fosse invertido: desta vez ,era o Governo que se submetia às exigências da Oposição."*⁸⁹

⁸⁹ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. , p.71.

O impasse foi resolvido através de um acordo , arbitrado pelo juiz federal Paulo Fontes, entre o grupo seabrista e o grupo governista, dividindo os lugares na Câmara e no Senado em três partes iguais (para cada facção quatorze deputados e pelo menos dois senadores). Seabra tinha conseguido excluir o PRC , desagradando ainda mais Pinheiro Machado (chefe nacional do partido).O acordo também estabeleceu que os novos parlamentares seabristas , após a eleição , dariam apoio ao governador Araújo Pinho. Aqui, outra vez Seabra não demonstrou ser contra a ameaça de intervenção federal.

O resultado das eleições desta vez agradou aos grupos. No entanto quem saía fortalecido era mesmo o PD, pois "a minoria seabrista lograra fazer-se representar, não só porque o chefe do seu partido ocupava o Ministério da Viação e Obras Públicas, mas também porque contava com o apoio do Presidente da República, que continuava a ser o supremo árbitro nas políticas estaduais. Os canhões, sem dúvida , foram a grande força persuasiva."⁹⁰ Neste sentido, segundo Fonseca Filho, o prestígio de Seabra aumentava na Bahia, não só pela nova situação que dava ao Estado, levando-o a participar do governo, "(...) como por refortalecer a oposição anti-ruista."⁹¹

Assegurada a suposta base parlamentar de apoio na Bahia, com a garantia de representação na Câmara e no Senado Estadual, era hora de Seabra esperar o pleito eleitoral mais importante: a eleição que escolheria o sucessor de

⁹⁰ *Idem*, p. 72.

⁹¹ Ver FONSECA FILHO, Hermes. Marechal Hermes. Dados para uma biografia. Rio de Janeiro, Pongetti, 1961, p. 165.

Araújo Pinho. Contudo, essa eleição se realizaria sob o forte impacto da intervenção e do bombardeio de Salvador em 1912.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II : O bombardeio da Bahia

2.1- A renúncia de Araújo Pinho

O termômetro político na capital baiana começou a subir às vésperas das eleições para governador. Segundo um jornal local, "*o caruru da democracia esta [va] a ferver*"⁹². Naquele ano de 1912 foram marcantes os cartazes dos candidatos afixados nos muros, nas esquinas e até mesmo nos andaimes das obras em construção, ajudando a sujar ainda mais as ruas da cidade "*(...) cheias de lixo por todos os lados e de lama por todos os cantos.*"⁹³

Seabra recebeu telegramas de adesão à sua candidatura, apresentada pelo PD em 8 de junho de 1911, paralelamente aos boatos que circulavam sobre sua possível desistência. O jornal carioca *Correio da Manhã* chegou a confirmar a desistência em favor do ex-governador, o então conselheiro Luiz Vianna, o que acabou não ocorrendo. O *Paiz* declarou-se autorizado pelo próprio Ministro da Viação a desmentir tais boatos, mas eles continuaram a circular. Como aquele que o *Diário da Tarde* publicou nos primeiros dias de janeiro de 1912: "*vai dia a dia perdendo terreno a candidatura do sr. J. J. Seabra para governador do Estado. O Diretório do [Partido] Democrata está completamente desnorteado.*"⁹⁴

Em 18 de julho de 1911 foi fundada ,no Rio de Janeiro, a Liga Patriótica Pró-Seabra destinada, segundo seus idealizadores, "*(...) a propagar, quer pela imprensa da*

⁹² *Diário de Notícias, Bahia*, 3 out. 1911, p.1.

⁹³ *Idem, ibidem.*

⁹⁴ Ver *Diário da Bahia*, 4 jan. 1912, p. 3.

capital [federal], quer pela baiana, por meio de circulares de espécies várias, ofícios, cartões e telegramas, a candidatura do egresso estadista (...)."⁹⁵ A a Liga possuía a ambição de arregimentar o apoio de vigários, presidentes de câmaras municipais, juizes de direito, promotores públicos, vereadores, coletores federais e estaduais, tabeliães e principalmente, dos chefes políticos do PRC baiano que residiam no interior do estado. As circulares com propaganda do candidato Seabra atingiram, então, o total de 40 000.⁹⁶

A candidatura de Seabra incomodava pelos motivos já discutidos anteriormente, mas principalmente por representar , naquele momento, uma candidatura de oposição fora dos esquemas tradicionais das elites baianas : não tinha o apoio dos *severinistas*, nem tampouco dos *marcelinistas*, os dois grupos que dominavam a política local.

Enquanto isso, sobravam dúvidas entre os governistas quanto à escolha do melhor nome para concorrer com Seabra pois ele tinha tudo para ser apoiado pelo governo federal: além de ser Ministro da Viação, era amigo pessoal de Mário Hermes, filho do presidente, a quem ajudara a eleger-se para o Congresso Federal pela Bahia e que logo tornou-se líder dos deputados baianos do PRB.

A escolha do candidato situacionista provocou a cisão entre os governistas: a candidatura de Domingos Guimarães⁹⁷ pelo PRB, apesar de contar com o apoio do então governador Araújo Pinho e de Severino Vieira, esbarrou na oposição dos

⁹⁵ Ver *Gazeta do Povo*, 14 mar. 1912, p. 2.

⁹⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁷ Ex-chefe de polícia, jornalista e deputado federal. Seu filho , Guilherme Dutra Guimarães, foi oficial de gabinete do governador Araújo Pinho. Ver SÁ, José de , *op. cit.*, p. 80 - 81.

marcelinistas que estavam mais inclinados a indicar o nome do Presidente do Senado Estadual, o Cônego Leôncio Galvão. Este, por sua vez, desagradava outro grupo situacionista, os ruístas, como o nome indica ligados a Rui Barbosa, e que chegaram a afirmar a intenção de votar em Seabra caso Domingos Guimarães não desistisse de sua candidatura em favor de um candidato civilista. A oposição ruísta devia-se ao fato de Domingos Guimarães ter apoiado Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910.

A discordância entre severinistas e marcelinistas deixava indeciso o candidato Domingos Guimarães, pois tornava claro que seu nome não contava com apoio integral da bancada governista; tais dissensões alimentavam também os boatos sobre sua desistência.

No entanto, o porta-voz dos civilistas baianos, o deputado Aristides Spínola, em entrevista ao jornal *A Imprensa*, negou que os civilistas repudiassem a candidatura situacionista, desmentindo os boatos de divergência na bancada governista e assegurando que a candidatura "(...) é sólida, viável e segura, ao contrário da do Ministro da Viação, que é inelegível duas vezes: por não residir no Estado dez anos e permanecer no ministério."⁹⁸ Tais exigências estavam presentes na Constituição Estadual.

Rui Barbosa chegou a discutir o significado das palavras *residência* e *domicílio* na lexicografia jurídica para demonstrar a inelegibilidade da candidatura Seabra. Para o jurista, "todas as leis eleitorais mandam que os sufrágios dados a inelegíveis não se contem. Em direito,

⁹⁸ *Jornal de Notícias*, 20 out. 1911, p. 5.

esses sufrágios não existem. Podem montar, aritmeticamente, a milhões. Juridicamente, equivalerão sempre a zero."⁹⁹

Contudo, isso era de certa forma comum na política nacional. Segundo um contemporâneo, "para chefiar ou governar um Estado do Norte era indispensável a aprovação do Catete. Não se exigia prestígio pessoal, popularidade, influência do dinheiro, ou sequer domicílio no Estado. Quando Epitácio Pessoa foi sagrado chefe perante a política federal, havia vinte anos que não ia à Paraíba."¹⁰⁰ Portanto, o fato de Seabra residir no Rio de Janeiro acabou não sendo justificativa para a impugnação da sua candidatura e os argumentos jurídicos levantados por Rui Barbosa de nada valeram.

Seabra aproveitou-se de tais disputas na base governista para conseguir apoio de elementos influentes do PRB, como por exemplo, os irmãos e deputados federais Miguel e Antonio Calmon. Em Convenção, realizada a 30 de julho de 1911, o PRB decidiu indicar Domingos Guimarães como candidato de conciliação, mesmo desagradando alguns como Rui Barbosa que demonstrava sua preferência por um *marcelinista*, o deputado e ex-chefe de Polícia José Maria Tourinho. Segundo Severino Vieira, os governistas não pretendiam o apoio de Hermes da Fonseca mas apenas sua neutralidade no pleito.¹⁰¹

De fato havia, no meio político local, certo receio de que as eleições gerassem uma intervenção federal na Bahia como ocorrera em outros Estados. Para Faoro, em Pernambuco,

⁹⁹ Diário de Notícias, Bahia, 10 jul. 1911, p. 3.

¹⁰⁰ In MELLO, Osvaldo T. de Albuquerque. A Política do meu tempo. Rio de Janeiro, Foreuse Universitária, 1988, p. 6.

por exemplo, "(...) iria ferir-se uma batalha entre o governador, solidamente entrincheirado na muralha coronelista, e o governo federal, acionado pelos elementos militares, adversos às oligarquias."¹⁰² Em telegrama a Batista Pereira, Rui Barbosa demonstrou a vontade de abandonar para sempre a vida política diante da passividade com que os grandes Estados assistiram à deposição do governo do Rio de Janeiro e os acontecimentos em Pernambuco: "A eliminação do Rosa [e Silva] já passou em caso julgado. Seguir-se-à , depois, a da Bahia, ainda não destrinchado por se aguardar a reconciliação do Seabra com o Severino, em que o Hermes se empenha."¹⁰³

O clima de tensão se depreende também do telegrama de Luiz Viana a "amigos do Rio" que, ao fazer um balanço do momento vivido pela política baiana, denunciou a chegada de "jagunços assalariados" por Araújo Pinho com o objetivo de perturbar a ordem, ameaçando os seabristas.¹⁰⁴ Segundo Luis Viana, a intenção do governador baiano era impedir o reconhecimento de Seabra caso esse fosse eleito, o que seria relativamente fácil, uma vez que o governo detinha a maioria da Assembléia, inclusive o voto dos seabristas conseguido pelo acordo de 1911.

Além do mais, a oposição alegava que a verdadeira autoridade do Estado estava nas mãos de José Marcelino e não com o governador Araújo Pinho. Por parte do governo, circulavam boatos da possível formação de uma liga com Rosa e Silva, poderosa liderança pernambucana que não havia aderido ao PRC chefiado por Pinheiro Machado, para

¹⁰¹ Diário de Notícias, Bahia, 7 dez. 1911, p. 3.

¹⁰² Ver FAORO, op. cit., p. 639.

¹⁰³ Ver VIANNA FILHO, Luis. Op. cit., p. 411.

resistirem "à mão armada contra a União"¹⁰⁵. A violência só aumentava ainda mais a tensão política no estado.

Segundo o Correio da Manhã, naquele momento, "a Bahia é independente do PRC. Seu governo, a situação ali dominante não tem laços que a prendam ao sr. Pinheiro Machado, nem por que lhe prestar vassalagem."¹⁰⁶ No entanto, também corriam boatos de que os situacionistas só obedeceriam às ordens do senador Pinheiro Machado.¹⁰⁷

Araújo Pinho alertou por telegrama ao presidente Hermes que o general Sotero de Menezes - militar atuante na Campanha de Canudos, considerado disciplinador severo na repressão da revolta de 1904¹⁰⁸ e responsável pela Região Militar - estava intervindo na política interna em nome do PRC, e que por este motivo tinha enviado policiais após requisição do presidente da Junta Apuradora. Acrescentou o governador que as arruaças havidas nas ruas da cidade deviam ser atribuídas ao "(...) pessoal dos Correios, dos Telégrafos e das Obras do Porto com o fim de simular a opinião pública."¹⁰⁹

O deputado baiano João Mangabeira, em sessão da Câmara dos Deputados, criticou o telegrama de Araújo Pinho, atribuindo ingenuidade ao governador baiano que remetia o aviso ao próprio "mandante do crime", ou seja, segundo ele, ao presidente Hermes. Para Mangabeira, a situação na Bahia era de inteira responsabilidade do governo federal uma vez

¹⁰⁴ Diário de Notícias, Bahia, 31 out. 1911, p. 1.

¹⁰⁵ Idem, 27 out. 1911, p. 5.

¹⁰⁶ Ver Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 2 jan. 1912, p. 1.

¹⁰⁷ O Paiz, 3 jan. 1912, p. 1.

¹⁰⁸ Interessante notar que durante a revolta da Vacina, ocorrida na capital federal, quem comandou a repressão foi o ministro Seabra, ou seja, Sotero de Menezes cumpriu ordens do próprio Seabra.

¹⁰⁹ Diário de Notícias, Bahia, 29 nov. 1911, p. 5.

que os seabristas tinham como guarda-costas o próprio general Sotero de Menezes.¹¹⁰

Em resposta ao discurso de Mangabeira, o deputado Fonseca Hermes sentenciou: "(...) O dr. Mangabeira impressionou a Câmara com a sua palavra quente e imaginosa, porém, traiçoeira, pois confundia questão local com responsabilidade do presidente da República, atacando injuriosamente o marechal Hermes (...)."¹¹¹

Sotero de Menezes impediu que a polícia cercasse o edifício da Junta Apuradora. Segundo o jornal carioca *A Imprensa* a atitude de Sotero "(...) evitou que se ensanguentasse a Bahia."¹¹² Porém, o 6º Batalhão fazia exercícios de fogo na capital, numa clara indicação da espera de um conflito maior. Hermes da Fonseca solicitou a Sotero que providenciasse para que a força federal estivesse alheia à política local. Porém, não é bem isso que o general acaba fazendo.

Em telegrama ao Ministro da Guerra , o general Sotero faz uma avaliação da situação na cidade e lembrou que o governador Araújo Pinho foi partidário da intervenção em 1908, portanto antecipadamente justificou qualquer medida de força:

"(...) coibido como se acha de reduzir a cidade a pé de guerra, como aconteceu no seu reconhecimento em 1908, as emboscadas das ruas ocupadas por fortes piquetes embalados, cercado o edifício da Câmara por numerosa força policial e

¹¹⁰ *Idem*, 4 dez. 1911, p. 5.

¹¹¹ *Idem*, *ibidem*.

¹¹² In *Diário de Notícias*, Bahia, 2 dez. 1911, p. 5.

capangas assalariados, proibida a entrada da maioria do Congresso em verdadeiro regime de guerra, entretanto arrogasse amante da ordem, dizendo não pactuar com violências e escândalos, qualquer que fosse a sua procedência, esquecendo-se que o seu reconhecimento e conseqüente posse antecederam lamentáveis e escândalos nunca vistos até então.”¹¹³

A *Folha do Dia*, órgão carioca da família Hermes e dirigido pelo deputado Fonseca Hermes, criticou em editorial o expediente adotado por Araújo Pinho, que contratara jagunços com o objetivo de perturbar a ordem pública e declarou que “o governo não tem elementos para se enfrentar na luta eleitoral.”¹¹⁴ Segundo *O Paiz*, além do medo dos jagunços, a opinião pública mostrava-se descontente com o ato do governo estadual mandando alistar-se no regimento policial “muitos sentenciados”, ou seja, presos que cumpriam penas.¹¹⁵

Novos reforços de praças de exército chegavam a cada dia a Salvador. Não suportando as pressões e ameaças, o governador renunciou a 22 de dezembro de 1911, três meses antes do fim do seu mandato, poucos dias antes das eleições, alegando motivos de “moléstia”.¹¹⁶ Tiburcio d’Anunciação, um humorista da época, descreveu mais uma *Salvação Nacional* dando destaque ao desejo dos militares em governar os estados:

¹¹³ Idem, 6 dez. 1911, p. 1.

¹¹⁴ Idem, 19 dez. 1911, p. 3.

¹¹⁵ *O Paiz*, 4 jan. 1912, p. 1.

¹¹⁶ A Revista *Careta*, ironizando a situação política na Bahia, previu na sua seção Oráculo: “*Por excesso de garantias o governador da Bahia fugirá para o sertão, sendo eleito pelo marechal Hermes, para substituí-lo interinamente, o general Sotero de Menezes.*” In Revista *CARETA*, 16 dez. 1911.

(...)

A história dos generá
 Querê sê governadô
 Tá sendo muito falada,
 Se Pernambuco acalmou
 Depois que o Dantas Barreto
 De vez se encarapitou,
 Agora é no Rio Grande
 Que a função principiou

À vista disso os mineiro
 Deve é tomar cautela
 Depois de porta rombada
 Não adianta pôr tramela.

(...)

Na Bahia, ainda há pouco,
 Renunciou o presidente,
 Sem dizê nem água vai,
 Caladinho, de repente;
 Mas cá prá nós, com franqueza,
 O homem viu a coisa preta
 E fingiu que tava doente.¹¹⁷

O sucessor legal de Araújo Pinho seria o presidente do Senado Estadual, um padre político, Cônego Manuel Leôncio Galvão, que não aceitou o cargo sendo substituído pelo catedrático da Faculdade de Medicina e presidente da Câmara dos Deputados Aurélio Rodrigues Viana¹¹⁸.

¹¹⁷ In Revista CARETA, 6 jan. 1912, não pag.

¹¹⁸ Membro do Partido Republicano Baiano e violento adversário do presidente Hermes e da candidatura seabrista.

Sua primeira providência foi convocar o Congresso Estadual, para se reunir a partir de 15 de janeiro de 1912, a fim de resolver sobre a renúncia e marcar dia para proceder a eleição para preenchimento da vaga aberta. Baseava-se na lei nº812, de 30 de julho de 1910, que assim dispunha:

Art.20º A eleição de governador se efetuará em todo o Estado, quatro meses antes de findar o período governamental.

Parágrafo único : No caso de renúncia ou vaga, a Assembléia Geral do Estado designará o dia da eleição, dentro do prazo máximo de 90 dias, a contar da renúncia ou vaga, e expedirá as comunicações necessárias.

Crescia a tensão na cidade. O conselheiro, senador e chefe estadual Rosa e Silva declarou, naqueles dias, que não acreditava nas providências tomadas pelo governo da União e que , na Bahia, aconteceria o mesmo que em Pernambuco, pois "os políticos prometem uma coisa e fazem outra."¹¹⁹ O político pernambucano falava com a experiência de quem tinha sido derrubado pela salvação ocorrida no seu estado em 1911, substituído pelo então Ministro da Guerra Dantas Barreto. Segundo Souza, "embora [Rosa e Silva] houvesse apoiado a candidatura militar, não era muito bem visto por Pinheiro Machado (...) nem por Dantas Barreto, Ministro da Guerra, candidato ao controle político de Pernambuco. Explorando essa rivalidade política, as oposições pernambucanas, fora do poder desde o governo de Floriano Peixoto, juntaram-se para levantar a candidatura de Dantas Barreto à presidência do Estado. Realizaram-se as eleições e, apesar de a máquina

oficial estar nas mãos de Rosa e Silva, o que lhe propiciava a vitória nas urnas, a tropa federal, que dominava a cidade de Recife, interveio no Congresso. Este, intimidado e mutilado, reconheceu os poderes do Ministro da Guerra."¹²⁰

¹¹⁹ Ver Diário de Notícias, 6 dez. 1911, p. 5.

¹²⁰ Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op. cit., p. 205.

2.2-O Bombardeio de Salvador: a cidade "em chamas"

A renúncia do governador Araújo Pinho pegara de surpresa a bancada baiana na Câmara dos Deputados. Alguns deputados atribuíram o fato à recusa do governador em aceitar as imposições do senador José Marcelino, que queria obrigar Domingos Guimarães a desistir. Outros afirmaram que fora devido ao fato de o citado senador estar disposto a resistir armando jagunços nos sertões para atacar Salvador, pois estava convencido que Seabra contava com a maioria na Assembléia Geral. Por fim, uns poucos acreditavam que José Marcelino sairia como candidato a governador depois de obrigar Domingos Guimarães a desistir de sua candidatura. A renúncia do governador foi considerada, pelo Diário de Notícias, como "um ato de fraqueza manifesta, pois é convicção geral a vitória do dr. J. J. Seabra."¹²¹

Assistindo ao desenrolar dos fatos, o candidato e ministro Seabra afirmara que a renúncia obedecia a um plano político: adiar as eleições de janeiro para maio de 1912, quando o Congresso Nacional já teria reiniciado suas atividades e poderia impedir o reconhecimento da sua vitória, pois os governistas a davam como certa. O *Diário de Notícias*, de tendência seabrista, aproveitou para chamar Domingos Guimarães de "candidato caricato que se presta a servir de peteca aos seus correligionários"¹²².

O Governador interino Aurélio Viana, atendendo à orientação de Rui Barbosa, convocou a Assembléia Geral para reunir-se no dia 15 de janeiro na cidade de Jequié, no

¹²¹ Ver Diário de Notícias, 26 dez. 1911, p. 5.

¹²² Ver Idem, 16 dez. 1911, p.3.

interior baiano, a 358Km de distância da capital. A transferência da capital contrariava o artigo 8º da Constituição Estadual que determinava que só por motivo urgente, de salvação pública, poderiam funcionar as duas Câmaras em outro lugar fora da capital. Além do mais, eram necessários o assentamento de dois terços dos representantes da Câmara. Um jornal local publicou uma crítica à transferência com o título de "Outro Antônio Conselheiro em Jequié", onde afirmava que "salvação pública entra aí à força, fazendo caretas, absolutamente contra feita. O motivo não é nem pode ser esse."¹²³

Para Consuelo Sampaio, além das dificuldades de comunicação com Jequié, cidade que não contava com sistema de telégrafo, a transferência da Assembléia foi "(...) a maneira encontrada pela situação para evitar que forças federais pudessem influenciar o processo de reconhecimento. Se os resultados eleitorais fossem favoráveis a Seabra, a Assembléia, distante dos centros de decisão política, facilmente procederia à sua degola."¹²⁴

Na direção contrária, o vice-presidente do Senado Estadual, o barão do São Francisco, convocou deputados e senadores estaduais a se reunirem em Assembléia Geral a 15 de janeiro, em Salvador, por considerar que o partido governista não contava com os dois terços de representação.

Para o Jornal de Notícias, "os congressistas filiados ao Partido Republicano Conservador ir[iam] à remota cidade de Jequié, sem receio. Ir[iam] para protestar em primeiro lugar contra a mudança da capital, feita sem que fossem

¹²³ Ver Jornal de Notícias, 2 jan. 1912, p. 2.

¹²⁴ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit., p. 75.

respeitados os requisitos da lei, que regula o caso. Em segundo lugar, para protestar contra o adiamento da eleição governamental(...)."¹²⁵

Além de ter sido um erro político, pois facilitou aos contendores a ocupação da Capital, a mudança da Assembléia para o interior da Bahia acabou se prestando à troça da população e de jornais locais. A duplicação do Legislativo, fato inusitado no Estado, foi retratado com muito humor por Lulu Parola¹²⁶ ao saudar o leitor nos primeiros dias do novo ano. Nos versos que se seguem, ele nos antecipa o clima de tensão na cidade:

*Hoje é a primeira vez que nós nos vemos,
Desde o ano passado, amigo Zé ! ...
Portanto, é obrigação que nos saudemos:
- Bom dia! Como está? Entrou de pé?*

*Falamos tanta coisa! Que os extremos
Iam ontem chocar-se num banzê! ...
Mas, não caiu a trovoada... Temos
A lua nova agora em Jequié...*

*Deste soneto, no entretanto, a idéia
Não é tratar das duas Intendências,
E nem dos dois pedaços da Assembléia...*

*Num Ano Novo o coração me diz
Que a principal das suas exigências*

¹²⁵ Ver Jornal de Notícias, 2 jan. 1912, p. 2.

¹²⁶ Apelido usado por um dos mais importantes jornalistas baianos do seu tempo, Aloysio Lopes Pereira de Carvalho. Proprietário de um jornal local foi também deputado estadual.

*É dizer ao leitor : - Seja feliz!*¹²⁷

Apelidada de "Expedição de Jequié" , a convocação extraordinária gerou protestos uma vez que o governo liberou o crédito de 100.000\$000 para custear todo tipo de despesa parlamentar: do serviço de taquigrafia , transporte, publicação dos debates, ao cafezinho; tudo pago com o dinheiro do contribuinte. Tratando do folclore do "bombardeio", Vianna recolheu o seguinte versinho popular sobre a "Expedição":

*"Quem quiser ganhar dinheiro
Vá para Jequié ligeiro
Ajudar a jagunçada
De Antonio Conselheiro."*¹²⁸

Sentindo a iminência de um conflito maior, o governo estadual abriu um crédito de trezentos e sessenta e quatro contos de réis a fim de socorrer as despesas com o aumento da Força Pública.¹²⁹ Novamente, serviu de motivo para a sátira humorística publicada em jornal local: "Só não vai a Jequié quem não habilitar-se ao Grande Prêmio de 200:000\$000 da loteria de São Paulo, a extrair-se em 20 de janeiro próximo. Custa um bilhete a bagatela de 10\$000."

Graves conflitos explodiram em vários pontos da cidade. Era grande a inquietação por parte da população. Na noite do dia 8 de janeiro, na Baixa dos Sapateiros, tradicional área de comércio, praças do 49º Batalhão do Exército, chegados de Recife, se encontraram com soldados do regimento policial.

¹²⁷ In *Jornal de Notícias*, 2 jan. 1912, p. 1.

¹²⁸ Neste caso, o Conselheiro era o ex-governador José Marcelino. Ver VIANNA, Hildegardes. A propósito do "Bombardeio" e do seu folclore. In *Revista do IGHB*, Nº80, 1956, P.216.

Populares se reuniram aos praças do Exército dando vivas ao marechal Hermes e ao general Sotero. Os soldados foram agredidos por esse grupo com pedras e tiros de revólver. Os praças do Exército acabaram sendo presos pelo 6º Batalhão de Artilharia.

Na rua Chile, populares atacaram um bonde em que estavam dois policiais saindo ferida uma pessoa. No dia seguinte, na praça dos Veteranos, novo conflito entre policiais e três praças do 50º Batalhão de caçadores provocou correria e fechamento do comércio.¹³⁰ Outro conflito, no mesmo dia, agora entre policiais e populares resultou no saldo de dois mortos: "(...)um policial e uma criança que passava no momento da luta."¹³¹

Sobre os conflitos registrados naquele dia, Lulu Parola deixou os seguintes versos:

*Pois é como lhe digo aqui baixinho:
É isto; agora, a principal notícia
É a discórdia do exército e polícia,
Contra os quais a prudência é um bom padrinho...*

*Em divergência assim, cada milícia
Não pode ver a outra a caminho...
Para muito: - A Política é delícia;
Porém, quem paga o gozo é Zé-Povinho!
(...)¹³²*

¹²⁹ Ver O Paiz, 6 jan. 1912, p. 1.

¹³⁰ Ver Jornal de Notícias, 9 jan. 1912, p.9.

¹³¹ Ver O Paiz, 9 jan. 1912, p. 1.

¹³² Ver Jornal de Notícias, 12 jan. 1912, p. 1.

Um *habeas corpus* concedido pelo juiz federal na Bahia Paulo Fontes, o mesmo juiz do acordo entre o governo e a oposição baiana (representada pelo PD) em 1911, deu ganho de causa aos *seabristas*, ou seja, determinando manter a Assembléia na Capital; não foi, porém, atendido pelo governador interino , Aurélio Viana. O juiz Paulo Fontes comunicou o fato ao presidente Hermes e requisitou as garantias para execução de sua ordem judicial.

Aurélio Viana mandou a Polícia Estadual cercar o edifício da Câmara dos Deputados. Na véspera do bombardeio, reuniram-se em "*conferência política*" , no Palácio do Catete, sede do governo federal, os ministros Seabra, Toledo e Rivadávia; os senadores Quintino Bocaiúva, Pinheiro Machado e Antonio Azeredo e o líder da maioria na Câmara Federal, Fonseca Hermes. Segundo o Jornal de Notícias, "*tratou-se nessa reunião dos casos políticos da Bahia e de São Paulo.*"¹³³ Enquanto parecia cada vez mais certa a intervenção federal na Bahia, São Paulo era ameaçado de ser o próximo da lista de estados atingidos pelas Salvações.

Enquanto isso, o Ministro da Guerra Mena Barreto solicitou ao general Sotero de Menezes providências urgentes. Este, no dia 10 de janeiro de 1912, com um verdadeiro *ultimatum* ao governador, respondeu com um boletim nos seguintes termos:

7ª Região Militar

O general Sotero de Menezes, inspetor da 7ª Região Militar, faz saber que, tendo o governo do Estado se recusado terminantemente a obedecer ao habeas corpus

¹³³ *Idem, ibidem.*

concedido pelo exm. Sr. Dr. Juiz seccional, para que possam funcionar livremente , no edifício da Câmara dos Deputados, os congressistas convocados pelo exm. Sr. Barão de S. Francisco, presidente em exercício do Senado, cumpre-lhe , em obediência à requisição do mesmo juiz federal aos poderes competentes da República, fazer respeitar e executar essa ordem, pela intervenção da força sob seu comando, intervenção a que dará início dentro de uma hora. - Inspetoria da 7ª Região, 10 de janeiro de 1912."¹³⁴

O pânico se espalhou pela capital pois, segundo Calmon , respirava-se a luta mas não se contava com o canhoneio.¹³⁵ As famílias residentes no centro fugiram a pé ou tomaram bondes em direção ao subúrbio; o trânsito ficou paralisado; na esperança de não serem atingidas, algumas casas içaram bandeiras de nações estrangeiras e estabelecimentos comerciais fecharam as portas, pois o boletim não declarava o momento em que começaria a decorrer o prazo de uma hora dado pelo general Sotero.¹³⁶

Para piorar o clima na cidade, um folheto anônimo circulou pelas principais ruas do centro com os seguintes dizeres:

" (...) Baianos! Quem tiver cama se meta debaixo. Quem tiver mãe se esconda nas saias. Quem se julgar homem fique em casa que bala não tem letreiro. Este Sotero é o tal Sotero "oficial da caveira", "cavalheiro ou cavaleiro da Ordem do Come na Faca". Quem tiver tempo ponha "sêbo nas

¹³⁴ In SÁ, José de., op. cit., p. 379.

¹³⁵ Ver CALMON, Pedro, op. cit.

¹³⁶ Ver SÁ, op. cit., p. 380.

canelas". *Salve-se quem puder. Vamos morrer como carrapatos na lama? Orai por nós! Bahia, 10 de janeiro de 1912.*"¹³⁷

Às 13 horas da tarde começaram os disparos pelo Forte de São Marcelo, outrora construído pelos holandeses para defesa da cidade, anunciando o início das hostilidades. Quarenta minutos depois começou o bombardeio:

" O canhoneio era cruzado sobre a cidade, partindo os disparos: do forte São Marcelo, para o edifício do palácio do governo, de todos o mais visado, Câmara, Teatro São João e quartel do Regimento Policial, aos Aflitos; da fortaleza do Barbalho, onde é aquartelado o 6º Batalhão de artilharia de posição, para os mesmos pontos acima assinalados, e pelo Forte de São Pedro, quartel do 50º Batalhão de infantaria (caçadores); um dos canhões do Barbalho fazia disparos, visando o quartel do esquadrão de cavalaria de polícia, situado aos Barris."¹³⁸

O velho forte São Marcelo, vulgarmente chamado de Forte do Mar, por sua localização, responsável pelos primeiros disparos de canhão de pólvora seca, não ficou de fora dos versos de *Lulu Parola*. Quase inativo , todos ao dias ,o forte dava um tiro ao alvorecer e outro à noite por volta das nove horas, além de servir como um relógio. O fato de o forte ter começado as hostilidades naquele dia "(...) foi razão para muita chacota."¹³⁹ *Lulu Parola* descreveu assim o que a "fama caluniosa do Forte":

¹³⁷ In VIANNA, Hildegardes, op. cit. ,p. 217.

¹³⁸ In SÁ, José de, op. cit. , p.381.

¹³⁹ Ver VIANNA, Hildegardes, op. cit., p. 217.

"Quando eu olho da Praça para o mar
 E vejo agora o forte S. Marcelo,
 Digo: quem é que havia de pensar
 Que você entraria num duelo!

Sim! A verdade eu devo confessar,
 E não invento aqui nenhum libelo:
 Diziam que o teu forte era em salvar;
 Para o mais te metiam num chinelo!

Mas, depois que roncaste o tiro grosso,
 E que ouviram o baque do caroço,
 Acreditaram, mesmo sem querer...

Quando agora o teu vulto é examinado,
 Os que te achavam velho e desdentado,
 Dizem: - Quem é que havia de dizer?!¹⁴⁰

Os sinais para fazer fogo ou suspendê-lo eram dados às fortalezas do edifício da Delegacia Fiscal ao lado do Palácio do Governo. Nos prédios oficiais que foram atingidos, como o Palácio do Governo e a Intendência, os contingentes da polícia fugiram apavorados. O prédio do Palácio foi duramente alvejado, por cerca de três horas, tendo os estragos sido maiores nas paredes e no seu interior por conta de um incêndio provocado pelas bombas de dinamite:

"Rapidamente o fogo se propagou, atingindo os compartimentos onde eram instalados a diretoria de Terras e Minas, a Biblioteca Pública e salão nobre.

¹⁴⁰ Ver Jornal de Notícias, 17 jan. 1912, p. 1.

(...)

Essas repartições bem como as demais que trabalhavam nesse edifício, tiveram prejuízo total, tanto pelo fogo, como pela invasão de pessoas, que quebraram móveis, inutilizaram papéis, etc."¹⁴¹

A guarda federal da Delegacia, vizinha ao Palácio, nada fez para impedir o saque ocorrido nessas repartições. Só a Biblioteca Pública, criada em 1811, a primeira do Brasil e da América Latina, teve perda de mais de trinta mil volumes incluindo obras raras e sua coleção de jornais antigos. Segundo o *Diário de Notícias*, "(...) houve extravio de móveis e de livros do palácio e da biblioteca, até que a força do exército tomou os postos."¹⁴²

O incêndio da Biblioteca Pública levou Lulu Parola a fazer versos que denunciavam também o estado da instrução pública no estado:

*É mesmo coisa de doer à gente
Que se queimasse a nossa biblioteca!
(...)
Um cidadão, no entanto, me dizia:
Foi um desastre mesmo que arrepia!
Mas, eu não sei também como é que entenda...*

*Como é que possa bibliotecas ter
Um povo que não sabe, ao menos, ler,
E a quem não dão escolas onde aprenda!*¹⁴³

¹⁴¹ Ver SÁ, *op. cit.*, p. 382.

¹⁴² *Idem*, *ibidem*.

¹⁴³ Ver *Jornal de Notícias*, 19 jan. 1912, p. 1.

O Corpo de Bombeiros só conseguiu controlar o fogo no dia seguinte. Houve outras duas versões que circularam pela cidade para o incêndio no Palácio: a primeira atribuiu a um capitão, da Polícia Estadual, de nome Aristeu, a autoria do crime. Ele teria posto fogo utilizando querosene. Não se sabe ao certo o porquê. Segundo essa versão o fogo teria começado, na realidade, duas horas depois de cessado o tiroteio entre as forças federais e a polícia estadual, portanto não foi uma decorrência direta do bombardeio.¹⁴⁴ A segunda versão responsabilizou o tenente Propício Fontoura¹⁴⁵.

As destruições não se limitaram aos prédios públicos. O Teatro São João também foi atingido, assim como dois prédios situados à rua Chile, incendiados por "bala explosiva", e o prédio onde funcionava o escritório da *Light*¹⁴⁶, empresa responsável pelo abastecimento de energia da cidade e pelo sistema de bondes. Um prédio, na Praça do Conselho, vizinho ao consulado americano, recebeu balas no teto. Das balas lançadas do Forte São Marcelo em direção a Intendência muitas caíram em distantes lugares ; "(...) tudo com sério perigo e pânico desolador para moradores de pontos que se julgavam ao abrigo de surpresas destruidoras."¹⁴⁷ Uma granada, que visava a residência do candidato ao governo

¹⁴⁴ Idem, 24 jan. 1912, p. 3.

¹⁴⁵ Tenente do Exército na capital federal, sobrinho do general Mena Barreto, chegou à Bahia em missão especial pouco antes do bombardeio. Foi deputado federal pelo Estado, mas não foi reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes. Ver SÁ, José de. Op. cit.

¹⁴⁶ A *Bahia Tramway Light and Power* foi criada na Bahia em 1905, pelo norte-americano Percival Farquhar, com capitais europeus. Ainda era proprietário de uma linha de bondes, da *Bahia Gas Co.* e da *Compagnie d'Éclairage de Bahia*. Em 1913, a *Light* foi vendida ao Município de Salvador. Cf. SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional." In FAUSTO, Boris (org.). *História da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, tomo III, v. 1, 1975, p. 380.

¹⁴⁷ Ver SÁ, José de. Op.cit., p. 385.

Domingos Guimarães, atingiu um prédio vizinho nos fundos da casa desse político.

No dia seguinte ao bombardeio, a polícia fez diversas diligências com o objetivo de recolher os presos que fugiram da Penitenciária do Estado, conhecida como *Casa de Prisão com Trabalho*, aproveitando-se da confusão que reinava por toda a cidade. Segundo o *Jornal de Notícias*, o preso Adolfo Souza foi recolhido ao xadrez. Em sua posse foram encontrados vários objetos de ouro, provavelmente fruto de roubo.¹⁴⁸ Também foi recolhida à cadeia de correção a criminosa Hermínia da Silva condenada por infanticídio, que tinha aproveitado da confusão no dia do bombardeio para fugir.¹⁴⁹ O corpo que apareceu boiando num mangue existente junto à Penitenciária, quatro dias depois do bombardeio, foi considerado como sendo de um dos sentenciados que a Polícia não conseguiu capturar. No entanto, sua identidade não foi reconhecida.¹⁵⁰

O quartel do esquadrão da cavalaria da Polícia fora alvejado por alguns disparos que perfuraram as paredes e danificaram o teto. Porém, a residência do governador, um palacete no bairro das Mercês, próximo do local dos conflitos, foi poupada. Mas a bala de canhão que fora dirigida para o quartel central da Polícia, no bairro dos Aflitos, caiu em outro local: "(...) vitimou num quintal à Jaqueira [um bairro] , uma pobre mulher, gravemente ferida em vários pontos do corpo."¹⁵¹

¹⁴⁸ *Jornal de Notícias*, 16 jan. 1912, p. 9.

¹⁴⁹ *Diário da Bahia*, 30 jan. 1912, p. 1.

¹⁵⁰ *Jornal de Notícias*, 15 jan. 1912, p. 6.

¹⁵¹ Ver SÁ, José de, op. cit., p. 384.

Se, posteriormente, o general Sotero de Menezes afirmou que os estragos não tinham sido grandes porque "(...) nossos tiros eram admiráveis de precisão"¹⁵², por que essa residência a mais de 700m de distância dos pontos fortificados pela polícia fora atingida? O fato só vem confirmar que outros locais que não eram redutos de forças policiais foram alvejados, pois diversas granadas e balas de canhão foram lançadas sobre a cidade, talvez para amedrontar e dispersar possíveis conflitos.

Não houve uma declaração oficial quanto ao número de mortos e feridos. A revista CARETA, baseando-se em boatos, ao criticar a intervenção federal afirmou que "a conquista da Bahia custou umas 500 vidas" e foi resultado de uma violação à Constituição Estadual. Provavelmente houve certo exagero por parte da Revista uma vez que a lista dos mortos encontrada nos hospitais, mesmo que incompletas, não induz a essa estatística elevada. Além desse número, a Revista denunciou que os cadáveres dos soldados da polícia e do povo foram atirados em vala comum "com o devido desprezo".¹⁵³ A Revista Careta, declaradamente civilista, durante aquele mês de janeiro publicou uma série de charges contrárias ao bombardeio, assim como pequenos comentários (ver anexos).¹⁵⁴

Segundo Sá¹⁵⁵, foi impossível obter o número exato dos mortos mesmo analisando as listas das pessoas que deram entrada em alguns hospitais locais. No Instituto Nina Rodrigues, centro oficial de Medicina legal recém-

¹⁵² Diário da Bahia, 10 jan. 1913, p. 1.

¹⁵³ Ver Revista CARETA, 20 jan. 1912, s/p.

¹⁵⁴ Segundo Marcos Silva, enquanto a revista Careta era civilista, O Malho era hermista. Ver Caricata República, São Paulo, Marco Zero.

inaugurado, deram entrada 16 cadáveres sendo: 11 praças de polícia, 1 guarda noturno, 1 estrangeiro e 3 populares. Os cadáveres foram abandonados no passeio do edifício porque a guarda do Instituto, por estar desarmada, preferiu abandonar o local e trancar seu portão de entrada. Apenas no dia seguinte os corpos puderam ser autopsiados pelo médico legista que arrombou a portão.

À exceção do estrangeiro, o espanhol Domingos Solha, comerciante, atingido por um tiro disparado pela polícia - aliás, a colônia espanhola entrou com uma ação de indenização contra o Estado - e de um soldado de polícia - cuja morte deu-se por asfixia - para os outros cadáveres o Instituto Legal dispensou o exame de autópsia pela evidência da *causa mortis*.¹⁵⁶ A identificação dos praças de Polícia foi feita "(...) por antigos inferiores dos Batalhões Policiais (...). Nos casos de identificação incerta arquivaram-se os caracteres físicos."¹⁵⁷

No Hospital Santa Isabel deram entrada 21 feridos, dos quais 2 morreram algumas horas depois: Maria Januária Lopes, 41 anos, viúva, atingida por uma granada e Miguel Benedito dos Santos, 20 anos, ferido a bala na região abdominal.

No Hospital Militar foram registrados 4 cadáveres, sendo 3 praças de polícia e 1 corneteiro; e 8 feridos, todos soldados do Batalhão de artilharia.

¹⁵⁵ Ver SÁ, José de. Op. cit.

¹⁵⁶ Segundo o secretário da Associação Comercial da Bahia, Antonio Ribeiro dos Santos, o espanhol, dono de uma venda, não estava envolvido nos acontecimentos: "*Quando o esquadrão da polícia saiu para a rua, começou a tirotear a torto e a direito. Um dos tiros pegou nesse infeliz (...).*" Ver Jornal de Notícias, 24 jan. 1912, p. 3.

¹⁵⁷ Ver SÁ, José de, op. cit., p. 390.

Para o deputado Pedro Lago, situacionista, partidário de Rui Barbosa, a violência desencadeada pelo bombardeio assumiu proporções inacreditáveis, além das agressões, por todo o centro da cidade, "quinze marinheiros estupraram na Avenida Conceição, duas menores operárias."¹⁵⁸

Outro episódio do dia 10 resultante dessa onda de violência, foi o conflito armado entre soldados do exército e da polícia :o *cai n'agua*. Existiram duas versões para o que ocorreu próximo ao prédio da Associação Comercial da Bahia, no centro da cidade. A primeira delas, a oficial - foi explicada pelo próprio general Sotero: "o 6º Batalhão de Artilharia, armado à Infantaria, havia sido mandado para o bairro comercial para garantir a Alfândega, o Telégrafo e Obras do Porto, à requisição dos respectivos chefes, quando inopinadamente de emboscada agredido pela polícia resultando desse encontro forte tiroteio que produziu, infelizmente, a morte de 3 soldados e 6 feridos de nossa força."¹⁵⁹

Entretanto, a outra versão, a popular, que ficou conhecida como o *cai n'agua* foi bem diferente. O relato popular apontou para uma verdadeira chacina: cerca de 60 praças do 6º Batalhão de Artilharia intimaram a guarnição do posto policial a se render. Houve intenso tiroteio durante mais ou menos duas horas sendo mortos 15 policiais e 3 soldados do 6º Batalhão. Muitos policiais foram fuzilados dentro d'água, pois tentando fugir ao cerco jogaram-se ao mar . Segundo Vianna, "depois quando a calma voltou a

¹⁵⁸ *Idem*, p. 499.

¹⁵⁹ Ver VIANNA, Hildegardes. *Op. cit.*, p. 219.

reinar, os cadáveres dos soldados de Polícia boiavam nas águas da Jequitaia, obras do Porto e Baixa da Vitória."¹⁶⁰

A tragédia do *cai n'agua*, como ficou conhecido o episódio, inspirou versos cantados como músicas:

"Umbigo lustroso"¹⁶¹

"alça redonda" ¹⁶²

"Cai n'agua" dengoso

Dançando na onda

Socorro! Quem me acode

Me dê pra vestir uma saia

Tou fugindo do 6º

Morro se me agarra

Chora, chora, morcego¹⁶³

Tira de ti essa mágoa

Põe sebo na canela

Ou, então, cai n'agua

Corre, corre, corre, corre,

Abre o chambre sem parar

Ali vem o 6º de Artilharia

Danado para te pegar.¹⁶⁴

¹⁶⁰ Idem, p. 220.

¹⁶¹ No início da república era grande o preconceito em relação à ocupação de soldado de polícia. Várias brincadeiras e apelidos dão-nos o tom do preconceito, como por exemplo "umbigo lustroso" em referência ao cinto de fivela de metal reluzente do fardamento dos soldados. Ver VIANNA, Hildegardes, op. cit.

¹⁶² Outro apelido dado aos soldados, desta vez para marcar que eles não tinham o direito de usar roupa passada a ferro. Os soldados estiravam suas roupas com o auxílio de uma garrafa que servia como rôlo. Ver VIANNA, Hildegardes, op. cit.

¹⁶³ O tecido escuro do fardamento dos soldados originou esse apelido. Ver VIANNA, Hildegardes, op. cit.

¹⁶⁴ Idem, p. 220.

No dia do bombardeio, o *Jornal de Notícias* não circulou em virtude dos conflitos nas ruas e do fechamento do comércio. O tumulto tomou conta da cidade. Mas *Lulu Parola* não deixou de escrever. Esse "Cantando e Rindo" somente pôde ser lido dias depois, mas evidencia a surpresa da *pacata Bahia* diante do bombardeio:

*Já se pode sair, e sem receio;
 Já tudo entrou nos eixos da amizade...
 Sim, senhor! Desta vez a tempestade
 Foi mesmo o que se diz: - Caiu em cheio!*

*Quando o trovão roncou pela cidade
 Ninguém pensou que fosse bombardeio;
 Depois, foi que se viu... E esteve feio!
 Dos tiros - nem se sabe a quantidade!...*

*Já passou felizmente, a trabusana;
 E de novo na paz... republicana,
 O'pacata Bahia, tu repousas...
 Foi-se o Palácio e a pêndula da Intendência...*

*E o povo diz passada a efervescência:
 -Olhem que esta Política tem coisas!¹⁶⁵*

No dia seguinte ao bombardeio, a cidade amanheceu ainda sob o aspecto desolador dos acontecimentos da véspera. O governador interino Aurélio Viana renunciou ao cargo, passando o governo ao Presidente do Tribunal de Apelação e Revistas, o quarto na lista de sucessão governamental,

¹⁶⁵ Ver *Jornal de Notícias*, 15 jan. 1912, p. 1.

Braúlio Xavier. Lulu Parola aproveitou para demonstrar a instabilidade da situação política diante de tanta substituição:

*Parece não haver mais nada agora,
Que já tudo acabou... Digo - parece -
Porque às vezes a coisa melhora,
E de uma hora prá outra - recrudescer...*

(...)

*Queira Deus que segure desta vez;
E que, depois da calma se firmar,
Fique mesmo firmada em solidez...
Isto - é o que há de querer quem for patriota,*

*Pois não pode a Bahia mais ficar
Assim no bota-e-tira, tira-e-bota!¹⁶⁶*

Segundo o *Jornal de Notícias*, era grande o movimento de curiosos avaliando os estragos materiais causados pelas balas de canhão e várias balas de carabina *Mauser* foram encontradas espalhadas pelo chão. Os comerciantes, mesmo temerosos, abriam aos poucos suas lojas.

Mas esse clima de relativa paz durou pouco. Mesmo um dos órgãos que levantaram a candidatura de Seabra ao governo, o *Diário de Notícias*, registrou a ocorrência de várias arruaças. Um *meeting* realizado na Praça Municipal, pelo deputado Rafael Pinheiro, também jornalista no Rio de Janeiro e candidato pelo Partido Republicano Conservador,

¹⁶⁶ *Idem*, 26 jan. 1912, p. 1.

foi interrompido por tiros e correrias.¹⁶⁷ O próprio general Sotero, em telegrama ao presidente Hermes, apesar de afirmar que a cidade "se conserva [va] em aparente paz" , reconheceu que pela deficiência da sua força militar não era possível patrulhar toda a cidade.¹⁶⁸ Em parte, justificava o caos que reinava na cidade após o bombardeio.

De fato, três dias depois do bombardeio começou a ocupação militar da cidade: quinhentos praças do Exército estacionados em Recife tiveram ordem para seguir para a Bahia; a esses se juntaria o 53º Batalhão que se achava em Alagoas. Todas as forças seguiram para a capital baiana a bordo do navio *Brazil*. Segundo *O Paiz* , era aguardado também um contingente de forças do Exército que deveriam chegar no vapor *Júpiter* do Lloyd Brasileiro.¹⁶⁹

Ao contrário do que afirma a historiografia , principalmente a regional, para nós o deslocamento de consideráveis contingentes militares para a capital baiana configurou uma verdadeira intervenção no estado, mesmo que não tenha havido autorização formal por parte de Hermes (ver anexos). A ocupação, em vez de acalmar os ânimos, provocou mais conflitos entre o exército e a polícia estadual baiana.

O juiz federal Paulo Fontes comunicou ao Ministro do Interior Rivadávia Correia os acontecimentos ocorridos na capital baiana justificando o emprego da força:

"O governo interino do Estado, porfiando, sem justo motivo, desrespeitar o habeas corpus concedido em favor de

¹⁶⁷ Ver *Diário de Notícias* , 15 jan. 1912, p. 2.

¹⁶⁸ Ver *Jornal de Notícias*, 18 jan. 1912, p. 9.

senadores e deputados (...) , empregou , com abuso de poder, atroz resistência, com o espingardeamento feito pela polícia armada em pé de guerra. A força federal requisitada teve de combater essa violência para fazer respeitar a ordem legal. É lastimável que os espíritos obsecados pela paixão partidária se tivessem deixado arrastar a essas últimas consequências."¹⁷⁰

Ainda como consequência do bombardeio, um grupo tentou tomar de assalto a casa do ex-governador, ligado ao grupo situacionista, José Marcelino; apedrejou as vidraças e disparando muitos tiros de revólver, tendo sido necessário a interferência da polícia para conter os ânimos. O *Paiz* denunciou, em sua edição do dia 12, a falta de informações "amplas, precisas, verdadeiras" sobre o que se passou e ainda passava na Bahia atribuindo a culpa ao Ministro Seabra "(...) que tinha a sua poderosa mão sobre a torneira do telégrafo."¹⁷¹

O comerciante paulista Antonio Martins Alves relatou a um jornal suas impressões sobre o bombardeio, quando da passagem pela cidade a bordo do navio *Cap Verde*:

"-Saltamos na Bahia, eu e minha senhora, a fim de comermos peixe, cortar o cabelo, barba, etc. A cidade parece ter sido vítima de uma grande desgraça e outra coisa não foi. O palácio do governo, como todos sabem, é um monte de ruínas. Até o dia em que lá estive, os móveis do palácio, todos espatifados, jaziam atirados ainda no meio da rua."¹⁷²

¹⁶⁹ Ver *O Paiz*, 13 jan. 1912, p.1.

¹⁷⁰ Ver *SÁ, José de. Op. cit., p. 397-398.*

¹⁷¹ Ver *O Paiz*, 12 jan. 1912, p. 1.

¹⁷² Ver *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1912, p. 2.

Sucederam novos conflitos, na noite do dia 23, na Praça Castro Alves onde a chegada de um contingente do esquadrão de cavalaria da polícia provocou correrias. Populares reunidos com marinheiros do scout Bahia armaram barricadas e trincheiras e interromperam a passagem por meio de arames farpados e sebo que espalharam no começo da ladeira de São Bento. Parte do calçamento foi arrancado para aumentar a barricada. O tiroteio e as agressões começaram por volta das 20 horas, sendo morto à bala o sargento do esquadrão Basílio Marques de Santana. Enquanto isso, outros conflitos explodiam na Praça do Conselho, rua Nabuco de Araújo e Baixa dos Sapateiros resultando em muitos feridos e um morto. O PRC baiano, tentando colher dividendos políticos, divulgou que pagaria os funerais dessa vítima, cujo cadáver estava no necrotério do Instituto Nina Rodrigues. No entanto, o comparecimento no Instituto da família reclamando o corpo, frustrou os planos do Partido.¹⁷³ Na manhã do dia 24, novamente na Praça Castro Alves, deu-se novo encontro entre praças do exército, polícia, marinheiros e populares. Diversas casas comerciais fecharam suas portas por precaução e o tráfego de bondes foi suspenso.

O deputado federal pela Bahia João Mangabeira, apavorado, escrevera a Rui Barbosa denunciando que "*(...) os desordeiros prometeram à noite cortar os encanamentos de gás, deixando a cidade às escuras, praticando maiores violências.*"¹⁷⁴ Várias residências distribuíram armas do Exército a quem as quisesse: chamou a atenção da imprensa baiana a residência do tenente Patrício, à rua Carlos Gomes,

¹⁷³ Ver Jornal de Notícias, 24 jan. 1912, p. 9.

¹⁷⁴ Ver BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Brasília, Subsecretaria de Edições técnicas, 1996, vol. 3 (Primeira República), p. 515.

próxima ao local do bombardeio, pela variedade e quantidade de armas.¹⁷⁵

O presídio, situado à praça Barão do Triunfo, foi atacado no dia 25 por um grupo de populares entre vivas à Seabra, Luiz Viana, marechal Hermes e general Mena Barreto. Segundo o *Jornal de Notícias*, o numeroso grupo com tiros e pedras pôs a correr a força policial composta de 25 praças, responsável pela Casa de Correção, como era mais conhecido o presídio, e matou à bala o soldado Simplício Francisco do Nascimento, o único que resistiu. Em seguida, destruíram o que encontraram e deram liberdade aos reclusos ali existentes: "(...) sendo 100 de prisões correcionais, 43 alienados, 22 sentenciados com apelação (...) e 14 réus pronunciados para serem julgados pelo júri desta capital."¹⁷⁶

Muitos loucos postos em liberdade da casa de Correção, naquele dia, vagavam "ao abandono" pelas ruas da cidade. O *Jornal de Notícias* pedia enérgicas providências "(...) contra essas tristes alterações da ordem pública, que à hora em que terminamos estas linhas, ainda infelizmente continuam e é preciso que cessem."¹⁷⁷

Segundo o *Diário de Notícias* todos esses excessos giravam em torno de uma única idéia, "(...) uma só ambição, uma só trama: consolidar interinidade do governo Braulio Xavier, obstar a reunião da legítima assembléia estadual, (...), tolher, deste modo, a eleição, ainda não feita, do governador do Estado, e assim, entregá-lo ao

¹⁷⁵ Ver SÁ, José de, op. cit., p. 87.

¹⁷⁶ *Jornal de Notícias*, 26 jan. 1912, p. 6.

¹⁷⁷ *Idem, ibidem.*

protagonista do estelionato eleitoral [Seabra] de 28 de janeiro."¹⁷⁸

Os telegramas que da cidade partiam para a Capital Federal (Rio de Janeiro)davam notícia de possíveis conflitos por ocasião do enterro das vítimas da polícia, inclusive por causa da existência de barricadas ainda em muitas ruas: " (...) a polícia continua de emboscada, em palácio, a atirar sobre o povo que passa; o comércio está fechado e o tráfego de bondes suspenso; o povo armado resiste à polícia; o exército aquartelado não intervém(...)."¹⁷⁹

No mais, as manchetes dos jornais que circulavam no Rio davam o tom da gravidade dos fatos: "Continua a ser francamente revolucionária a situação no grande estado do Norte", "Continua anarquizada a vida do grande estado do Norte" e "A situação na Bahia assume excepcional gravidade: pela dinamite , são destruídos três jornais".¹⁸⁰

Ainda como parte do bombardeio, a imprensa foi duramente atingida, mesmo estando alguns jornais fora de circulação. Segundo alguns autores, a represália partiu do próprio povo. O edifício onde funcionava o *Diário da Bahia* , por exemplo, foi apedrejado por um grupo de pessoas entre gritos e vaias. Um dos mais tradicionais da cidade, esse jornal contava com 57 anos de existência e era de propriedade de Severino Vieira, ex-governador da Bahia, opositor de Seabra , uma das maiores lideranças do PRB, partido ao qual estava ligado o governador interino Aurélio

¹⁷⁸ Ver SÁ, op. cit., p. 510.

¹⁷⁹ Ver Jornal de Notícias, 25 jan. 1912, p. 6.

¹⁸⁰ Ver Correio da Manhã, 26 jan. , 29 jan. e 30 jan. 1912, p.1.

Viana. Além disso, o jornal foi durante muitos anos uma das "tribunas" preferidas de Rui Barbosa.

Segundo o *Jornal de Notícias*, a "multidão" atirou para dentro do prédio várias bombas de dinamite o que obrigou os funcionários a fugirem em debandada. O edifício foi invadido, as oficinas empasteladas e todos os móveis quebrados. Não satisfeito, o grupo ateou fogo ao prédio. Antes queimaram em praça pública o retrato roubado do salão nobre, do senador Severino Vieira, dono do jornal "por entre aclamações aos nomes do dr. Seabra e marechal Hermes."¹⁸¹ O prédio só não fora totalmente destruído pelo fogo por causa da chegada do Corpo de Bombeiros Municipais.

Em seguida a "multidão" foi para a sede de outros jornais locais: na Praça Castro Alves invadiu *A Bahia*, órgão das classes comerciais e industriais do Estado¹⁸². As máquinas foram quebradas e empastelaram todo o material das oficinas, cujas caixas foram atiradas nas ruas. Papéis, arquivos e coleções d'*A Bahia* alimentaram uma grande fogueira feita pela multidão. No bairro comercial, outro jornal foi alvo de violência desta vez *O Diário da Tarde* de propriedade do deputado federal José Gabriel de Lemos e Brito da corrente *marcelinista*.¹⁸³

Segundo o *Jornal de Notícias*, durante esses conflitos "além do soldado Simplicio Francisco do Nascimento houve

¹⁸¹ Ver *Jornal de Notícias*, 25 jan. 1912, p. 6.

¹⁸² Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Op. cit.*, p. 46.

¹⁸³ Os respectivos proprietários desses jornais moveram ação contra a União e o Estado da Bahia pelos danos e prejuízos sofridos nos acontecimentos de janeiro de 1912. Porém, em 1917 a ação indenizatória não havia ainda sido julgada. Ver SÁ, José de, *op. cit.*, p. 668.

outras mortes de soldados de polícia, cujos nomes não pudemos obter.”¹⁸⁴

Todos os jornais atingidos tinham ligação política com o grupo situacionista, isto é, com o ex-governador Araújo Pinho e o atual governador Aurélio Viana. Alguns faziam também constantes críticas à atuação política do ministro Seabra, como era o caso do *Diário da Bahia*. Pelo menos um, *A Bahia*, que encarnou o pensamento oficial nas administrações José Marcelino e Araújo Pinho, encerrou suas atividades em decorrência dos prejuízos causados pelos conflitos nos dias seguintes ao bombardeio.¹⁸⁵ O *Diário da Bahia*, diante dos prejuízos, voltou a circular somente um mês depois.¹⁸⁶

A depredação desses jornais levanta a dúvida em relação àqueles que estavam sendo chamados de povo.¹⁸⁷ Por que a população baiana atacaria os principais jornais situacionistas? Responsabilizava-os pelo bombardeio? Uma parte da população aterrorizada não tinha fugido para o subúrbio, como afirmaram os jornais locais? O que esperar de um bombardeio, senão mortes e destruições?

Como afirma Sá, é provável que uma parte das pessoas envolvidas nas depredações estivesse mesmo querendo se passar pelo povo. Para o autor, fazia parte de um plano os

¹⁸⁴ Ver *Jornal de Notícias*, 25 jan. 1912, p. 6.

¹⁸⁵ Ver CARVALHO FILHO, Aloysio.. *O Jornalismo na Bahia: 1875 - 1960*. In *Revista do I.G.H.B.*, nº 82, p. 17 - 27.

¹⁸⁶ A onda de empastelamento não ficou restrita à capital. Na cidade de Ilhéus, ao sul do Estado, meses depois do bombardeio, o jornal *A Luta*, de propriedade do ex-governador José Marcelino, teve suas oficinas depredadas. Não faltou quem atribuisse o crime ao então governador Seabra. Ver *A Ordem*, 19 jun. 1912, p. 1.

¹⁸⁷ Para Carone, não há essa dúvida pois, “*Recife e Salvador são dois exemplos de cidades [durante as “salvações”] em que há participação do povo contra as opressões oligárquicas. Os momentos de crise são as ocasiões para estas manifestações.*” Ver Carone, Edgard. *Op. cit.*, p. 276.

soldados da guarnição federal, dos batalhões, os marinheiros e os soldados das companhias de outros Estados apresentarem-se como o povo da Bahia:"(...) vestidos à paisana, mas de tal modo desajeitados, que ao olhar mais distraído dos transeuntes, se patenteava logo o embuste.

(...)

Esse pessoal voltava ao quartel a horas mortas, depois de ter cumprido o dever de alarmar a população baiana.¹⁸⁸

¹⁸⁸ Ver SÁ, José de. Op. cit., p. 63.

2.3- Repercussão do Bombardeio

2.3.1-Vozes locais

Foram vários os protestos contra a intervenção federal na Bahia. O caso do bombardeio de Manaus , praticado em 8 de outubro de 1910, ainda estava na memória de muitos como um ato de arbitrariedade do governo federal que usou medida de força - bombardeio e envio de tropas federais - para derrubar o governador Antonio Bittencourt que romperá com o clã dos Nery, grupo que dominava a política no Estado do Amazonas desde o Império. Em seguida à essa intervenção, o Rio de Janeiro também foi penalizado.

No caso da Bahia, segundo o jornal carioca *A Noite*, teria havido uma reunião no Catete, cinco dias antes do bombardeio , na qual o presidente Hermes, atendendo aos desejos da maioria dos líderes do PRC , tomou "enérgicas resoluções contra a intervenção nos Estados, principalmente na Bahia". Acrescentou ainda o jornal que o ministro Seabra saiu da reunião após o seu término "seriamente zangado"¹⁸⁹. Para o jornal estava claro que Seabra só teria a lucrar com a intervenção.

No entanto, ao contrário do que haviam previamente resolvido o marechal Hermes e o PRC, no dia 10 ocorreu a intervenção. Na época, surgiu o boato da existência de um telegrama do presidente Hermes para Sotero de Menezes dando ordem para o bombardeio. No entanto, segundo o *Diário da Bahia*, provavelmente o telegrama era apócrifo:"(...) assinado com a inicial de seu nome - M. seguido do sobrenome

- *Hermes, para ser interpretada esta assinatura - Marechal Hermes.*"¹⁹⁰

A Associação Comercial da Bahia pediu "enérgicas e imediatas providências" para garantir , após o bombardeio, o funcionamento do comércio ameaçado pelas sucessivas "desordens" , no que foi atendida pelo Inspetor da Região que autorizou o envio de 60 praças para policiar o bairro comercial. Preocupada em demonstrar neutralidade, a Associação Comercial apelou inclusive ao próprio presidente Hermes em telegrama no dia 27 daquele mês:

"(...)

Sobe a avultado o número de mortos e feridos depois de 10 do corrente; e o comércio, que não teve partidatismo político, reunido agora no edifício da Associação Comercial, apela para os sentimentos da humanidade de V. Exa. Para que evite que os caprichos e as paixões partidárias aumentem o número de vítimas que já se fizeram."¹⁹¹

Apesar de manter em seus estatutos a proibição de se envolver em questões políticas, a Associação Comercial teve participação ativa nos dias seguintes à intervenção.¹⁹² Segundo o tenente Propício Fontoura, a renúncia do governador Aurélio Viana tivera sido pedida por "uma comissão" que incluiu membros importantes da Associação Comercial.¹⁹³

¹⁸⁹ In *A Ordem*, 6 jan. 1912, p. 1.

¹⁹⁰ Ver *Diário da Bahia*, 25 mai. 1913, p. 1.

¹⁹¹ Ver SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Op. cit.*, p. 94.

¹⁹² Em 1911, as providências para a reforma das Obras do Porto, a construção da Avenida Jequitaia e melhoramentos no bairro comercial valeram a Seabra, quando Ministro da Viação, o título de Sócio Honorário da Associação Comercial da Bahia. Sobre as relações entre Seabra e a Associação Comercial ver SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Op. cit.*

¹⁹³ Ver *Gazeta do Povo*, 4 mar. 1912, p.1.

No entanto, a publicação de um boletim assinado por Antonio C. Soveral, em nome da Associação Comercial congratulando-se com a população baiana "pelo restabelecimento da ordem legal", provocou mal estar entre alguns membros da entidade e motivando a renúncia de parte significativa da diretoria, por discordar dos termos desse mesmo boletim. Posteriormente, o próprio Soveral negou que tivesse assinado o boletim.¹⁹⁴

Seguindo a tradição local de se envolver em discussões políticas, a Faculdade de Direito da Bahia protestou através do jurista e professor da Instituição Almqüio Dinis. Em carta a Rui Barbosa, condenou o bombardeio e atribuiu os vários tumultos ocorridos na capital baiana aos soldados do 49º Batalhão de caçadores, mandados de Pernambuco para "(...) beber o sangue dos negros da Bahia", que à paisana espalhavam-se "(...) com o nome de povo pelas ruas da cidade".¹⁹⁵ Neste sentido, demonstra bem um dos novos elementos das intervenções ocorridas durante o governo de Hermes: "o uso indiscriminado de forças federais envolvendo diversos estados."¹⁹⁶

O general Sotero de Menezes ao tentar amenizar a gravidade dos fatos em entrevista, afirmou que enquanto a força federal estava reduzida a 882 homens, a polícia estadual tinha 2000 homens e contava ainda com a "ajuda" de 3000 jagunços. Portanto, segundo ele, "era preciso agir. Em tal emergência seria loucura avançar para um sacrifício inútil. Por isso fiz o que faria qualquer homem de

¹⁹⁴ Ver SÁ, op. cit., p. 406.

¹⁹⁵ Ver BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. Op. cit., p. 481.

¹⁹⁶ Ver KEITH, Henry Hunt. Op.cit., p. 125.

tática."¹⁹⁷ Sotero chegou mesmo a afirmar que "o caso do bombardeio [era] uma balela". No entanto, por que o general Sotero presidiu uma comissão de caridade com o fim de angariar donativos "(...) para reparar os males causados pelo bombardeio", se não houvera nenhum bombardeio?¹⁹⁸

E se havia mesmo grande diferença de forças, o que explicaria o fato de algumas granadas atiradas para pontos onde estavam em maior número os policiais e jagunços terem sido suficiente para dispersá-los, como afirmou o próprio general ?¹⁹⁹ É mais provável que essa diferença tenha sido para o lado da polícia estadual.

No entanto, segundo o deputado situacionista baiano Pedro Lago, ninguém contava com a violência do golpe e por isso a resistência foi apenas ensaiada. Para ele não houve resistência na Bahia porque a polícia estava "esfacelada", não dispunha de armas sequer munições; todas entregues ao próprio general Sotero pelo então governador interino Bráulio Xavier. De acordo com uma ordem baixada no dia seguinte ao bombardeio a Força Pública do Estado ficara autorizada a recomeçar seu serviço porém, " (...) só armada de sabre".²⁰⁰

Rui Barbosa também acusou o governador interino Bráulio Xavier de remeter e dispersar pelo interior do Estado a maior parte do contingente da polícia estadual objetivando privar seu sucessor "(...) dos meios de exercer a ação de

¹⁹⁷ Ver CARONE, Edgard. Op. cit. , p.271.

¹⁹⁸ Ver Revista CARETA, 4 mai. 1912, s/p.

¹⁹⁹ Idem, ibidem.

²⁰⁰ Jornal de Notícias, 15 jan. 1912, p. 2.

sua autoridade."²⁰¹ Tal argumento reforçou seu requerimento de *habeas corpus* feito ao Supremo Tribunal, em favor do governador Aurélio Viana que havia renunciado sob coação um dia após o bombardeio, segundo Rui Barbosa, e encontrava-se refugiado na sede do Consulado da Venezuela, pois esse era vizinho ao Palácio do Governo.

Talvez o discurso local mais contundente contra a intervenção federal tenha sido feito justamente pelo senador Rui Barbosa em três frentes: no Senado, no Supremo Tribunal Federal e através da imprensa. Movendo inclusive uma ação jurídica para recolocar Aurélio Viana no poder, arriscou sua reputação política ao ir de encontro a uma decisão, o bombardeio, que parecia ter partido do próprio governo Hermes.

Para Rui Barbosa, o crime não tinha precedentes na história do Brasil pois, além das consequências para a cidade e seus habitantes, o bombardeio aparecia como inesperada exigência da ocasião. Quando na verdade, segundo ele, fora um ato premeditado, com alguns meses de antecedência. O ato, inclusive, feria um dos princípios gerais do direito internacional da época, do qual Rui era um dos maiores especialistas no assunto, que proibia o bombardeio aos portos exclusivamente comerciais, às cidades localizadas no litoral, como era o caso de Salvador; salvo fosse impossível reduzir a cidade de outro modo.

Rui Barbosa chegou a citar o exemplo da Espanha que em 1866 dera um prazo de quatro dias para abrir fogo contra Valparaíso, capital chilena; mas a Bahia tivera apenas uma hora: " (...) o aviso-prévio tem por fim dar tempo aos

²⁰¹ Ver BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. Op. cit., p. 503.

não combatentes, sobretudo às famílias, aos velhos, às mulheres, às crianças, de se abrigarem, e ainda, à população em geral, ricos e pobres, obreiros ou capitalistas, de salvar, ao menos, os valores móveis, os bens de fácil transporte."²⁰²

Segundo o senador baiano, portanto, o bombardeio foi uma surpresa, uma traição que durara dez horas em lugar das três a que se reduziu o bombardeio da capital chilena.²⁰³ Além do mais, para justificá-lo deveria haver ao menos alguma condição de resistência, mas o próprio general Sotero atestou que o governo interino não se opunha à execução do *habeas corpus*. Entretanto, Sotero pensara tratar-se de uma cilada e ordenara o bombardeio.

Para Rui era inadmissível que o bombardeio - um dos recursos excepcionais da guerra - pudesse ser usado "(...) como um instrumento de polícia usual para executar uma sentença". Aos seus olhos o episódio da Bahia era resultado, portanto, do que qualificou como "ajuntamento" da inconsciência do presidente Hermes, com a ignorância do general Sotero acrescido ao desequilíbrio moral do "ambicioso" Seabra.

Rui Barbosa também acusou o então Ministro da Viação Seabra de impor censura a todos os despachos telegráficos oriundos de Salvador, impossibilitando o protesto contra o bombardeio.²⁰⁴ O afastamento político de Rui e Seabra agravara-se com o bombardeio, contribuindo para tornar o

²⁰² Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 19 jan. 1912. Apud A Ordem, 27 jan. 1912, p. 2.

²⁰³ A afirmação contradiz a mais parte dos jornais locais, inclusive os situacionistas, que divulgaram que o bombardeio durou cerca de três horas. Ver Jornal de Notícias, 12 jan. 1912, p. 1.

Ministro da Viação ainda mais "antipático às elites políticas baianas"²⁰⁵. Naturalmente Rui, como partidário de Araújo Pinho, tomou a defesa do governo deposto. Além do mais, o senador tinha se constituído no "(...) centro da oposição mais vigorosa e atroz suportada por um presidente da República(...)" , no caso Hermes da Fonseca; portanto, naquela conjuntura, mas também em decorrência de suas atitudes antimilitaristas evidenciadas na campanha civilista, Rui era contrário à deposição violenta dos governadores de alguns Estados.

É Gomes quem nos lembra do importante papel desempenhado por Rui na política nacional: "(...) foi e continua sendo uma das mais sólidas representações da República, povoando a memória nacional tanto com suas vitórias como com suas derrotas."²⁰⁶ Ao analisar a fronteira entre o público e o privado no Brasil, a autora comparou duas figuras políticas contraditórias, porém simbólicas desse dualismo da formação social brasileira: Pinheiro Machado e Rui Barbosa. Os encontros e desencontros entre ambos dão o tom da vida política da Primeira República. Segundo ela, "vindos de direções inversas, encontravam-se os dois, razão pela qual foram endeusados e fulminados pela opinião pública. Uma posição complexa, pois a defesa do poder público [Rui] era também a crítica de seu desvirtuamento, vivenciado no artificialismo de uma

²⁰⁴Rebatendo às acusações, Seabra mandara publicar no *Diário de Notícias*, do Rio, que as demoras de que se queixava o "público" eram oriundas de defeitos nas linhas, tanto assim que o próprio serviço oficial estava com atrasos de até 3 dias. Ver *Jornal de Notícias*, 19 jan. 1912, p. 6.

²⁰⁵ Cf. NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Alguns aspectos do primeiro Governo de Seabra (1912 - 1916). In *Revista da Academia de Letras da Bahia*, nº 42, mar., Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1996, p. 175 - 187.

²⁰⁶ GOMES, Angela de Castro. A Política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In NOVAIS, F. A. (coor.geral); SCHWARCZ, L. M. (org. volume). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, vol. 4, p. 491.

autoridade central e na corrupção dos políticos. Por outro lado, a defesa do poder descentralizado [Pinheiro Machado] , representada pelo privatismo dos caudilhos, era igualmente a busca de sua contenção, ante a ameaça de 'anarquia', um sinônimo de ruptura da unidade territorial e dos contrastes federais que garantiam os códigos sociais mais amplos."²⁰⁷

É necessário salientar que Rui e Pinheiro Machado tinham sido amigos. O senador gaúcho era figura constante nas recepções da Vila Maria Augusta, como era conhecida a residência do baiano, na rua São Clemente na capital federal.²⁰⁸ Politicamente, estiveram juntos no apoio à eleição de Rodrigues Alves à presidência da República. Assim, como levantaram a candidatura de Campos Sales e, posteriormente, a de Afonso Pena à sucessão de 1905. No entanto, para a sucessão presidencial de 1909, Rui e Pinheiro Machado dividem-se em campos opostos. O senador gaúcho lança inicialmente a candidatura de Rio Branco, preterindo os nomes de Rui e do candidato do governo federal o Ministro da Fazenda David Campista. E é em reunião coordenada por Pinheiro Machado, no Morro da Graça, que é decidida a candidatura de Hermes da Fonseca. A partir de então estava selado o fim da amizade entre Rui e Pinheiro Machado. A campanha civilista aprofundou ainda mais as divergências entre ambos. Perguntado porque não apoiava a candidatura do amigo, o senador gaúcho respondera: " - Como?! Para ser derrotado em meu próprio Estado, pondo-me em oposição ao Borges de Medeiros?"²⁰⁹

²⁰⁷ Ver GOMES, op. cit., p. 496.

²⁰⁸ Ver MAGALHÃES, Rejane Mendes M. de Almeida. Rui Barbosa na Vila Maria Augusta. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

²⁰⁹ In SILVA, Ciro. Pinheiro Machado. Brasília, Editora UnB, 1982, p. 164 -165.

Passados mais de 15 dias do bombardeio, o ministro Seabra, que não havia renunciado ao cargo para disputar as eleições, apesar de os jornais insistirem que estava assentada a escolha do seu substituto, telegrafou ao *Jornal de Notícias* lamentando a gravidade dos acontecimentos: "Lamento, dolorosamente impressionado, cenas de sangue tem desenrolado nossa estremecida terra. Imploro cessação de tais cenas aconselhando a luta pacífica das urnas livres. Nunca subirei escadas poder senão pela vontade livre e espontânea do povo baiano. Afetuosas saudações."²¹⁰ A revista *Careta* sem acreditar nas intenções do ministro, ironizou o telegrama: "assim como chorou sobre o corpo gelado do presidente Pena o presidente Nilo, Seabra chora, depois de o haver ensanguentado, sobre o torrão natal, prantos de crocodilo."²¹¹

O bombardeio também repercutiu na Câmara dos Deputados. Para o deputado Luiz Pinto de Carvalho só houve uma vítima: uma mulher atingida por estilhaço de granada, a mesma pessoa citada na lista do Hospital Santa Isabel. Contestando tal afirmação, no plenário da Câmara, o deputado da situação Almaquio Diniz dissera que eram vítimas também aqueles que foram feridos, acusando os jornais de não mencionar que a tal granada ferira também *uma criança e um mancebo*, ambos atingidos nas pernas.²¹²

A polêmica sobre o bombardeio não ficou de fora do Carnaval de fevereiro daquele ano, evento considerado por alguns como "fraco" diante dos recentes acontecimentos. O *Clube da Arraza* desfilou com vários porta-estandartes. Em um

²¹⁰ *Jornal de Notícias*, 26 jan. 1912, p.1.

²¹¹ Ver *Revista Careta*, 3 fev. 1912, s/pag.

²¹² Ver *Jornal de Notícias*, 27 jan. 1912, p. 1.

deles estavam desenhadas as fortalezas do Forte do Barbalho, São Pedro e São Marcelo e no centro a figura do Ministro da Viação Seabra.²¹³ Os versos que faziam referência ao uso político da intervenção federal ,por parte do Ministro Seabra ,ganharam as ruas da cidade:

"Ai! Abre alas!
 Que eu quero passar (bis)
 A ferro e fogo
 Hei de governar (bis)."²¹⁴

Um "cordão" apresentou, no concurso carnavalesco daquele ano, o seguinte verso:

Sotero, yoyô, Sotero
 Sotero do coração
 Parente de Só Lotero
 Herói da bombardeação

Ai, Sotero
 Ai, Yoyô
 Cabra de fama
 Bombardeadô²¹⁵

O clube carnavalesco *Inocentes em Progresso* aproveitou a folia momesca para fazer uma bem humorada crítica intitulada *Expedição dos Jacarés* se referindo à reunião dos congressistas em Jequié. Segundo Viana, os sócios do clube desfilaram montados em jumentos, mulas, burros e cavalos"(...) levava[m] uma trouxa onde se lia a inscrição

²¹³ *Diário da Bahia*, 23 fev. 1912, p. 2.

²¹⁴ *Idem*, 29 mar. 1912, p. 2.

²¹⁵ Ver *Revista CARETA*, 9 mar. 1912, s/p.

4.000\$000, além de grande quantidade de bagagens, movéis, caçua de gêneros alimentícios, etc. Logo após vinha o carro do Pomo Desejado no qual se lia as inscrições:

CONGRESSO DE SANGUESSUGAS

100\$000 DIÁRIOS

QUEM PAGA?

NÃO É SOPA."²¹⁶

Ainda no mês de fevereiro, a Revista CARETA publicara que seriam processados todos os jornalistas "que entend[iam] que os bombardeadores da Bahia deviam ser submetidos ao Conselho de Guerra."²¹⁷

Para Lulu Parola, o assunto do dia ainda era o famoso Caso da Bahia presente em todos os jornais locais:

*Pois é isto!... Este Caso da Bahia
Tem dado que falar ao mundo inteiro! ...
Levou-se quase um mês, o de janeiro,
No tira-e-bota, aceita e renuncia;*

*Entramos desta sorte em fevereiro;
E ainda em fevereiro não há dia
Em que ao Hermes, Seabra, Rui, Pinheiro,
Zé-Povinho não passe vistoria! ...*

*É só do que conversa toda gente;
E o brasileiro, em regra imprevidente,
Nunca vi pensar tanto no futuro...*

²¹⁶ Ver VIANNA, H., op. cit, p.223.

²¹⁷ Ver Revista Careta, 10 fev. 1912, s/p.

*Sim! Que a pergunta agora deste povo,
Além do costumado - Que há de novo,
É saber se o negócio está seguro...²¹⁸*

Por fim, a situação financeira do Estado, já carente de recursos, também foi afetada pelas consequências do bombardeio, que aumentou a despesa pública em 26% sem incluir as despesas com a força pública " (...) transformada de regimento em brigada policial."²¹⁹

²¹⁸ Ver Jornal de Notícias, 6 fev. 1912, p. 1.

²¹⁹ Ver SÁ, José de. Op. cit., p. 106.

2.3.2- Repercussão nacional e no exterior

Além da repercussão local, o bombardeio provocou protestos por todo o país²²⁰. O Ministro do Interior, Rivadávia Correia, ficara receoso de que o presidente Hermes julgasse que a "desafeição" ao seu Ministro da Viação era o que orientava seu protesto. Para ele, além das vítimas a lamentar *"a impressão que se tem, através da precipitação e do atropelo com que tudo isso foi feito, é que o ministro candidato ao governo da Bahia se aproveitou da sua posição para, com um ato de força, depôr o governador em exercício, entregando o governo ao seu sucessor legal, com quem tem ligações (...)."*²²¹

Uma entidade conhecida como *Mocidade Acadêmica Paulista*, que congregava estudantes universitários, responsabilizou o senador Pinheiro Machado pelas *"Salvações"* que *"(...) com as botas em cima da Constituição, tram[ou] a decadência da nossa nacionalidade."* Os estudantes, principalmente os de Direito, que integravam a *Mocidade*, preocupados com a autonomia dos Estados, principalmente com a de São Paulo, recorrendo aos princípios de *"nacionalidade e patriotismo"*, condenaram a *"sinistra"* intervenção na Bahia, o que para eles era resultado da *"politicagem mesquinha do sr. J. J. Seabra"*.²²² O manifesto lançado pela *Mocidade* terminava convocando os brasileiros e os paulistas a congregarem-se em torno *"da bandeira da Pátria em funeral, como um corpo único em que pulse um só coração, em que vibre*

²²⁰ O Jornal de Notícias transcreveu as manchetes "alarmantes" dos jornais cariocas sobre o bombardeio: *"Revolução na Bahia"*; *"Edifícios bombardeados"*, *"A Bahia em sangue"*. Ver Jornal de Notícias, 20 jan. 1912, p. 9.

²²¹ O Paiz, 13 jan. 1912, p. 1.

um só sentimento - o da defesa das leis da República e da autonomia do Estado da Bahia, do Estado de São Paulo, de todos os Estados ameaçados de chacina."²²³

O Centro Antiintervencionista de Piracicaba , em São Paulo, assim que soube da demissão do almirante Marques de Leão, Ministro da Marinha, enviou-lhe felicitações pela "(...) nobre atitude negando apoio à criminosa e selvagem intervenção no Estado da Bahia."²²⁴

O jornal *Comércio de São Paulo* publicou um artigo, após o bombardeio, onde apelava à Seabra a fim de que seguisse o exemplo de São Paulo, evitando que sua vitória eleitoral na Bahia se realizasse por meios violentos.²²⁵

A sociedade civil também protestou. Senhoras residentes na cidade de Itú, no interior de São Paulo, dirigiram à esposa do marechal Hermes um apelo "(...)no sentido de empregar seus bons ofícios para fazer cessar o luto nos lares brasileiros, causado pela artilharia do exército."²²⁶

Em Minas Gerais, foi organizado um comício popular em frente ao Teatro Municipal para protestar contra a intervenção na Bahia e "prestar solidariedade ao povo baiano". Mas o comício não aconteceu : em virtude do mau tempo foi transferido para outro dia. Porém, o povo não se retirou do local, exigindo um orador. Contraditoriamente, o bombardeio foi entendido como resultado de uma disputa

²²² Ver *Diário da Bahia*, 22 fev. 1912, p. 1.

²²³ *Idem*, *ibidem*.

²²⁴ *A Ordem*, 27 jan. 1912, p. 2.

²²⁵ In *Jornal de Notícias*, 13 jan. 1912, p.4.

²²⁶ In *Jornal de Notícias*, 18 jan. 1912, p. 9.

local, e o ato, que deveria ser de indignação, terminou com vivas ao marechal Hermes.

O jornal *O Correio de Minas* responsabilizou o Ministro da Fazenda Francisco Sales, representante mineiro no Ministério, pelo fiasco do comício acusando-o de prestar apoio "*às loucuras do impatriota Seabra*" e de ter o Estado de Minas cruzado os braços "(...) *na mais criminosa passividade, no seu indecente muçulmanismo, na sua indecorosa servilidade, a tremer de medo.*"²²⁷

O comício tivera um estranho desfecho. Ainda em 1911, quando os salvacionistas se voltaram para os Estados do Ceará e Alagoas, uma reunião das principais lideranças do PRC deliberou aconselhar o presidente Hermes a proibir qualquer reação contra o governo desses Estados e a fazer algumas demissões no Ceará, São Paulo e Bahia, evitando a intervenção federal. Em parte, essa atitude foi provocada pela bancada mineira que estava unida contra as intervenções. Logo, Minas era um local apropriado para qualquer discurso de oposição às intervenções sendo pouco provável manifestações de simpatia ao governo.

O Centro Antiintervencionista Mineiro chegou a telegrafar ao Ministro, Francisco Salles, apelando para o seu patriotismo e concitando-o a renunciar a sua pasta como protesto à intervenção federal na Bahia.²²⁸

Qual a reação do governo de São Paulo? Como elo mais forte da *política dos governadores*, a posição assumida por São Paulo em relação ao *caso da Bahia* deve ser discutida,

²²⁷ In *A Ordem*, 27 jan. 1912, p. 1.

²²⁸ *Idem*, *ibidem*.

principalmente por ter um governo identificado com o civilismo colocando-se , em alguns momentos, como oposição ao governo de Hermes. Muitos estranharam o fato de não ter inicialmente o governo de São Paulo dado uma palavra em relação à intervenção da Bahia. Provavelmente por ter defendido o civilismo, desde a campanha presidencial em 1910, temia uma retaliação caso tomasse a defesa do governo baiano. Segundo Carone, *"como este Estado [São Paulo] lidera a campanha civilista, que é também uma denúncia da intromissão dos militares na política, a ameaça contra seus dirigentes começa cedo."*²²⁹

A ameaça de uma intervenção federal em São Paulo pareceu se confirmar em janeiro de 1910, quando foram enviados para o Estado tropas federais. No ano seguinte, nova ameaça. Em 1912, o problema sucessório agrava ainda mais a situação: a candidatura do ex-presidente Rodrigues Alves desagradou Pinheiro Machado, passando São Paulo a ser *" o único caso em que o interesse de intervenção é comum ao pinheirismo e aos militares."*²³⁰ No entanto, em 8 de janeiro de 1912, o acordo entre a situação e a oposição paulista, que garantiu a essa 1/3 dos cargos legislativos, fez desaparecer o receio de intervenção.

Segundo *O Paiz* , o que evitou o desastre foi *"(...) o bom senso do marechal Hermes e o prestígio sem igual do eminente candidato [Rodrigues Alves], que a quase unanimidade do Estado apoiava"*²³¹. Também não podia ser esquecido o fato da existência em São Paulo de poderosas milícias contribuir para frustrar a *"salvação paulista"*.

²²⁹ Ver CARONE, Edgard. Op. cit., p. 266.

²³⁰ Idem, ibidem.

²³¹ O Paiz, 12 jan. 1912, p.1.

Como afirma Keith, " a intervenção pela força constituía grave perigo de guerra civil."²³²

Para o Ministro Seabra, "enquanto na Bahia os seus adversários não conseguiram organizar sequer uma liga antiintervencionista", em São Paulo houve um grande movimento de solidariedade em torno do governo inviabilizando a intervenção.²³³

Em entrevista para um jornal, Seabra para reforçar seus argumentos, mentira ao público sobre a resistência na Bahia: de maneira intencional deixara de dizer que não só existira uma liga antiintervencionista na Capital, bem como nos municípios de Feira de Santana e Maracás, ou seja, havia certa mobilização de setores da sociedade baiana contrários a qualquer medida de força; mobilização essa não desprezada pela historiografia mas pouco enfatizada.

Por exemplo, poucos dias antes do bombardeio, um jornal da cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano, anunciava a instalação de outra liga nos mesmos moldes das anteriores. A *Liga Antiintervencionista de Cachoeira* seria aparelhada, segundo o jornal, com o objetivo de "pôr embargos, com o patriotismo de que é capaz o povo, às investidas de que estamos ameaçados por parte do governo federal, que - segundo propalam os que formam na rabadilha do "bagageiro do militarismo" - tem em mente fazer do ministro Seabra a coices darmas, o futuro governador da Bahia.(...)para resistir contra os arreganhos do banditismo político-

²³² Ver KEITH, op. cit., p. 96.

²³³ O Paiz , 13 jan. 1912, p.1.

militar, dela fazendo parte cidadãos pertencentes a todas as classes laboriosas da sociedade." ²³⁴

O Estado de São Paulo afirmou que o acordo de São Paulo obedeceu apenas ao "plano infernal" de acomodar o principal aliado da Bahia: " a combinação visou deixar a Bahia só, para que São Paulo também fique só quando atravessar uma situação semelhante à daquele Estado."²³⁵ O Correio de Minas acusou São Paulo de estar a "ninar-se" nos braços do governo federal, assistindo impassível a "destruição do valoroso Estado" que a seu lado combatera o militarismo.²³⁶

A Bahia aliara-se por duas vezes a São Paulo contra o governo federal. Em 1894, dera seu apoio a candidatura de Prudente de Moraes à presidência da República; em 1910 a chapa Rui Barbosa-Albuquerque Lins representara a oposição ao candidato oficial Hermes da Fonseca. Entretanto, no episódio do bombardeio, a atitude de São Paulo surpreendeu a elite dominante na Bahia. Para muitos, mesmo sendo oposição a Hermes, São Paulo silenciou. Segundo Rui Barbosa, um gesto de recusa feito por São Paulo "(...) teria, talvez, poupado à Bahia, o luto, que a cobria."²³⁷ Segundo Souza, São Paulo e Minas Gerais estavam mais inclinados a uma ligação com Pinheiro Machado do que com o "comitê das salvaçãoes", ou seja, com os militares salvacionistas.²³⁸

Um episódio interessante ocorreu no Estado, dez dias depois do bombardeio: o candidato ao governo de São Paulo , Rodrigues Alves, foi recebido por correligionários e

²³⁴ A Ordem, 6 jan. 1912, p. 1.

²³⁵ O Paiz , 14 jan. 1912, p.1.

²³⁶ In A Ordem, 27 jan. 1912, p.1.

²³⁷ Idem, 16 jan. 1912, p. 2.

²³⁸ Ver SOUZA, Maria do C. C., op. cit, p. 208.

populares entre aplausos e demonstrações de apoio à sua candidatura. Compareceram ao seu desembarque no cais do porto 20 moças representando os Estados da Federação Brasileira, das quais 19 vestidas de branco e uma, trajando "rigoroso luto", representando a Bahia.²³⁹ Segundo Sá, "era a Bahia, a família baiana, agasalhada no coração da mulher do Sul, que traduziu deste modo a verdadeira desgraça que envolveu a irmã do Norte, nas vestes negras em destaque da alvura da gaze que cobria as dezenove companheiras. Envolta em crepe, a Bahia ali estava, atestando ao país a morte de suas liberdades."²⁴⁰

A imprensa civilista da capital federal lamentou que o presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, no banquete oferecido pelo PRP (Partido Republicano Paulista) a Rodrigues Alves, dirigisse um brinde de honra ao marechal Hermes, sobretudo tendo-o feito logo após o discurso contra a intervenção na Bahia do orador oficial e líder da bancada paulista na Câmara Federal, o deputado Cincinato Braga.

A intervenção da Bahia também expôs as divergências dentro do grupo militar gerando consequências políticas graves para o governo Hermes. Uma das principais foi a crise ministerial iniciada com o pedido de demissão feito pelo Ministro da Marinha, o almirante Joaquim Marques Batista Leão, um dia após o bombardeio.

Protestando contra o ato que chamou de "nódoa indelével em nossa história", o Ministro Marques Batista Leão escrevera uma carta, ao presidente Hermes explicando os motivos da sua renúncia ao cargo, onde lembrava que desde o

²³⁹ Ver A Ordem, 20 jan. 1912, p. 1.

²⁴⁰ Ver SÁ, op. cit., p. 398.

início se colocara contra as "Salvações Nacionais" a começar pela ocorrida no Rio de Janeiro:

"No momento de deixar o cargo de ministro, sinto-me forçado a justificar, de modo positivo, as causas que me constrangeram a essa resolução.

O bombardeio da capital do Estado da Bahia, pelas fortalezas guarnecidas por forças federais, é uma iniquidade que atenta menos contra a Constituição Brasileira do que contra a civilização e a dignidade humanas.

(...)

Em outras ocasiões, insisti convosco pelo respeito à autonomia dos Estados, objetando as grandes consequências que resultariam de uma conduta atentatória das bases do nosso sistema federativo.

(...)

Não posso ser conivente no ato que acaba de ser praticado, sujeitando-me a ordenar a partida de forças navais para o porto da Bahia, porque reconheço a iniquidade que se pretende cobrir a vossos olhos sob um pretexto de legalidade."²⁴¹

Para o *Correio da Manhã*, a demissão do ministro não surpreendera ninguém. Segundo o jornal, por não ser um "ministro político", Marques de Leão encontrara desde o começo do período presidencial do marechal Hermes "a hostilidade disfarçada do sr. Seabra", principalmente porque sua independência e seu alheamento às questões restritamente políticas incompatibilizaram-no com muitos dos chefes do PRC: "preocupado antes de tudo com os trabalhos de reorganização da Marinha, o ministro era mais um

²⁴¹ *Idem*, p. 571 - 573.

administrador que um político. Não frequentava centros políticos; não tinha ambições; não se chegara mesmo a fazer candidato ao governo do seu Estado (...)."²⁴²

Mas como operações militares, ocorridas na capital baiana, consideradas ostensivas pela imprensa, passaram despercebidas pelo ministro da Marinha?

Em entrevista para o jornal carioca *O Século*, o general Sotero garantiu que o bombardeio "(...) era coisa assentada há meses(...)."²⁴³ Em novembro de 1911 houve na cidade uma preparação prévia coordenada pelo coronel Rêgo Barros que incluiu a triangulação dos possíveis pontos a serem bombardeados e a renovação das baterias dos fortes São Marcelo e Barbalho que tiveram seus canhões carregados desde 1º de janeiro daquele ano. O general Sotero confessou também "que não queria fazer fogo com as baterias do Barbalho [forte], pelo receio que tinha de fazer grandes estragos na cidade; podia vir abaixo todo aquele casario e era o diabo! Mas os rapazes [da força federal] insistiram (...)."²⁴⁴ Ou seja, havia portanto, já em 1911, planos concretos para uma possível intervenção em Salvador, como ocorrera em 1910 na cidade de Manaus.

No dia 27, depois da situação ter assumido maior gravidade, por determinação do presidente Hermes, o general Sotero foi destituído do comando da 7ª Região Militar. O presidente provavelmente percebera que Sotero perdera a condução dos acontecimentos e tornara a situação no Estado ainda mais grave. Meses depois a folha carioca *Jornal do*

²⁴² Ver *Correio da Manhã*, 12 jan. 1912, p. 1.

²⁴³ Ver *SÁ, José*, op. cit., p. 500.

²⁴⁴ *Idem*, p. 499.

Comércio espalhara o boato que Sotero iria ser removido para a inspetoria do Paraná. Dissera o jornal: "Pobre Curitiba!"²⁴⁵

A *Gazeta do Povo* chegou a publicar que cerca de 5000 senhoras da sociedade baiana assinaram uma lista pedindo a permanência do general Sotero de Menezes à frente da 7ª região militar. Porém, *O Diário da Bahia* negou a existência de tal lista afirmando que nenhuma "das 5000 senhoras baianas compareceu ao desembarque do general no Rio de Janeiro."²⁴⁶

A demissão do Ministro da Marinha abalou Hermes da Fonseca deixando a impressão de que nem o presidente nem o líder da maioria no Congresso Federal, Pinheiro Machado, tinham podido atenuar o ardor "purificador" dos salvacionistas militares.²⁴⁷

Talvez ainda mais significativo sinal da crise ministerial tenha sido a renúncia do Ministro do Exterior, o Barão do Rio Branco abalado pelos últimos acontecimentos da política interna, impossibilitado de explicar à diplomacia estrangeira porque o Brasil encontrava-se "(...) reduzido à categoria de Honduras e Guatemala".²⁴⁸

O *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro publicou um resumo do suposto manifesto que o barão do Rio Branco iria dirigir à nação e ao marechal Hermes sobre a situação política do país. O importante documento não chegou a ser entregue ao

²⁴⁵ *A Ordem*, 8 mai. 1912, p. 2.

²⁴⁶ Ver *Diário da Bahia*, 18 fev. 1912, p. 1.

²⁴⁷ Cf. KEITH, *op. cit.*

²⁴⁸ *A Ordem*, 14 fev. 1912, p. 1.

presidente. Mas o jornal garantiu tê-lo conseguido por intermédio "de um amigo íntimo do eminente brasileiro".

No documento, o Ministro do Exterior afirmava sua discordância quanto aos rumos tomados pela política interna adotada pelo governo. Segundo ele, não teria aconselhado a mudança de orientação "porque a sua intervenção de nada valeria". Confessava que a princípio fora simpático à candidatura de Hermes, mas após a intervenção no Rio de Janeiro convenceu-se de que o marechal "não passava de um militar que governava com maus elementos", não tendo conseguido, apesar das promessas, fazer um governo civil. O barão admitia que, por diversas vezes, quisera deixar a pasta "convencido de que o Brasil, militarizado por maus soldados, destruiu a sua obra [a boa imagem do Brasil no continente, fruto da diplomacia brasileira] quando devia ampará-la." Concluía o documento deplorando o momento vivido pela política interna, segundo ele, decorrência da política de ambições pessoais, "política que fez derramar o sangue de irmãos e bombardear cidades".²⁴⁹

Anos depois, o biógrafo e filho do presidente Hermes, Hermes Fonseca Filho defendendo o pai dissera que o manifesto era "pura invencionice". Não acreditava que o barão "(...) julgasse como responsável aquele que ele sabia perfeitamente ser a maior vítima de todo esse pandemônio."²⁵⁰

O Centro Antiintervencionista de São Paulo telegrafou ao barão dizendo-lhe que em memória do seu pai - o visconde do Rio Branco - e ante o bombardeio da Bahia lhe restava

²⁴⁹ Idem, 28 fev. 1912, p. 2.

²⁵⁰ Ver FONSECA FILHO, Hermes, op. cit., p.175.

apenas um caminho : deixar o ministério.²⁵¹ Provavelmente esse clima de pressão contribuiu para o agravamento do estado de saúde do barão que veio a falecer um mês após o bombardeio. Para o *Correio da Noite*, jornal carioca, "foi uma das granadas do forte de S.Marcelo que feriu em pleno coração o grande brasileiro. Foram os facínoras bombardeadores da Bahia que o mataram."²⁵²

Na época, adversários de Seabra na política local exploraram politicamente a morte do barão²⁵³, dizendo que ele morrera de trauma: ficara abatido física e moralmente com a repercussão dos acontecimentos na Bahia. Velho amigo de Hermes, Rio Branco era considerado pelo presidente figura ímpar no Governo tanto na gestão da política externa do país quanto como "colaborador e conselheiro abalizardíssimo"²⁵⁴.

O bombardeio acabou também influenciando na exoneração do Ministro da Guerra, Mena Barreto substituído pelo general Vespasiano de Albuquerque que representava a corrente antipolítica do Exército, por indicação de Pinheiro Machado.²⁵⁵ Os planos de Mena Barreto de militarizar todo o país fracassaram, mas ele admitira que mandara o general Sotero "fazer a eleição do dr. Seabra" e que desejava apossar-se do governo do Rio Grande do Sul, bem como colocar no Piauí, o coronel Coriolano de Carvalho; no Pará, o coronel Lauro Sodré; no Amazonas, os generais Salgado ou

²⁵¹ A Ordem, 24 jan. 1912, p. 2.

²⁵² In A Ordem, 6 mar. 1912, p. 1.

²⁵³ Múcio Teixeira, poeta que escrevia em um jornal carioca dedicando-se, segundo ele, às coisas do oculto, na sua coluna As Profecias de Múcio coincidentemente sentenciava dias antes da morte do barão: "Haverá pomposo luto nacional com a intervenção na Bahia..." In A Ordem, 20 jan. 1912, p. 1.

²⁵⁴ Ver FONSECA FILHO, Hermes, op. cit., p. 175.

²⁵⁵ Ver MUNIZ, op. cit.

Thaumaturgo; na Paraíba, o coronel Rego e no Espírito Santo, o capitão-médico Getúlio dos Santos.²⁵⁶

Enquanto o Ministro da Marinha se recusara a apoiar a intervenção, Mena Barreto deixava o ministério, "(...) por achar perdida uma oportunidade de se consolidar a dignidade republicana."²⁵⁷ Ao mesmo tempo em que tomou para si a responsabilidade pelas intervenções no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, Mena Barreto explicou as razões do seu afastamento do Ministério:

"Eu desejava transformar este país em um grande quartel, tendo cada Estado uma brigada estratégica comandado aqui por um marechal, na presidência da República, que é dentro da Constituição , o chefe de fato, das forças de mar e terra. Interromperam meu trabalho; vou tratar da saúde, que está muito abalada."²⁵⁸

Para a imprensa , a exoneração de Mena Barreto levantava dúvidas quanto "à solidez da situação seabrista". Mas o deputado Rafael Pinheiro, em abril de 1912, afirmou que a atual situação baiana estava firme e que não haveria reviravolta capaz de derrubar Seabra. E lembrou que "o Seabra subiu no dia em que o Mena caiu".²⁵⁹

A crise ministerial demonstrava que não havia consenso sobre as intervenções federais entre os próprios militares que se achavam divididos quanto à questão da legalidade ou mesmo da necessidade das "Salvações Nacionais" para depor governos estaduais.

²⁵⁶ Ver *Jornal de Notícias*, 4 abr. 1912, p. 9.

²⁵⁷ Ver FONSECA FILHO, *Hermes*, op. cit. , p. 173.

²⁵⁸ *Jornal de Notícias*, 4 abr. 1912, p. 9.

Por exemplo, ao assumir o comando da inspeção militar em Manaus, o general Henrique Martins publicou uma "ordem do dia" onde afirmava que "(...) o exército precisa [va] concentrar-se na sua instrução e no seu preparo técnico (...) para isso não deve [ria] distrair-se em agitações políticas , estéreis e perniciosas."²⁶⁰ Provavelmente o general referia-se também aos episódios ocorridos em 1910 quando Manaus foi bombardeada.

Outra importante liderança militar, o general Souza Aguiar, ao assumir o comando da 9ª Região Militar, com sede no Rio, declarou que o Exército "(...) que é uma parcela da própria nação ... não irá hoje desmerecer da própria responsabilidade atirando-se a violentas conquistas eleitorais de cargos que constitucionalmente podem ser ocupados por civis e militares(...)."²⁶¹

Militares como esses se viam como "a parte sã do Exército", uma corrente contrária "(...) às manobras politiqueras dos salvadores obedientes aos gestos sanhudos dos generais Mena e Dantas Barreto."²⁶² Frequentemente, na história da Primeira República, este grupo defendeu o afastamento do exército das questões relativas à política partidária, colocando-se em oposição àquela outra parcela do exército que se via como árbitro e salvaguarda do regime republicano e da própria sociedade brasileira. Por outro lado, tal dissensão no meio militar expressava as relações tensas entre dois dos integrantes da coalizão que sustentava o governo Hermes , de interesses nem sempre conciliáveis : os

²⁵⁹ Ver Revista CARETA, 20 abr. 1912, s/p.

²⁶⁰ A Ordem, 17 abr. 1912, p. 1.

²⁶¹ Idem, ibidem.

salvacionistas militares e Pinheiro Machado. Segundo Keith, "(...) as salvações militares foram efetuadas com oficiais assumindo o controle político nos estados em que a influência de Pinheiro Machado era mais fraca."²⁶³

De um lado, alguns militares buscaram assegurar inclusive que as "Salvações Nacionais" não iriam resultar na instalação de novos grupos leais ao senador gaúcho. De outro, Pinheiro Machado, com o intuito de neutralizar a liderança militar, chegou a queixar-se com o presidente Hermes "(...) de que oficiais militares não deviam servir como agentes nas 'redenções' estaduais, sugerindo que ele, Pinheiro Machado, tivesse a incumbência de dirigir o processo através do PRC e seus correligionários a nível federal e estadual; quando os militares souberam disso, enviaram uma comunicação ao Marechal na qual reafirmavam o seu papel nas salvações e reservavam para si a liderança na 'política de purificação'."²⁶⁴

O bombardeio de Salvador repercutiu também no exterior. Os títulos brasileiros baixaram nas rodas financeiras européias; o câmbio caiu e os empréstimos de empresas brasileiras não conseguiram ser lançados na Europa. Com fina ironia, a revista *Careta* advertiu: "isso se chama regenerar o regime republicano."²⁶⁵

Além disso, "em círculos de estrangeiros dizia-se(...) que alguns ministros representantes das potências européias, tinham enviado telegramas urgentes aos seus

²⁶² Idem, *ibidem*.

²⁶³ Ver KEITH, *op. cit.*, p. 133.

²⁶⁴ Idem, p. 134.

²⁶⁵ Ver Revista *CARETA*, 20 jan. 1912, s/p.

governos pedindo-lhes que mandem já navios de guerra estacionar em nossas águas para proteção de interesses e direito de seus súditos, porque prevêm a repetição de acontecimentos como esse da Bahia, perturbadores da ordem pública e ameaçadores da vida das populações e da propriedade particular."²⁶⁶

Como não podia perder a oportunidade de explorar politicamente o fato, o *Diário da Bahia* fez publicar que até mesmo uma revista francesa, a "Tout le Monde", muito aceita nos meios militares, ao tomar conhecimento do bombardeio através de telegramas, fez críticas em um artigo: mais uma vez o Brasil aparecia dando "(...) assunto aos cronistas e cuidado aos capitalistas que lá entrega [vam] seus capitais."²⁶⁷ Sem perder o entusiasmo com o Brasil, o artigo mostrava-se curioso em conhecer a Constituição do país que permitia fato tão estranho quanto o bombardeio de cidades. Lembrava, ainda, que houve uma época em que o Brasil esteve em foco na Europa através de "personagens de notoriedade na política e nas letras", mas naquele momento casos como o bombardeio de Salvador, o do *Satélite*²⁶⁸ e o da *Ilha das Cobras* desonravam o nome do país aos olhos do "mundo culto".

Os jornais argentinos *La Prensa* e *La Argentina* publicaram longos telegramas do Rio de Janeiro, com minuciosas informações e fotografias dos acontecimentos

²⁶⁶ Ver *Correio da Manhã*, Rio, 15 jan. 1912, p. 1.

²⁶⁷ In *Diário da Bahia*, 24 fev. 1912, p. 1.

²⁶⁸ Conhecido como "navio da morte", saiu do Rio com destino à Amazônia levando fuzileiros navais que integravam a revolta de 1910. Além desses, ladrões, exploradores de mulheres e prostitutas. Muitos foram fuzilados durante a viagem. Ver FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp, 1995.

ocorridos na Bahia. E o *La Nacion* alertava que "uma grande revolução ameaçava todo o Brasil".²⁶⁹

²⁶⁹ Ver *A Ordem*, Cachoeira, 27 jan. 1912, p. 2.

2.3.3- A luta travada no Supremo Tribunal Federal

Um dos aspectos que foi desprezado pela historiografia e que deve estar presente na discussão da intervenção na Bahia é o jurídico, pois gerou uma polêmica em torno das razões da renúncia do governador interino Aurélio Viana, para muitos feita sob coação.

Se a situação era ilegal, como se fez a sua defesa no estado da Bahia? Quais os principais argumentos utilizados por Rui Barbosa nas solicitações dos *habeas corpus*? Em que estava baseada a discussão jurídica? Por fim, a intervenção federal gerou um debate sobre a sua legalidade, que foi politicamente usado pelos representantes dos grupos desalojados do poder na Bahia.

Por que o caso não foi levado a julgamento no Supremo Tribunal Militar, como ocorrera com os implicados no bombardeio de Manaus em 1910, mas apenas julgado pelo Supremo Tribunal Federal?

No caso de Manaus, o comandante da flotilha do Amazonas capitão Francisco C. da Costa Mendes e o coronel Joaquim Pantaleão de Queiroz Telles, inspetor da 1ª região militar, foram submetidos a conselho de investigação acusados de envolvimento na deposição do governador Antonio Bittencourt. No entanto, a absolvição dos militares não foi aceita pelo ministro da Marinha Dantas Barreto que os mandou ao conselho de guerra. Novamente absolvidos, o Supremo Tribunal Militar(S.T.M.) ordenou novo julgamento apenas para o capitão Costa Mendes com a presença de novos elementos de processo. Com base no Código Penal Militar, o

réu foi inocentado da acusação de crime de sedição e revolta. No entanto, o S.T.M. votou pela pena de grau médio, ou seja, sete meses de prisão "na ausência de atenuantes e agravantes."²⁷⁰

No caso do bombardeio da Bahia, em entrevista a um jornal, o general Vespasiano de Albuquerque negou que em sua missão estivesse incluída "a incumbência de um inquérito, ou de uma sindicância a respeito dos últimos acontecimentos"²⁷¹. Para ele, sua missão não era política apenas tinha "o encargo de informar o governo e de velar pela legalidade e pela ordem."²⁷²

A repercussão do bombardeio da Bahia não se limitou ao Executivo e o Legislativo, envolvera também o Poder Judiciário que representava um papel arbitral, pois eram onde as querelas políticas acabavam indo parar. Como dissemos anteriormente, com a renúncia do governador Araújo Pinho em 1911 e a recusa do Cônego Leôncio Galvão, presidente do Senado estadual, em aceitar assumir o cargo, o governo foi ocupado provisoriamente pelo presidente da Câmara dos Deputados Aurélio Viana até as eleições marcadas para março. Mas o bombardeio alterou a situação, pois Aurélio Viana renunciou um dia após o episódio passando o cargo ao presidente do Tribunal de Apelações e Revistas, conselheiro Braúlio Xavier, que confirmou as eleições para 28 de janeiro de 1912.

Segundo Carone, "(...) no Rio de Janeiro, Pinheiro Machado e Rio Branco forçam o governo federal a repor Aurélio Viana. A intenção do primeiro é atacar a política

²⁷⁰ Ver O Paiz, Rio, 5 jan. 1912, p. 1.

²⁷¹ Ver Correio da Manhã, Rio, 26 jan. 1912, p. 1.

dos militares, usando os elementos de José Marcelino.²⁷³ O presidente Hermes autorizara Sotero a reempossar Aurélio Viana. Tardiamente, pois a situação nas ruas da capital baiana tornara-se incontrolável. Nos distúrbios, mais mortos e feridos. No dia 26, nova renúncia de Aurélio Viana. Assumia novamente Braúlio Xavier até as eleições.

Lulu Parola aproveitou para acentuar o que chamou de "gravíssima e original" situação política no estado. Seus versos referem-se às duas renúncias de Aurélio Viana que alteraram a suposta paz propagada pelos jornais situacionistas:

*Entra e sai, torna a entrar, torna a sair!...
Não há quem diga que não é brinquedo,
Coisa feita prá público se rir,
Quando é coisa, aliás de meter medo...*

*Vai toda gente para casa cedo,
O mais cedo que pode conseguir,
Levando sempre um lúgubre segredo,
Destes que o Dom Boato faz ouvir...*

*Ontem, desde que o Braúlio tomou conta
Que foi esta a perguntar: - Então, que diz?
Fica o Braúlio, ou de novo Aurélio monta?*

*E quem vê estas coisas - a dizer
- Oh! Que possante e singular país,
Que faz até "lawn-tennis" do Poder!²⁷⁴*

²⁷² Idem, *ibidem*.

²⁷³ Ver CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 273.

²⁷⁴ Ver *Jornal de Notícias*, 27 jan. 1912, p. 1.

Três dias após o bombardeio, Rui Barbosa solicitara ao Supremo Tribunal Federal a concessão de *habeas corpus* contra "as agressões, as ilegalidades, as perseguições, os constrangimentos e arbítrios" que estavam sofrendo primeiro, o governador Aurélio Viana impedido de desempenhar suas funções pelo general Sotero que já havia empossado outra pessoa no Governo do Estado, e sem poder protestar por estarem os despachos telegráficos sob forte censura do Ministro Seabra; segundo, o Presidente do Senado da Bahia, o Cônego Leôncio Galvão, primeiro substituto do governador, impedido de assumir por força da ocupação militar; por último, os 10 senadores e 23 deputados, membros da Assembléia Legislativa do Estado reunidos em Jequié a fim de assegurar-lhes os direitos para exercerem suas funções e garantir seu regresso.²⁷⁵

No mesmo dia em que foi dada entrada a esse pedido de *habeas corpus*, Rui Barbosa fez um apelo no Supremo Tribunal Federal onde interrogava se na Bahia "(...) ninguém reclama, ninguém se inquieta, ninguém ameaça(...)" , ou seja, se a Bahia estava em paz, por que a remessa sucessiva de armas, batalhões e de navios de guerra? Para o senador havia uma farsa sendo montada que encobria a "inconstitucionalidade grosseira" no caso da Bahia. Segundo Rui Barbosa, diante de tantas contradições, era necessário que o Supremo Tribunal Federal garantisse os direitos dos impetrantes. Rui Barbosa juntou à petição exemplares dos jornais cariocas *A Noite*, *Correio da Noite*, *O Século*, *A Notícia*, *A Imprensa* e *O Paiz*, críticos fervorosos da administração Hermes, onde constavam referências aos fatos

²⁷⁵ Ver BONAVIDES, Paulo, *op. cit.*

por ele citados.²⁷⁶ Os jornais serviriam para consubstanciar a petição.

Diante da gravidade dos fatos e, supomos, para mostrar isenção, a resposta do Supremo Tribunal Federal foi dada no mesmo dia. Ao examinar os autos que compunham a alegação, os juizes concluíram que os impetrantes não provaram *suficientemente* que Aurélio Viana tivesse sido ameaçado no exercício do seu cargo, inclusive porque devido à censura telegráfica "(...) que dizem estar o governo exercendo, não têm meios de apurar a verdade dos fatos".²⁷⁷ No entanto, os juizes admitiram que a ação das tropas federais estacionadas na Bahia podia ter criado uma situação de constrangimento decidindo, por fim, solicitar "esclarecimentos escritos" do Presidente da República, do Governador do Estado e dos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Assinava o acórdão do *habeas corpus* nº3137, o ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, relator do processo, Epiácio Pessoa²⁷⁸.

No dia seguinte, o Supremo Tribunal Federal julgou *incompetente* o juízo da seção da Bahia para conceder mandato de manutenção aos membros da Assembléia Legislativa do Estado, sendo ordenada a expedição de contra-mandato. Evidente as razões para a recusa do Supremo Tribunal Federal, pois aceitá-la seria expor o presidente Hermes.

No dia 20, Rui Barbosa pediu urgência para a concessão do *habeas corpus* achando estranho que o Presidente da

²⁷⁶ A dificuldade em obter jornais locais para instruir parte dos *habeas corpus* que requereu, fez com que Rui Barbosa tivesse que pagar "dezenas de mil réis" a um funcionário do Correio para obter exemplares avulsos. Ver SÁ, José de, op. cit., p.85.

²⁷⁷ Ver BONAVIDES, Paulo, op. cit., p. 468.

²⁷⁸ Político paraibano, chefe partidário estadual e presidente da República (1919 - 1922). Sobre Epiácio Pessoa ver LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba. São Paulo, Record, 1993.

República solicitasse ao general Sotero, em parte responsável pela desordem na capital baiana, que repusesse o governador Aurélio Viana no cargo cercando-o de garantias. Rui, desconfiado das intenções de Sotero, denunciou que o governador corria inclusive risco de vida: "*Diante dele [Aurélio Viana] se acha comandando a guarnição o mesmo general que o depôs, o mesmo general que bombardeou, que incendiou a cidade (...).*"²⁷⁹

No entanto, o Ministro da Guerra Mena Barreto se opunha à execução da ordem presidencial. Afirmara ao jornal *A Noite* esperar mais informações sobre o caso do general Sotero "(...) não tendo ido por isso, até aquele momento, ordem para a reposição do Dr. Aurélio Viana."

A tentativa de retardar uma ordem presidencial, até mesmo deturpá-la, demonstrava também as divergências entre os membros do governo Hermes: o Ministro da Guerra não reconhecia uma ordem dada pelo Ministério do Interior.

A reposição de Aurélio Viana , no dia 24 de janeiro, foi autorizada por Hermes, porém a situação política continuou indecisa. Os civilistas, julgando-se vitoriosos pelo fato de terem conseguido a reposição do governador, exigiam mais: a retirada das forças do Exército estacionadas na cidade, a demissão e processo do general Sotero e a demissão dos ministros Seabra e Mena Barreto.²⁸⁰ Alguns jornais chegaram a dar notícia da demissão desses dois ministros. O clima era de conspiração, "(...) não para uma luta armada, mas para botes seguros contra o poder."²⁸¹ A

²⁷⁹ Ver BONAVIDES, Paulo, *op. cit.*, p. 473.

²⁸⁰ Ver *Jornal de Notícias*, 24 jan. 1912, p. 6.

²⁸¹ *Idem, ibidem.*

respeito da reposição do governador baiano, a revista *O Malho* publicou uma charge com o título *A Semana da Aviação Política* onde aparece o marechal Hermes dizendo: "Mandei repor outra asa no [avião] da Bahia e espero, dentro de pouco tempo, que todos voem serenamente, porque estou farto de ver tanto aviador aterrado!"²⁸²

Rui, em telegrama ao amigo e deputado federal João Mangabeira, sentenciou: "Aurélio deve assumir governo ainda em risco de nova deposição. Se for deposto, estará então tirada prova real falta de garantias e não terá fornecido pretexto para sofismas. Disto depende toda situação."²⁸³

Para Rui Barbosa, a verdade estava sendo " (...) sistematicamente adulterada por uma conspiração de ministros e de generais."²⁸⁴ Contudo, segundo um jornal "(...) a reposição não passa[va] de uma declaração do dr. Rivadávia Correia, feita sem autorização do Presidente da República e sem conhecimento do Ministro da Guerra."²⁸⁵ No entanto, pela segunda vez naquele mês, Aurélio Viana renuncia. As garantias não estavam asseguradas e a situação motivou um segundo pedido de *habeas corpus*. No discurso de Rui feito no Supremo Tribunal Federal, no dia 27 de janeiro, o presidente do Supremo Epitácio Pessoa, pediu ao orador que respeitasse os 15 minutos concedidos pelo Regimento do Supremo. Rui Barbosa ameaçou não discursar pois, não poderia "(...) defender o direito dos impetrantes perante o Supremo Tribunal , sem contar com a benevolência desta Casa (...) para que escute as minhas deduções ou a atenção que elas (e

²⁸² Ver *O Malho*, Rio, 27 jan. 1912.

²⁸³ Ver MANGABEIRA, João. Rui. O estadista da República, Rio de Janeiro, Ed. Livraria José Olympio, p.176.

²⁸⁴ Ver BONAVIDES, Paulo, op.cit., p.

não o advogado) me parece que merecem do alto Tribunal de Justiça."²⁸⁶

A partida do general Vespasiano de Albuquerque para a Bahia, em missão especial do governo, deu a entender que o presidente Hermes estava disposto a agir com energia, pondo um termo a desagradável situação. Contudo, um jornal denunciara que o conselheiro Braúlio Xavier, que estava à frente do governo , telegrafara várias vezes ao presidente Hermes e este "não respondera a um só dos despachos do governador em exercício". Parecia ficar desacreditada a intenção de Hermes de normalizar a situação "desta infeliz Bahia". Tal atitude demonstrava que a palavra do presidente , para este jornal civilista, tinha o "mesmo valor das efêmeras bolhas de sabão".²⁸⁷

Em tom ressentido porque fora afastado do cargo, mas com um pouco de inveja pela condição de interventor dada pelo governo a Vespasiano de Albuquerque, Sotero de Menezes afirmou: "o Vespasiano agora vai fazer bonito; tem dois mil homens... No dia do bombardeio eu apenas tinha cerca de 800 homens(...)."²⁸⁸

Apesar de ter afirmado que sua missão era "toda de paz e de informação", o general Vespasiano confirmou as suspeitas de Sotero ao afirmar que tinha a intenção de dar aos "desordeiros civis e militares uma lição de que eles se lembrar[riam] pelo resto da vida". Porém, dias depois, em conversa com o deputado baiano Pedro Lago, partidário do governo deposto, admitira a contragosto: "Como você sabe,

²⁸⁵ Idem , p. 489.

²⁸⁶ Idem, p. 498.

²⁸⁷ In A Ordem, 7 fev. 1912, p. 1.

sou soldado e cumpro ordens. Tudo mudou. Não se meta mais nisso. Digo-lhe como seu amigo. A Bahia é do Seabra."²⁸⁸ Ou seja, a tal "lição" tivera que ser esquecida.

Ao chegar à cidade, o general Vespasiano de Albuquerque soube, inclusive, que o secretário da Associação Comercial da Bahia, Antonio Ribeiro de Barros, afirmara que o povo da Bahia confiava no governo do conselheiro Braúlio Xavier e que o comércio "(...) afora três casas [lojas] intransigentes adversárias do sr. Luiz Viana, está todo com o dr. J. J. Seabra."²⁹⁰

Restava pouca coisa a ser feita. Por um lado, o Supremo Tribunal Federal, com a presença de doze ministros, considerou prejudicado o *habeas corpus* requerido em favor de Aurélio Viana e Leôncio Galvão, sob o fundamento de que tiveram todas as garantias para assumir o governo e não quiseram. O jornal carioca *O Paiz* e o jornal paulista *A Platéia* atacaram em editorial a decisão do Supremo Tribunal Federal.²⁹¹ Por outro, desde o dia 15 de janeiro, sem a presença dos deputados e senadores situacionistas que estavam em Jequié, a Assembléia Legislativa se reunira e marcara a eleição para escolher o governador para o dia 28 daquele mês.

A última sessão do Supremo Tribunal Federal foi tumultuada por diversos apartes; a numerosa assistência interrompeu os discursos dos senadores ora com vaias e risos, ora com aplausos. O presidente do STF, depois de

²⁸⁸ In *Correio da Manhã*, Rio, 3 fev.1912, p. 3.

²⁸⁹ Ver MANGABEIRA, João, op. cit., p. 182.

²⁹⁰ *Jornal de Notícias*, 24 jan. 1912, p. 3. Ver também o trabalho de Mário Augusto da Silva Santos, op. cit., onde afirma que o ex-governador Luís Viana era mal visto pelo comércio baiano, sobretudo pela Associação Comercial da Bahia que vetou a inclusão do seu nome na Executiva do Partido Democrata.

tocar a campainha, ameaçou evacuar as galerias destinadas ao público, aos advogados e à imprensa. Fora do recinto era também grande a aglomeração de pessoas que esperavam, mesmo com a sessão iniciada, obter cartões de ingresso. Estavam presentes e tiveram permissão para falar o Cônego Leôncio Galvão, o governador Aurélio Viana e Rui Barbosa cercados por um grupo de amigos.

Os *civilistas* baianos atacaram em especial Epitácio Pessoa que na condição de juiz do Supremo Tribunal Federal votara contra o "*habeas corpus*". No discurso justificando seu voto, Epitácio Pessoa dissera querer desfazer " a *escandalosa inversão dos fatos*" pela qual transformaram Aurélio Viana em "*vítima inocente dos ataques do Governo Federal*". Segundo ele, o pedido de *habeas corpus* nada mais era que "*uma politicagem*": desde a segunda renúncia, Aurélio Viana estava resolvido a não voltar ao governo do Estado e por isso recusara as garantias dadas pelo interventor general Vespasiano de Albuquerque. Para corroborar seu discurso, Epitácio Pessoa apresentara quatro documentos, dois deles assinados pelo próprio Aurélio Viana declarando ter espontaneamente renunciado o governo, aproveitando para agradecer às ordens para sua reposição dadas pelo presidente Hermes.

Por fim, Epitácio Pessoa afirmara haver na ação do governo federal *aspectos deplorabilíssimos* mas também grandes exageros nas referências ao bombardeio da Bahia, "*pois seria pior , se Sotero fizesse uso da infantaria, porque teria havido grande chacina.*"²⁹² Em parte, seu depoimento juntava-se a outros que insistiam que os danos

²⁹¹ *Gazeta do Povo*, 14 mar. 1912, p. 1.

resultantes do bombardeio foram apenas materiais circunscritos a uma pequena área da cidade.²⁹³

Para o jornal *A Gazeta do Povo*, órgão do PRC baiano, o que Epiácio Pessoa fizera foi desmanchar "a *igrejinha do civilismo*" atribuindo os fatos a "(...) *exploração política que o ódio e o despeito do sr. Rui Barbosa estão alimentando em torno do caso da Bahia*"²⁹⁴. Para o jornal, Aurélio Viana não aceitara as garantias porque não queria mesmo voltar ao governo.

Desta maneira, concluímos que o episódio do bombardeio foi usado, inclusive, como motivo para o embate entre os *civilistas* e os que não se consideravam civilistas no estado e na imprensa e portanto tinham obrigação de defender o governo.

Durante aqueles dias, a residência de Seabra no Rio continuou recebendo amigos que foram "*felicita-lo pela vitória no Supremo*". Segundo a revista *Careta*, o deputado que depois do bombardeio não aderiu a Seabra não era civilista, mas sem vergonha. E sentenciou: "*os deputados baianos que não aderiram à política da morte serão deportados para a vila das Catacumbas.*"²⁹⁵

Reconhecida a legalidade do governo do conselheiro Braúlio Xavier, era hora de aguardar as eleições. Enquanto era grande a repercussão do bombardeio Seabra se mantivera

²⁹² BARROS, Francisco Borges de. Dr. J. J. Seabra, sua vida, sua obra na República. Bahia, Imprensa Oficial, 1931, p. 254.

²⁹³ A intervenção na Bahia foi o último caso importante de Epiácio Pessoa à frente do Supremo Tribunal Federal antes de renunciar, alegando motivos de saúde, em 17 de agosto de 1912. Ver LEWIN, Linda, op. cit., p. 269.

²⁹⁴ *Gazeta do Povo*, 25 mar. 1912, p. 1.

²⁹⁵ Ver *Revista Careta*, 20 jan. 1912, s/pag.

longe, no Rio de Janeiro, apenas chegando à Bahia para uma campanha eleitoral já vitoriosa. Para o jornal *Correio da Manhã*, o ministro Seabra continuava naqueles dias "guardando o leito" por recomendação médica.²⁹⁶

Diante de todos os fatos ocorridos naquele mês de janeiro de 1912, com a velha mulata - como era apelidada a Bahia, retratada assim em uma charge da revista *Careta* (ver anexo) - o tom de crítica foi dado também pelo humor político:

"(...)

*A Bahia é a panela
Em que um político qualquer
Chega e sem mais aquela
Vai metendo a colher;*

*E mexe o quanto pode
Até que um outro tipo vem
E zás, que por pagode
Põe-se a mexer também.*

*Chega um terceiro e vendo
Que a tal panela é de quem quer,
Vai logo intrometendo
Também sua colher*

*E ferve o angú baiano
E quando mais se mexe o angú
E o Seabra agita o abano
Mais ele fica cru.*

²⁹⁶ Ver *Correio da Manhã*, 23 jan. 1912, p. 2.

Luiz Viana, Severino,
Braúlio, Galvão, Aurélio e mais
O São Francisco e o Marcelino
E cem outros que tais

Famosos mexedores
Fazem para fim d'aquele angú
Uma mistura de sabores
É vatapá e é caruru.

Mulata amada e bela
Protesta, grita, bate o pé
Que em suma esta panela
Da Mãe Joana não é.²⁹⁷

²⁹⁷ In Revista CARETA, 27 jan. 1912, s/pag.

CAPÍTULO III

CAPÍTULO III: O primeiro governo de Seabra : o "intruso"
ministro no poder

3.1-A eleição e o primeiro governo (1912 - 1916)

Marcada a eleição para governador para o dia 28 de janeiro o retorno dos congressistas, da cidade de Jequié, não pôde mais ser adiado. O episódio, considerado uma verdadeira debandada dos partidários do governador Aurélio Viana, foi ridicularizado pelo jornal e órgão do partido seabrista Gazeta do Povo:

*Fui a Jequié
Buscar fichas, já voltei; (refrão)
Adeus, seu Zé Pereira,
Da folia eu já cheguei.*

*Do Congresso em Jequié,
Já que a coisa está passada,
Vou contar ao Zé Povinho
Como foi a debandada.*

(refrão)

*Ao voltar fez o Galvão
De liteira uma roleta,
Por lhe terem arreventado
No pagode a bicicleta.*

*O Virgílio nem a vaca
Que levou pôde trazer*

Veio limpo, bem limpinho,
Como foi limpo ao nascer.

Triste veio o Wenceslau,
Qual o mocho em noite escura,
Para não vir vazia a trouxa
Carregou de rapadura.

Por lhe terem convidado
Para uma bisca que o raspou,
O Pacheco quase fica
Sem as barbas que levou.

Lemos Brito, coitadinho,
Tal lhe foi a raspadeira,
Que ao voltar deu as ceroulas
De presente a lavadeira.

O Batista "preparado"
A cantar a sua loa,
Só dizia: "Foi-se tudo
Mas ficou-me ainda a patroa.

O Piroca do Santinho,
Cincinato, mal-me-quer,
Sem doer, partos fizeram
Com a "saúde da mulher".

O Pedreira ao Severino
Se lastima: "Que castigo!"
Preferia andar por baixo
De automóveis, sem perigo."

Na cordinha, traz Homero
Um macaco endiabrado;
Não havia quem dissesse
Qual dos dois o deputado.

O sr. Moreira Pinho,
Que ao comer feroz se atiaça,
Enche as bolsas e sacolas
De bananas e linguiça.

Carlos Freire, ainda desta vez,
Mostrou falta de bestunto:
Só trazendo para seu uso
Um baixeiro e um presunto.

O Augusto, picopeu,
Que a cobreira carregou
Diz, chorando, que no mato
Sem cachorro se ficou.

Liderico e o Moacir
Dois caprinos das melgueiras,
Conduziam penduradas,
Esgotadas mamadeiras.

O sr. Dr. Guilherme,
Quando pôs-se no caminho,
Parecia um S. José
A puxar o seu burrinho.

Esgotou-se a condução...

*Jequié nem porco tinha!
Contemplando a natureza
Ficou, pois, nossa Dantinha.*

*Zé Marcelo foi saindo
Na passada do urubu
Com o "estoíro da boiada"
Refrescar-se em Caxambú.*

*Severino espera enchente
Para, nessa ocasião,
Ver se pode conseguir
Encher novo garrafão.*

*Velho Pinho lastimando
Continua sem consolo
Em cair na esparrela
De perder de todo o bolo.*

*Em toda essa patuscada,
João Santos, no terreiro
Representa os dois papéis:
Quer de pai, quer de coveiro.*

(Refrão)²⁹⁸

²⁹⁸ Ver Gazeta do Povo, 13 mar. 1912, p. 2. Os congressistas citados pela ordem são: o cônego Leôncio Galvão, os senadores Virgílio de Lemos e Wenceslau de Oliveira Guimarães, os deputados João Pacheco de Oliveira e João Gabriel de Lemos Brito, o senador Antonio Batista de Oliveira, os deputados Cincinato Ricardo Pereira Franca, Carlos de Lima Pedreira e Homero Pires de Oliveira Silva, os senadores João Moreira de Pinho, Carlos Augusto Freire de Carvalho e Augusto Batista de Oliveira, os deputados Liderico dos Santos Cruz, Antonio Pedreira da Silva Moacir e Guilherme Pereira Rebelo, e os ex-governadores José Marcelino, Severino Vieira e Araújo Pinho. Não foi possível identificar o último nome citado: João Santos.

No dia 27 de março, na véspera da posse, os amigos e correligionários de Seabra prepararam-lhe uma grande recepção, com bandas marciais a pé e a cavalo, na capital. Dois meses depois dos acontecimentos de janeiro, a vitória seabrista era dada como certa mesmo entre os governistas; o que deveria ser apenas uma recepção transformou-se num carnaval. No entanto, o *Diário da Bahia* inconformado afirmara que "[era] possível que à vaidade do manifestado a algazarra de ontem tenha levado a impressão de um triunfo. (...) Um ambicioso vulgar que, usando e abusando das simpatias e afeições da entourage do presidente da República, fez assentar os canhões e as espingardas da guarnição federal e de um navio da armada contra a sua terra (...). Reflita, e verá que o movimento ontem, à sua passagem pelas ruas se traduz por uma simples curiosidade popular."²⁹⁹

É verdade que a população saiu às ruas e o comércio foi fechado. Mesmo assim, o *Diário da Bahia* afirmara que houvera "muito entusiasmo de encomenda para a representação do Sinistro [Seabra]." Além da comitiva conhecida, Seabra chegou cercado de seguranças. O jornal severinista afirmou que de seguranças não tinham nada, eram sim "(...) nada mais nada menos, que 60 secretas da polícia do Rio de Janeiro."³⁰⁰

No dia 29 apurados os votos da eleição, Seabra obteve a maioria deles. Segundo a Ata da Assembléia Geral Legislativa do Estado, responsável pela apuração, foram 66.956 votos para J. J. Seabra, 2.552 votos para Domingos Guimarães,

²⁹⁹ Ver *Diário da Bahia*, 28 mar. 1912, p. 1.

candidato governista e 235 votos para o conselheiro Luiz Vianna, havendo outros ainda menos votados. Não tendo havido contestação dos resultados, a Assembléia proclamou Seabra governador da Bahia para o quadriênio de 1912 a 1916. Mesmo sem estar em nenhuma das chapas obtiveram alguns votos, acreditamos que de simpatizantes ou de protesto, os ex-governadores Severino Vieira e José Marcelino: 20 votos e 11 votos respectivamente. E de forma surpreendente, o general Sotero de Menezes que esteve à frente do bombardeio obteve 32 votos.³⁰¹

O PRC ofereceu um banquete político "em honra a Seabra", mas o presidente Hermes da Fonseca não compareceu, mandando um representante. No discurso da posse ocorrida em março, o governador Seabra fez questão de lembrar do "drama sangrento desenrolado nessa terra": "(...) A luta foi renhida; mas, nesta hora de festa, devemos esquecer as feridas recebidas, para só nos lembrarmos da vitória. Eu devo afirmar a este povo heróico que o atual governador da Bahia sente cicatrizadas as feridas que lhe fizeram em seu coração e só vê diante de si - patriotas, brasileiros, baianos - a quem deve fazer justiça em igualdade."³⁰² Na ocasião, apesar de não apresentar seu programa de governo, Seabra demonstrou preocupação com um dos pontos centrais do seu governo somente atingido em 1915: "uma reforma radical no sistema administrativo".

Durante aqueles dias, Seabra recebeu inúmeros telegramas felicitando-o pela posse no cargo de governador.

³⁰⁰ *Idem*, 29 mar. 1912, p. 1.

³⁰¹ Ver Ata da 1ª sessão extraordinária da Assembléia Geral Legislativa do Estado Federado da Bahia, convocada para apuração da eleição de Governador, em 28 de março de 1912. In Seção Legislativa, Ata das Sessões da Câmara dos Deputados, livro 312, ano 1912. Arquivo Público do Estado da Bahia.

³⁰² Ver Jornal de Notícias, 4 abr. 1912, p. 3.

Entre eles estava um telegrama do presidente Hermes: " Não me surpreendem as manifestações de grande regozijo popular (...) porque estou sinceramente convencido de que a Bahia vai entrar numa das mais brilhantes fases de sua vida administrativa, graças ao tino, honradez e atividade que caracterizam todos os atos praticados por v.ex., na gerência dos negócios públicos.(...) Afetuosas saudações."³⁰³

Até mesmo o senador gaúcho Pinheiro Machado, a quem muitos atribuíram o episódio do bombardeio e outros achavam que as salvas o atingiram em particular, parabenizou Seabra: "Só hoje recebi seu telegrama comunicando ter tomado posse governo desse Estado, cujo grandioso futuro está confiado ao patriotismo, talento e integridade do meu ilustre e prezado amigo, por cuja felicidade pessoal e da sua administração faço votos ardentes e sinceros. Afetuosos abraços."³⁰⁴

Segundo Consuelo Novais Sampaio, "o longo domínio de Seabra explica-se não só em função de sua forte personalidade e de seu poder carismático insofismável, mas também pela concepção realista que tinha da política. Tornava-se maleável e flexível, quando as circunstâncias assim o aconselhavam."³⁰⁵ Logo após a sua posse em discurso feito durante um banquete político "em sua honra", oferecido pelo PRC, dissera: "politicamente, governarei com os meus amigos; administrativamente, o farei com as competências."³⁰⁶ Um cronista político, Juca-Jucá, demonstrou em versos a

³⁰³ Idem, *ibidem*.

³⁰⁴ Idem, 8 abr. 1912, p. 1.

³⁰⁵ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais, *op. cit.*, p. 77.

³⁰⁶ Ver *Jornal de Notícias*, 4 abr. 1912, p. 3.

insatisfação de alguns seabristas excluídos da administração:

*"O pessoal do Seabra
Anda triste, apaixonado...
Cada qual queria um osso
E alguns se viram sem nada.*

*- Nós preparamos terreno
Gritam, berram a toda hora,
- Para um qualquer pernetta
Ser mais do que a gente agora."³⁰⁷*

Para o jornal oposicionista *Diário da Bahia*, apesar de Luiz Vianna proclamar "(...) a todos os ventos da publicidade os "desgostos" que o governo do sr. Seabra fez lavrar no seio dos correligionários, (...) o que ele [Seabra] é, é todo pelos correligionários, é somente correligionários.(...) Nenhum deles tem ideais; nenhum se preocupa que o governo seja bom... Mas todos querem, em satisfação de seus interesses individuais, empregos, penachos, prestígio oficial, posição, delegados e subdelegados, intendências gordas ou magras, que se adubam com a expoliação do povo."³⁰⁸

Em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado em abril daquele ano, o governador Seabra garantiu que após as eleições a ordem pública se mantivera inalterada em todo o estado. No entanto, não pôde negar que "as pequenas perturbações locais foram reprimidas pela ação combinada da

³⁰⁷ Ver *Diário da Bahia*, 31 mar. 1912, p. 2.

³⁰⁸ Ver *Diário da Bahia*, 4 jan. 1913, p. 1.

magistratura e da polícia. Para alguns pontos, onde a desordem ameaçava acentuar-se, nomeou o governo comissários regionais, que se desempenharam satisfatoriamente da delicada missão.³⁰⁹

³⁰⁹ Ver Jornal de Notícias, 9 abr. 1912, p. 1.

3.2- O novo "caso baiano": a cisão entre Seabra e Vianna

O primeiro teste político de Seabra como governador foram as eleições federais de 1912, pois ao garantir o reconhecimento dos deputados e senadores seabristas - agora, situacionistas - em detrimento dos oposicionistas, garantiu também condições favoráveis para governar. Sobre tais eleições, um contemporâneo afirmou que "(...) deram em resultado transformar-se o casarão da ladeira da Praça [Câmara dos Deputados] em arca de Noé, tal a qualidade e quantidade de bichos, desde o batráquio até o paquiderme(...)".³¹⁰ Enquanto o reconhecimento dos deputados federais pela Bahia ocorreu sem muitos problemas, apesar da existência de duplicatas nessas eleições, o reconhecimento dos senadores gerou mais uma vez tensão na política baiana: desta vez entre Seabra e Luiz Viana, ambos do PRC. O governador era o chefe do PRC regional e Luiz Viana era membro da Comissão Executiva estadual e do Comitê Central do Partido. Na cisão de 1907, estiverem unidos contra o P.R.B., agora divergiam.

A tensão entre Seabra e Luiz Vianna expressava também as divergências dentro do próprio PRC em nível nacional. Enquanto o marechal Hermes, o senador Pinheiro Machado e o próprio governador Seabra pressionavam pela diplomação de Luiz Vianna, outras importantes lideranças do partido, como Francisco Sá, Francisco Glicério e Gonçalves Ferreira, amparavam Severino Vieira. Vários boatos davam como certo ora o reconhecimento de Luiz Vianna, ora o de Severino Vieira. O próprio Pinheiro Machado, chefe nacional do PRC, era acusado de tramar pelo reconhecimento de Severino

³¹⁰ Ver SÁ, op. cit., p. 37.

Vieira, e só por obediência partidária apoiava Luiz Vianna. Mas o *Jornal de Notícias* assegurava que "contra qualquer boato que apareça ai, posso desde já garantir que o conselheiro Luiz Vianna será reconhecido senador pela Bahia, embora, por deferência pessoal para com o sr. Severino Vieira sejam concedidos a este todos os recursos regimentados para a defesa do diploma que apresentar em seu favor."³¹¹

O primeiro parecer dado pela Comissão, chefiada pelo senador Antonio Azeredo, reconheceu todos os senadores federais, menos os do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo. No caso da Bahia julgou inconsistentes os diplomas de Luiz Vianna e de Severino Vieira. No entanto, diante das pressões políticas, e após discussão provocada pelo deputado Pedro Lago, a Comissão resolveu conceder um prazo de cinco dias a todos os contestantes da Bahia.

Novamente, *Lulu Parola* mostra as decepções dos candidatos no reconhecimento de poderes feito pelo Congresso Nacional:

*No Maranhão deixaram de embarcar
Diversos passageiros, num vapor,
Por não ter o navio mais lugar,
Nem mais um lugarzinho, por favor.*

*Assim acabo, ao menos, de encontrar
Nos telegramas, de que sou leitor;
E está bem visto que hei de aproveitar,
Porque tudo para mim tem seu valor...*

³¹¹ Ver *Jornal de Notícias*, 19 abr. 1912, p. 6.

*Ao saber do paquete assim repleto,
Deixando tanta gente sem passagem,
Sonho com o Congresso Nacional completo!*

*E, em meio aos desenganos mais cruéis,
Muitos de fora, sem fazer a viagem
Para o gozo vital dos Cem Mil Réis!³¹²*

Perante a Comissão de Verificação, apresentou-se Luiz Vianna declarando que não se preparara para defender seu diploma porque nunca julgara Severino Vieira capaz de fazer uso de um diploma expedido "por uma junta que nunca existiu". No entanto, apresentou à Comissão a discriminação das votações dadas por jornais considerados por ele imparciais, com o intuito de mostrar o quanto eram livres as eleições na Bahia; bem como "a quase totalidade dos boletins de diversas mesas". Severino Vieira rebateu, afirmando que os jornais eram todos seabristas e obteve cinco dias para responder aos papéis apresentados na defesa de Luiz Vianna.³¹³

Muitos jornais davam como fechada a questão da diplomação de Luiz Vianna, mas o jornal carioca *Diário de Notícias* continuou a apregoar "(...) que o dr. J. J. Seabra quer[ia] desalojar o conselheiro Luiz Vianna."³¹⁴ Esperava-se que após o reconhecimento de Luiz Vianna houvesse a cisão da bancada baiana federal e estadual.

³¹² *Idem*, 23 abr. 1912, p. 1.

³¹³ *Idem*, 23 abr. 1912, p. 6.

³¹⁴ *Ver A Ordem*, 1º jun. 1912, p. 3.

Confirmando as previsões, no dia 4 de junho era reconhecido como senador o candidato situacionista Luiz Vianna com 33 votos contra os 9 obtidos por Severino Vieira. Segundo *A Ordem*, "ficou assim satisfeito o marechal Hermes, presidente da República, na sua imposição ao general Pinheiro Machado, para que fosse cortado o dr. Severino Vieira."³¹⁵ A decisão presidencial saiu de uma reunião no palácio do Catete.³¹⁶

O poder do Congresso Nacional nas eleições nacionais reconhecendo os "resultados", inclusive os fraudulentos, ou degolando candidatos foi bem descrito por *Lulu Parola*:

Eleição no Brasil: torto é o caminho ...

Primeiro: ao pretendente apresentado

Dom Bicório fornece o eleitorado,

Que nas atas já está preparadinho ...

Ai não entra o pobre Zé-Povinho ...

Apesar do seu nome ser citado,

Ele só vem saber do batizado,

Depois que dizem que ele foi o padrinho! ...

Figurem, no entanto, que o eleitor

Deu o seu voto mesmo; que no pleito

A sua opinião teve valor ...

De nada serve ... Agora, em seu lugar,

Só fica sendo congressista eleito

Quem o Congresso diz que pode entrar.³¹⁷

³¹⁵ *Idem*, 8 jun. 1912, p. 1.

³¹⁶ Ver *Jornal de Notícias*, 6 mai. 1912, p. 9.

³¹⁷ *Idem*, 24 abr. 1912, p. 1.

Reconhecido Vianna, a cisão baiana foi uma consequência. Segundo Consuelo N. Sampaio, as divergências entre Seabra e Luiz Vianna "agravaram-se quando a bancada baiana se reuniu para a escolha do seu líder. Numa atitude de independência, o senador Luiz Vianna escolheu Joaquim Pires Moniz de Carvalho e simplesmente comunicou sua escolha ao Governador da Bahia. Seabra queria que a liderança coubesse a Mário Hermes, no qual se apoiara em sua escalada para o Governo, e, numa franca desaprovação, nem sequer respondeu ao telegrama de Luiz Vianna. A tensão chegou ao auge quando Seabra resolveu alterar a constituição da Comissão Executiva do Partido, dela excluindo aqueles que passaram a ocupar postos no Congresso, entre os quais Luiz Vianna e Antonio Moniz."³¹⁸

Da bancada baiana federal, 4 deputados resolveram apoiar Vianna e todos os demais ficaram do lado do governador Seabra. No último reconhecimento de deputados pela Bahia foi degolado o candidato vianista Adolfo Vianna. Os deputados seabristas votaram a favor do candidato marcelinista Leão Velloso, antigo civilista. Como queria Seabra, foi escolhido líder da bancada baiana na Câmara Federal o tenente Mário Hermes. Para *A Ordem*, era "o cúmulo do chaleirismo."³¹⁹ A imprensa local divulgava que era impossível a permanência "no seio do partido seabrista de certos elementos que o mesmo partido reputa[va] causadores da sua desarmonia."³²⁰

³¹⁸ Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit., p. 81.

³¹⁹ Ver *A Ordem*, 13 jul. 1912, p. 1.

³²⁰ Ver *Diário de Notícias*, 26 dez. 1912, p. 4.

A propósito do reconhecimento de poderes no Congresso Nacional, novamente *Lulu Parola* revela o mecanismo de funcionamento das Comissões Verificadoras durante a Primeira República:

*Quando se considera o resultado
De qualquer eleição neste país,
Um comentário quase sempre ouvis:
Que não há no Brasil - eleitorado...*

*Ora, não tem razão quem isto diz;
Perante as atas é conceito errado...
O que se vê é o voto ser bisado,
E o grande mal é exatamente o bis!*

*Não há, nos pleitos, falta de votantes;
Pra quem fizer questão de quantidade,
Dom Bicório apresenta-os abundantes!*

*Este - é que é o grande mal, exatamente:
Não ser ninguém eleito de verdade,
E haver mais votantes do que gente!³²¹*

O rompimento definitivo entre Seabra e Vianna foi sendo adiado naqueles últimos meses de 1912. É *Lulu Parola* quem comenta, logo nos primeiros dias de janeiro de 1913, sobre a cisão que movimentava os bastidores da política local:

*Que é que me diz da grande novidade.
Desta cisão do Seabra e do Vianna?*

³²¹ Ver *Jornal de Notícias*, 22 abr. 1912, p. 1.

*Não há outra conversa na cidade,
Desde os últimos dias da semana ...*

*Que é que lhe digo? Digo que, em verdade,
Muito embora isto seja coisa humana,
Não sei que lhe dizer, porque me invade
A descrença na paz republicana! ...*

*Pois, então, não consegue a nossa terra
Atravessar um tempo sossegado,
Sem ter os homens seus assim em guerra?*

*Há muitos anos - briga todo dia! ...
Parece até questão de mau olhado,
Que é preciso benzer esta Bahia!³²²*

Segundo Consuelo N. Sampaio, "uma inesperada e intempestiva entrevista concedida por Luis Vianna ao jornal *O Imparcial do Rio* a 2 de janeiro de 1913, criticando o Governo da Bahia e fazendo severas restrições à atuação de Seabra, consumou o divórcio da união Seabra-Vianna, precária por sua própria origem."³²³

Em resposta, o governador Seabra telegrafou a Luis Vianna declarando que não o considerava mais um membro do PRC, ou seja, expulsava-o do partido. Para o cronista Juca-Jucá a cisão tinha um porquê:

*"Arrebentando a inana
O PRC da cidade*

³²² *Idem*, 7 jan. 1913, p. 1.

³²³ Ver SAMPAIO, Consuelo N., *op. cit.*, p. 81.

Atira ao mato o Vianna

Porque este disse a verdade."³²⁴

A cisão teve repercussão nacional pois envolvia diretamente as figuras políticas mais importantes do PRC, o partido do presidente Hermes e do todo-poderoso Pinheiro Machado. Os grandes órgãos da imprensa carioca também se posicionaram, demonstrando bem que o assunto era de interesse político nacional: Para *A Época* o rompimento não tinha justificativa e o posicionamento político de Vianna criticável, uma vez que a cisão baiana tinha sido motivada pelo senador Pinheiro Machado. *O Imparcial*, *A Notícia* e *A Noite* se mostraram mais simpáticos à causa de Luis Vianna. Permaneceram neutros o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias* e silenciosos o *Jornal do Brasil*, *A Tribuna* e o *Correio da Noite*. Mas, *O Paiz* atacou duramente Seabra denunciando sua "habitual foguetearia de telegramas, dando toda Bahia solidária consigo."³²⁵ E para o órgão carioca *Correio da Manhã*, o senador Pinheiro Machado organizara a "queda das oligarquias, pensando contar com os Estados, assim libertados para pôr em prática o seu plano político." Concluído isso, arranhou outro meio: o da cisão das bancadas, "a qual começou pela Bahia e irá a São Paulo e Minas Gerais, onde talvez já esteja bem encaminhada."³²⁶ Podemos ver que tais episódios traziam de volta o "salvacionismo" e a posição política de Pinheiro Machado no cenário nacional.

O "caso baiano", como ficou conhecida na imprensa da época a cisão entre Seabra e Vianna, não foi único.

³²⁴ Ver *Diário da Bahia*, 8 jan. 1913, p. 2.

³²⁵ In *Diário da Bahia*, 9 jan. 1913, p. 2.

³²⁶ In *Diário da Bahia*, 9 jan. 1913, p. 5.

Interessante notar que as divergências políticas em 1913 envolviam, nos vários "estados do Norte", partidários do governo federal. No Ceará, Accioly e Franco Rabelo; no Pará, Lemos e Lauro Sodré; no Amazonas, Nery e Bittencourt; em Pernambuco, Rosa e Silva e Dantas Barreto e na Bahia, Seabra e Vianna, todos sem exceção liam pela mesma cartilha política: o hermismo. Com certeza era disso que a Revista *Fon-Fon!* falava em tom de ironia: "(...) se pode chamar uma verdadeira encrenca. E o Governo, a estas horas, deve estar a matutar na profunda verdade do ditado popular: *Livre-me Deus dos amigos, que dos inimigos me saberei livrar.*"³²⁷

Por fim, um jornal dissera que a cisão baiana fora arranjada por Pinheiro Machado para arredar Seabra "das combinações à sucessão presidencial."³²⁸ Ou seja, para muitos, podia-se dizer que a cisão tinha sido mesmo entre Seabra e Pinheiro Machado.³²⁹ Por um lado, corriam boatos da candidatura de Seabra à vice-presidência da República e, logicamente esta dependia do apoio do PRC; por outro, Pinheiro Machado desejava fazer o sucessor de Hermes da Fonseca, mas encontrava resistência de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará e Sergipe, que se recusavam a aceitar qualquer candidato indicado pelo senador gaúcho. Começavam aqui as dificuldades políticas de Pinheiro Machado acentuadas com o final do governo Hermes. Não conseguiria fazer nenhum ministro no governo seguinte, o de Venceslau Brás, e "(...) a animosidade contra a sua pessoa crescia nos jornais e nas ruas. Já agora sem motivo, no seu ocaso político, mas responsabilizando-o por todas as desgraças nacionais. É folhear os jornais do tempo, reler os artigos,

³²⁷ Ver Revista *Fon-Fon!*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1913, s/ pág.

³²⁸ In *Diário de Notícias*, 8 jan. 1913, p. 5.

³²⁹ *Idem*, 21 jan. 1913, p. 3.

*rever as caricaturas, que em tudo e em todas há uma hostilidade cada vez maior (...).*³³⁰

Interessante que, assim como no episódio do bombardeio, novamente o nome de Pinheiro Machado voltava a estar ligado aos assuntos da política baiana. Isso nos levou a entender as atitudes políticas de Seabra menos como atitudes individuais e mais como inseridas num contexto maior, o do jogo político nacional; controlado, em parte, por políticos como Pinheiro Machado. Ao contrário do que diziam os políticos baianos da época e parte da historiografia regional, isso nos leva a crer que a política da Bahia certamente passava também pelo Rio de Janeiro.

Ainda sobre a cisão, o senador Luis Vianna declarou em entrevista ao *O Imparcial* que apenas dois membros do PRC na Bahia assinaram sua exclusão do Partido denunciando também que os restantes não faziam parte do mesmo e foram arranjados por Seabra. Mesmo expulso da facção regional, Vianna continuou a ocupar o seu lugar no diretório geral do Partido. Além do mais, disse na entrevista nada dever ao governador, pois ele não nomeara um só dos seus amigos e *"afirmara ser preciso dar-se um tombo no general Pinheiro Machado e que ele[Vianna] operasse contra o general."*³³¹ A proposta foi recusada por Luis Vianna.

Em outra entrevista, Vianna declarou indignado: *"tem graça eu organizar o Partido para cuja organização Seabra me desanimou com medo do insucesso, e depois o próprio Seabra excluir-me desse Partido (...) Desde que Seabra foi para o governo , que me faz picardias. Uma vez colocado no governo,*

³³⁰ Ver SILVA, Hélio, *op. cit.*, p. 54.

³³¹ In *Diário de Notícias*, 9 jan. 1913, p. 2.

começou a me hostilizar(...) Eu já estou cansado de ter condescendência com o Seabra (...)."³³²

Quem esperava uma opinião de Rui Barbosa, político de influência decisiva nos assuntos políticos do estado, decepcionou-se. Tendo sido eleito governador baiano para o quadriênio 1896 - 1900, Luis Viana foi considerado um partidário de Rui até sua aproximação com Seabra por volta da sucessão presidencial de 1909. Segundo Consuelo N. Sampaio, "Rui recusou-se, terminantemente, a emitir qualquer opinião em relação ao assunto. Em consequência, com a mesma prudência procederam os marcelinistas. A facção severinista, incompatibilizada com as duas partes, também preferiu manter-se alheia à disputa, ainda em níveis estritamente pessoais."³³³

A cisão serviu para mostrar a fragilidade das alianças políticas presentes no estado, por exemplo, antigos civilistas agora apoiavam Seabra sem nenhum constrangimento. Criticando a adesão de alguns oposicionistas ao governo seabrista, o *Diário da Bahia*, órgão severinista, lembrou que eram [os severinistas] os únicos que estavam onde estavam "antes, durante e depois de 1907 [cisão de 1907]." No entanto, a cisão criou condições para a formação de uma frente de oposição a Seabra, que uniu severinistas e vianistas.

Podemos concluir que a união entre Seabra e Vianna era originalmente frágil, portanto inevitável o rompimento. Para o *Diário da Bahia*, "o ajuntamento Seabra-Vianna fora uma sociedade constituída unicamente para saltar as posições

³³² *Idem, ibidem.*

³³³ Ver SAMPAIO, Consuelo N., *op. cit.*, p. 82.

baianas." As palavras do próprio Luis Vianna em entrevista ao jornal *A Noite* parecem confirmar isso: "(...) quando estávamos em luta política para a sua [de Seabra] ascensão ao governo, eu, estando na Europa, fui chamado um só dia por 3 telegramas, dizendo que era necessária a minha presença no campo da luta, que perigava."³³⁴ Ou seja, reconhecia que tivera participação na ascensão de Seabra ao governo estadual.

Percebemos que a cisão trazia novamente à tona as condições políticas da ascensão de Seabra, principalmente aquelas relacionadas ao bombardeio, lembradas pela imprensa oposicionista: "ora, ouvir-se o sr. Seabra falar com laivos de pena em 'Bahia dividida e enfraquecida' é coisa de fazer rir (...) Não teve pena de bombardeá-la, de lhe encher as ruas de soldados do 49[Batalhão], de marinheiros do 'Scout Bahia' do comando então do sr. Francisco de Mattos, pessoa do sr. Luis Vianna, de toda essa malta de carniceiros bestiais que estruparam donzelas e cortaram orelhas dos soldados de polícia. Dividida, enfraquecida, humilhada, desmoralizada, ela vem sendo por ele próprio de longo tempo."³³⁵ O *Diário da Bahia* aproveitou para lembrar que sem "prestígio político" no estado porque sempre fora um "forasteiro", Seabra "fez abrigo à sombra do sr. Luis Vianna para conseguir uma figura, menos pança na campanha presidencial de 1910 (...) ainda com o auxílio do sr. Vianna, tripudiou miseravelmente sobre a honra da Bahia (...)."³³⁶

³³⁴ In *Diário da Bahia*, 9 jan. 1913, p. 5.

³³⁵ In *Diário de Notícias*, 8 jan. 1913, p. 5.

³³⁶ *Idem*, *ibidem*.

Por fim, o rompimento entre os dois líderes políticos tinha ligação direta com a sucessão presidencial, uma vez que inviabilizou as duas candidaturas do chamado *Bloco do Norte*, a de Dantas Barreto e a de Seabra, candidaturas que visavam "bater a política do senador Pinheiro Machado"³³⁷ possível candidato a sucessão de Hermes. Para o jornal oposicionista, "banida a possibilidade das duas candidaturas do Norte, o PRC pôde não ficar mais sólido. Mas a cisão baiana parece facilitar certas ententes que até aqui pareciam difíceis, que foram apregoadas como impossíveis! Com a cisão não fica mais existindo na Bahia um partido (...), mas talvez um bloco dos elementos oposicionistas, que não acharão tão antipático o PRC(...)."³³⁸ O desejo de Seabra em ocupar a presidência da República foi ridicularizado pelo poeta parnasiano Olavo Bilac. Na coluna *O reino da Glória* assinou, com o pseudônimo de *Puck*, os seguintes versos:

*"Devia há muito estar morta
A tua velha paciência
Que pensa bater à porta
Fechada da presidência...*

*Mas teimas! Bates de novo!
E em vão, na sombra tranquila,
Esperas que a mão do povo
Surja por trás - para abri-la...*

*Mas, não! Nenhum pé-de-cabra
A tal esforço resiste:*

³³⁷ Ver *A Ordem*, 4 dez. 1912, p. 1.

³³⁸ In *Diário de Notícias*, 21 jan. 1913, p. 3.

*Queres que uma porta ... se abra,
Quando porta não existe!... "339*

Enquanto isso, o esperto *Lulu Parola* escreveu sobre outro possível candidato: o senador Pinheiro Machado. Seus versos se baseavam, segundo o humorista, em boatos:

*Todos têm neste mundo uma mania...
A do Pinheiro, sabe o toda gente,
É a de ser criador de Presidente...
Montou até para isto companhia!*

*Gosta, entretanto, de os fazer somente,
Guardando, então , as honras de vigia...
(...)*

*Seus amigos, porém, querem agora
Que ele coma o churrasco do poder...
Dizem que lhe chegou também a hora...
(...)³⁴⁰*

Na tradicional festa do Senhor do Bonfim, realizadas naquele mês de janeiro, várias quadras foram cantadas pelo povo, relacionadas com a cisão política:

*"Eu não sou de brinquedo
E nem também de chicana
Na Bahia sou Seabra
No Rio eu sou Vianna!*

³³⁹ Ver VEIGA, Cláudio. **Baianos na mira de Olavo Bilac**. In *A Tarde*, Salvador, 17 jan. 1998, p. 3.

³⁴⁰ Ver *Jornal de Notícias*, 18 mar. 1913, p. 1.

Iaya me deixe
 Eu subir este sobrado
 Que eu sou do bloco [do Norte]
 Não como peixe gelado!"³⁴¹

"Doutor Seabra
 Já apanhou, já apanhou muito
 Não bebe nada
 E já está cheirando a defunto...

O sr. Vianna
 Foi quem ganhou a questão
 Só bebe uísque,
 Misturado com cifrão."³⁴²

"Disputam Vianna e Jota
 Qual seja o mais serviçal
 Ou que melhor limpa-bota
 Do Marechal."³⁴³

"Aquele que vai à lama
 Quão mais se esforça mais desce...
 Mestre Seabra de fama
 Quão mais batido mais cresce."³⁴⁴

"Ô seu Seabra
 Veja que horror!
 Eu sou da troça

³⁴¹ Ver Diário da Bahia, 22 jan. 1913, p. 1

³⁴² Idem, ibidem.

³⁴³ Idem, ibidem.

³⁴⁴ Idem, 25 jan. 1913, p. 2.

Sou conservador!

Viva a folia

Viva o bererê,

Vou dar a vaia

*É no PRC!*³⁴⁵

Para Consuelo N. Sampaio, "em consequência desse conflito[revelado pela cisão política] de influências pessoais, de amor próprio ferido e de desejo crescente de mando, o domínio de Seabra seria desafiado durante a maior parte do seu primeiro governo[1912 - 1916]."³⁴⁶ Segundo *O Imparcial*, não era surpresa a "onda terrível de oposição" que estava, naquele mês de janeiro de 1913, se levantando contra o governo de J. J. Seabra.³⁴⁷

³⁴⁵ Ver *Diário da Bahia*, 2 fev. 1913, p. 1.

³⁴⁶ Ver SAMPAIO, Consuelo N. , op. cit., p. 83.

³⁴⁷ In *Diário de Notícias*, 21 jan. 1913, p. 5.

3.3- Protestos populares no primeiro governo de Seabra: o "Comitê de Resistência contra a Carestia de Vida"

Logo no primeiro ano do seu mandato de governador, além da organização de uma frente de oposição estadual liderada pelos vianistas, cresceram também os movimentos reivindicatórios das classes populares. Os mais significativos estavam relacionados à alta gradativa dos preços dos principais gêneros alimentícios, dos aluguéis residenciais e preços das passagens de bondes, aumentos que vinham crescendo desde o ano de 1911. Segundo Santos, "em 1913, ocorreram as manifestações mais prolongadas e mais organizadas de toda a Primeira República em Salvador: duraram de 1º de março a 25 de abril, passando pelas fases de manifestações de ruas, reuniões de Comitê, até aos apelos parlamentares."³⁴⁸

O governador Seabra herdara um estado quase falido. A receita do estado foi aumentada em 25,57% no primeiro ano do seu mandato, porém cairia em 1913 e no ano seguinte seria afetada pela diminuição das exportações causada pela Primeira Guerra Mundial. A saída muitas vezes foi recorrer aos empréstimos estrangeiros.

Dentre esses movimentos o de maior expressão foi o Comitê de resistência contra a Carestia de Vida fundado no salão do Centro Operário pelo major Cosme de Farias. Pretendia, após vários comícios preparatórios, realizar um grande comício popular para "pedirem pacificamente ao dr. Governador do Estado providências, em benefício do povo." O

³⁴⁸ Sobre o assunto, consultar o trabalho de Mário Augusto da Silva Santos, "Sobrevivência e tensões sociais: Salvador, 1890-1930." Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 1982.

Comitê lançou essa proposta num manifesto-convite ao "grande povo desta gloriosa terra ... aos artistas e operários, funcionários públicos, caixeiros, comerciantes, empregados de bondes e carregadores de trapiches, saveiristas, vendedores de frutas, pão e carne, carroceiros e carvoeiros, em suma a toda população desta capital, que geme sob os carrascos de sua desgraça (...)."³⁴⁹

O grande comício realizado no bairro do Bonfim no dia 17 de março excedeu as expectativas até dos seus organizadores, reunindo milhares de populares. O Comitê pediu à população que se mantivesse "dentro da ordem e da lei"; e em seguida, todos se dirigiram com destino ao palácio do governo. Os membros do Comitê carregavam duas bandeiras, uma vermelha, com a inscrição "o povo tem fome!", e outra branca, com a inscrição "Abaixo a exploração!"³⁵⁰

A Praça do Palácio do Rio Branco contava com um reforço de policiamento na ordem de 50 praças de cavalaria e 100 de infantaria e como medida de segurança o governador se opôs a que a parte central do bairro comercial fosse incluída no itinerário dos reclamantes. O *Diário da Bahia* aproveitou para ironizar o governador: "o sr. Seabra que se diz eleito pelo povo e que só deseja cair nos braços desse mesmo povo, anda a ver estrelas ao meio dia e fantasmas por toda parte... receando cair do tamborete em que o colocou o bombardeio, desta capital, desde ontem agitou sua polícia, chegando ao ponto de intimar o major Cosme de Farias a não espalhar o referido manifesto na praça pública. E nossas leis asseguram a liberdade de reunião! Que medo impróprio de

³⁴⁹ Ver *Jornal de Notícias*, 15 mar. 1913, p. 7.

³⁵⁰ *Idem*, 18 mar. 1913, p. 2.

um governo popular!"³⁵¹ Talvez o governo temesse a repetição dos episódios de janeiro passado.

Apesar de o comício ser um protesto contra as difíceis condições da população carente da sociedade baiana, segundo o *Jornal de Notícias*, a população aclamou em frente ao Palácio do Governo "com delírio o honrado sr. Dr. J. J. Seabra, governador do estado, que se achava em uma das janelas do palácio, rodeado de amigos."³⁵² Segundo Sampaio, "o carisma que emanava do Governador entorpeceu a multidão, que, apesar de faminta, encontrou forças para aclamá-lo delirantemente. Estava, pelo menos, momentaneamente, contornada a crise."³⁵³

Durante o comício a população foi aconselhada pelo major Cosme de Farias, porta-voz do Comitê, a manter a ordem e confiar na ação do governo do estado. Na mensagem apresentada ao governador o movimento por um lado, atribuiu a "crise alimentícia que assoberba o país" aos impostos protecionistas, por outro isentou o governo estadual: "(...) sabe, perfeitamente, o povo baiano que não entra na competência, nem na órbita da ação direta do governador do estado, ... , remediar os males que vêm apontados."³⁵⁴ Mas lembrava a Seabra ser necessária sua intervenção junto ao governo federal, "(...)dadas as condições da entente cordiale, tão repetidas vezes demonstrada, [pelo] exm. sr. Presidente da República", solicitando "o abaixamento dos impostos".³⁵⁵

³⁵¹ Ver Diário da Bahia, 17 mar. 1913, p. 1.

³⁵² Ver Jornal de Notícias, 15 mar. 1913, p. 1..

³⁵³ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit., p. 96.

³⁵⁴ Ver Jornal de Notícias, 15 mar. 1913, p. 1.

³⁵⁵ Idem, ibidem.

O governador Seabra recebeu os membros do Comitê e respondeu, ao povo reunido na praça, através de uma das janelas do Palácio. Em seu discurso, interrompido várias vezes pelos aplausos da multidão, nada prometeu: "o governo que subiu em nome da soberania popular não pode temer essa mesma soberania(...) as providências que estiverem na alçada e nos esforços do governador da Bahia, ele as tomará com o interesse com que trata das causas populares. A força pública, que assiste ao vosso comício, não age, não pode agir, não agirá, contra um povo que ... dentro da paz e da ordem pleiteia ... as suas aspirações incontestáveis. Ide pacíficos ... Ide, e recolhei-vos satisfeitos ao seio de vossos lares ... certo de que o dia de amanhã é um dia de esperança(...)."³⁵⁶

Um incidente durante o comício foi assim descrito pelo *Jornal de Notícias*: "Um tipo suspeito, quando falava ao povo o exm. sr. dr. Governador, quis com um grito sedicioso [sic] agitar a multidão." Mas, nada conseguiu, pois a multidão ao fim do discurso do governador dispersou-se calmamente. No dia seguinte, Seabra convidou a diretoria da Associação Comercial e os negociantes locais de charque e açúcar para uma reunião; a qual ficou resolvido que o governo do estado, de comum acordo com o intendente do município, se entendesse com as principais "casas retalhistas" , a fim de que , nos gêneros de primeira necessidade, tirassem apenas o lucro de 8% isto feito sob a fiscalização do poder público e da Associação.

Para o presidente da República, Seabra telegrafou solicitando as providências que estivessem ao seu alcance em

favor "da causa popular".³⁵⁷ Segundo o *Diário da Bahia*, o marechal Hermes "não via com bons olhos os comícios populares de reclamação contra a carestia da vida" , e atentava contra a própria Constituição ao determinar sua proibição pela polícia da capital federal .

Provavelmente uma ação mais decisiva do movimento foi frustrada justamente pelo papel desempenhado pela liderança de Cosme de Farias. Eleito deputado estadual pelo PD, partido de Seabra, Cosme de Farias defendia na Câmara propostas em defesa do proletariado. No entanto, à frente do *Comitê Popular contra a Carestia de Vida*, defendeu uma linha moderada contrária a qualquer excesso do movimento. Para Santos, "é de se indagar se sua presença à frente do Comitê não teria sido mais um recurso para limitar o alcance dos protestos"³⁵⁸, uma vez que Cosme de Farias era um fervoroso seabrista. Nem mesmo quando o governo fechou o local onde se faziam as reuniões do Comitê, o Centro Operário, esperando conter a agitação dos protestos, houve o rompimento das relações entre Cosme de Farias e as lideranças operárias reunidas no Centro, que lideraram o protesto contra a carestia, e o governador Seabra.³⁵⁹ Segundo Santos, isso ocorreu porque "o Centro Operário nada mais foi do que um instrumento de acomodação de uma parte do proletariado da cidade ao sistema." ³⁶⁰

Seabra apelidara Cosme de Farias de "Assistência Pública" pelo seu trabalho de filantropia junto às classes "desvalidas". Quando entrevistado no dia do falecimento de

³⁵⁶ *Idem, ibidem.*

³⁵⁷ *Idem*, 19 mar. 1913, p. 2.

³⁵⁸ Ver SANTOS, Mário Augusto dos. *Op. cit.*, 1982, p. 385.

³⁵⁹ Ver *Jornal de Notícias*, 19 mar. 1913, p. 1.

³⁶⁰ Ver SANTOS, Mário Augusto da Silva, *op. cit.*, 1982, p. 381.

Seabra em 1942, o major afirmou: "nunca lhe fiz um apelo em favor dos pobres, dos desvalidos e dos humildes, que não fosse pelo dr. Seabra atendido ... Todas as subscrições que lhe mandei em favor de órfãos e viúvas, foram sempre subscritas."³⁶¹

³⁶¹ Ver Diário da Bahia, 17 dez. 1942, p. 3.

3.4-O primeiro aniversário do Governo: sobrevivem as repercussões do bombardeio

Os protestos contra a carestia ocorridos em 1913, contornados pelo governo, coincidiam com outro momento político delicado para Seabra: o primeiro "aniversário" do seu governo e principalmente, do bombardeio. A associação do seu nome ao episódio foi inevitável. Qual teria sido mesmo sua parcela de culpa? Seabra teria tido uma implicação direta no bombardeio? Para a oposição evidente que sim, pois Seabra ocupava um ministério importante, desejava ascender ao Executivo baiano e a intervenção na Bahia foi o meio encontrado por ele. Para muitos uma palavra contrária de Seabra teria poupado à Bahia da "humilhação".

As críticas naquele primeiro ano de governo foram duras. Por exemplo, para o *Diário da Bahia* o primeiro aniversário do governo só encontrou aclamações no entusiasmo "dos que comem licitamente ou não ... foi muito notada a frieza em que correram tais festas."³⁶² Também para Juca & Jucá aquele não era dia de comemorações:

*"Amanhecera nevoento o dia ...
Por toda parte uma tristeza infinda,
Nem um sinal sequer de melodia
Madrugada em fora, se sentis ainda! ...*

*Chuva dos céus, torrencial, caía:
Chora a Bahia moralmente finda ...
O aniversário passa aterrador*

³⁶² Ver *Diário da Bahia*, 30 mar. 1913, p. 1.

*Da ascensão do seu bombardeador?! ...*³⁶³

Para o *Diário da Bahia*, órgão ligado a Severino Vieira, a população não tinha motivos para festejar o primeiro ano do governo daquele que era "o mais arruaceiro dos nossos políticos, o mais desonesto dos homens públicos, o mais criminoso dos baianos, o sr. J. J. Seabra."³⁶⁴ E a data era chamada pelo mesmo jornal de "o dia dos monstros" e "o aniversário do crime". Enquanto isso o *Diário de Notícias*, fazendo o histórico dos fatos ocorridos há um ano, atribuiu o bombardeio ao povo que através de um movimento de reivindicação pretendia substituir o "mau governo". O *Diário da Bahia* protestou afirmando que o *Diário de Notícias* cometera um equívoco: "(...) fazer do povo o bode expiatório das meias culpas de políticos sem alma e sem patriotismo ... nem podia o povo ser o autor daquilo... Não foi autor daquelas proezas. Foi vítima daquela brutalidade. Depois da tragédia do começo de 1912, o povo assiste à farsa do começo de 1913."³⁶⁵

Mas Seabra não era o único considerado culpado, outros políticos tinham seu nome lembrado em relação ao bombardeio nos versos do cronista:

*"Em funeral
Um ano! Janeiro 10 ...
Na terra do Salvador,
O Grande Conquistador
Em sangue afundou os pés!
Infame, audaz e perverso,*

³⁶³ *Idem*, 30 mar. 1913, p. 2.

³⁶⁴ *Idem*, 25 de jan. 1913, p. 2.

³⁶⁵ *Idem*, 16 jan. 1913, p. 1.

*Patrício degenerado,
Pôs o Brasil humilhado
Perante todo o Universo!*

*As vítimas, hoje inermes,
Ainda vibram no esqueleto:
Miséria! Mena Barreto!
Maldição! Marechal Hermes!
E o fausto da governança
Que tudo apaga e amortece,
Não cala nem emudece
A eterna voz da Vingança!*

*No aniversário fatal
A Pátria, ativa, ameaça:
É o Seabra quem passa?
Bandeiras em funeral!"³⁶⁶*

A pauta oficial das comemorações pelo 1º aniversário do governo incluiu missa festiva, passeata militar das forças do estado, inauguração das obras de abertura da estrada de rodagem ligando o bairro do Rio Vermelho à Itapuã, recepção ao corpo consular e festa reunindo deputados, senadores e convidados no Palácio do Governo. O *Diário da Bahia*, jornal ligado ao grupo severinista, deu o tom do protesto: "não tivemos entrada [na festa], porque não somos do número daqueles que profanam a mágoa da Bahia ultrajada, bebendo os vinhos caros de um aniversário que estava a merecer o crepe das grandes dores, o negro dos extremos lutos, o respeito às lágrimas de um povo ... Senhor, a Bahia vos repele, vos odeia, vos amaldiçoa, porque ... representais a vitória do

³⁶⁶ *Idem*, 16 jan. 1913, p. 2.

*canhão sobre a pena ... no governo do estado sois a concretização de um crime, de um atentado tremendo, de uma humilhação extrema, em que foi vítima a Bahia (...).*³⁶⁷

Para nós, é evidente que a intervenção na Bahia serviu à ambição de Seabra de chegar ao governo estadual. Mas não foi sua a ordem do bombardeio. Sequer o próprio presidente Hermes assumiu a responsabilidade pela intervenção e suas ligações com Seabra não eram assim tão amistosas. Seabra jogou com as circunstâncias políticas no sentido de que aproveitou o momento político tenso, fruto das salvações que estavam atingindo outros estados, para criar as condições para a sua ascensão estadual. Pode-se dizer que ele não era o melhor político para assumir o controle do estado após a Salvação. Por um lado, o projeto salvacionista posto em prática pelos militares ligados ao presidente Hermes da Fonseca tinha objetivos que independiam da ambição de Seabra. Por outro, a Salvação na Bahia adquiriu um caráter singular dentro do quadro geral das intervenções do período hermista, caráter não evidenciado até aqui por nenhum outro trabalho sobre o tema: Seabra, eleito governador em 1912, viabilizou meios de reforço do Executivo até então nunca usados na Bahia afastando temporariamente do poder a elite dominante local. Nos outros estados as elites dominantes derrubadas pelas intervenções conseguiram retornar ao poder pouco tempo depois das intervenções. O que não ocorreu na Bahia. Em parte isso se deveu a forma como Seabra cuidou da organização da política estadual.

Durante todo o ano de 1913 as críticas ao governo Seabra, de parte da imprensa e da oposição, trouxeram de volta as condições da sua ascensão e o episódio do

³⁶⁷ *Idem*, 30 mar. 1913, p. 1.

bombardeio. Por exemplo, quando a sucessão presidencial em 1913 estava sendo o assunto do dia e provocando divisões políticas mesmo entre os governistas, o PRC foi acusado de ser o responsável pelas intervenções federais, iniciadas em 1910, conhecidas por Salvações. O Partido Republicano Conservador era visto como um: "(...) conluio de interesses inconfessáveis em cujo seio se maquinaram os maiores atentados à Lei e à República. Principal responsável, senão único, dessas monstruosas cenas de vandalismo político ... o ajuntamento que teve por chefe o sr. Pinheiro Machado e soldados os seabras e dantas barretos, iniciou, entre nós, a era sangrenta e vergonhosa dos bombardeios e massacres. (...) Não era de admirar, pois que, resultado de uma fusão impossível de ganâncias e salvações, o PRC, viesse a sofrer agora, as consequências dos seus grandes erros em dar posições a homens da bitola inferior de Seabra e Dantas Barreto (...)."³⁶⁸

³⁶⁸ Ver Diário da Bahia, 7 jun. 1913, p. 1.

3.5-Inovações da administração de J. J. Seabra

Em abril de 1913 o governador organizou a nova Câmara Legislativa reconhecendo principalmente candidatos aliados. A imprensa acusou-o de empregar os processos mais ilícitos no reconhecimento de diplomas, trabalhando pela depuração de todos os oposicionistas "*(...) tudo isso porque seu governo, imoral como nenhum outro, não comporta a crítica parlamentar, exigindo por isso uma câmara unânime, que se não oponha à aprovação de conchavos, de negociatas e de propostas arlindescas [alusão à Arlindo Fragoso, secretário particular de Seabra].*"³⁶⁹

O termo seabrada passou a ser usado naqueles anos, pelos opositores na imprensa, associado à idéia de corrupção, atitudes anti-democráticas e desrespeito à Lei.³⁷⁰ Contrariando os depoimentos posteriores dos admiradores e antigos amigos de Seabra que enalteciam em particular seu respeito às idéias de democracia, justiça, liberdade e lealdade política.

Isso se deve talvez ao fato que poucos homens públicos foram como Seabra tão discutidos no Brasil da Primeira República e tão contraditoriamente julgados: "*(...) com o seu falecimento desaparece do cenário nacional uma das suas figuras mais marcantes e tradicionais. A mais tradicional pode-se dizer, pois ninguém, entre os vivos, teria tal acervo de vínculos com a vida brasileira nos últimos cinqüenta anos(...)*"³⁷¹; "*Com J. J. Seabra, desaparece uma*

³⁶⁹ *Idem*, 3 abr. 1913, p. 1.

³⁷⁰ *Idem*, *ibidem*.

³⁷¹ Ver Correio da Manhã, Rio, In A Tarde, 7 dez. 1942, p. 8.

*personalidade singular e inconfundível do nosso meio, rica em qualidades e colorida em defeitos. Estes, pode-se dizer, foram do tempo(...)*³⁷²; *"(...) certamente uma das existências mais interessantes e movimentadas da República graças aos seus contrastes e imprevistos(...)"*³⁷³, *"Quem quiser traçar a biografia de J. J. Seabra procure antes explicar uma vida de irregularidade infinita com uma popularidade constrante. E ninguém sabe quem foi mais fiel - se ele ao povo, ou se o povo a ele."*³⁷⁴

É certo que durante boa parte do seu mandato Seabra conviveu com forte oposição da elite política local em particular dos grupos ligados a Rui Barbosa. No entanto, sua administração trouxe elementos novos desconhecidos no estado. Um desses foi fruto direto da experiência de Seabra à frente do Ministro da Justiça e Negócios Interiores: a remodelação da capital baiana segundo os princípios higienistas que pautaram a reforma urbana da capital federal. Em 1904, sob o governo de Rodrigues Alves, o Rio de Janeiro "civiliza-se". Segundo Needell, "as reformas eram descritas como um tônico contra a 'letargia tropical' e como um ataque às antigas condições materiais que conspiravam para manter o Brasil tradicional (isto é, atrasado)."³⁷⁵ Semelhante ao projeto carioca de 1904, já no primeiro ano do mandato de Seabra foram alargadas as ruas do Centro de Salvador, abertas avenidas, introduzido o asfalto em algumas ruas, reiniciadas as obras do Porto de Salvador que estavam paradas a mais de um ano, dentre outras medidas. O projeto de modernização urbana - o primeiro e único da Primeira

³⁷² In *A Tarde*, 8 dez. 1942, p. 8.

³⁷³ Ver *A Tarde*, 8 dez. 1942, p. 3.

³⁷⁴ *Idem*, 12 dez. 1942, p. 2.

³⁷⁵ Ver NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**, trad. Celso Nogueira. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 70.

República na Bahia - foi aprovado pelo intendente (cargo correspondente ao de prefeito) de Salvador Julio Brandão, eleito com o apoio de Seabra.

No início do século XX, Salvador era segundo o *Diário de Notícias* "do vasto território brasileiro, ... uma das maiores[cidades] e dessas, a mais infeliz, no tocante à estética e à higiene sobretudo."³⁷⁶ Possuía uma topografia especial, muito acidentada, a maioria de suas vias públicas era constituída de ladeiras íngremes e longas, de ruas estreitas, de becos de pouco mais de um metro, de vielas escuras remanescentes dos tempos coloniais, sem contar com nenhum sistema eficiente de esgoto e de abastecimento de água.

Aproveitando o início das obras, o *Jornal de Notícias* lançou um interessante concurso para os leitores com a seguinte pergunta: "De que é que mais precisa a cidade?" As diversas respostas, publicadas no jornal diariamente, apontam para os problemas que preocupavam os cidadãos antes das reformas seabristas:

"- Higiene nos colégios, higiene nas casas, higiene nas ruas;

- Água, luz, calçamento, asseio geral; governos honestos; combater sem trégua a ignorância e a tuberculose;

- Ensino, policiamento, calçamento;

- Expulsão de todos os turcos; saneamento por completo, construção de casas e depois fazer-se avenidas;

- Acabar por completo com os mendigos pelas ruas a esmolarem;

³⁷⁶ Ver *Diário de Notícias*, 3 out. 1911, p. 1.

- *Emigração do elemento negro; repressão da vagabundagem e medidas corretivas; construção de prédios domiciliares.*

- *Extinguir antros e cortiços, guerra aos vadios, às arraias, aos foguetes...*

- *Imitar São Paulo; diminuir preço da passagem de bonde e dos gêneros de primeira necessidade; imigração com as devidas medidas;*

- *Une compagnie pour l'exportation des nègres de race; une autre pour reprendre la police; une société protectrice des animaux;*

- *Pés calçados na população em geral;*³⁷⁷

Das dezenas de respostas enviadas para a redação do jornal, a grande maioria dizia respeito a medidas de profilaxia e de reformas de costumes. Muitos desejavam que o governo fizesse também campanhas contra o álcool, o jogo do bicho, a preguiça, a prostituição e a vadiagem, como eram feitas na capital federal. Para nós, de certa maneira, tanto o jornal, com o tema proposto, quanto os participantes do concurso, com as respostas do que gostariam de ver mudado na cidade, contribuíram para a construção de um discurso justificador da interferência do poder público na vida cotidiana da população pobre da cidade.

Lulu Parola fez um balanço do concurso promovido pelo jornal:

Encerrou o Jornal o seu torneio

Sobre o que mais precisa a cidade:

Ter instrução, policiamento, asseio;

³⁷⁷ Ver *Jornal de Notícias*, 17 jun. 1912, p. 2; 18 jun. 1912, p. 1; 19 jun. 1912, p. 2; 20 jun. 1912, p. 1; 21 jun. 1912, p. 2.

São coisas da maior necessidade ...

*Dos reclamos é tal a quantidade
Que eu trago ainda o meu saquinho cheio:
Jardins abertos, não currais com grade;
Não se fazer morada no passeio;*

*Intendente que os bairros bem conheça,
Terem mil gramas na balança os kilos;
Que aprendiz no piano não amanheça;*

*Atrair às escolas os alunos;
Internar os mendigos nos asilos,
E meter nas cadeias os gatunos ...³⁷⁸*

A reação a algumas das medidas que objetivavam "civilizar a capital baiana" foi imediata, as críticas partiram sobretudo da imprensa local: "Se quiser avenidas, pague aos proprietários, a exemplo do que fez o Governo Federal e está fazendo o Municipal. Isto de querer fazer avenidas, sem indenizar aos proprietários o valor exato de suas propriedades, é que não se pode consentir."³⁷⁹

As desapropriações de casas para as obras de "melhoramentos" da cidade foram também assunto da crônica de Lulu Parola:

*"São mesmo assim as coisas desta vida:
Quem quer amar, dispõe-se a padecer ...
Zé-Povinho, portanto, há de sofrer,*

³⁷⁸ Idem, 25 jun. 1912, p. 1.

³⁷⁹ Ver Jornal de Notícias, 29 mar. 1912, p. 3.

Se quiser depois ter avenidas ...

*Para alcançar um dia tal prazer,
A gente vive agora de corrida! ...
Já ninguém sabe ao certo onde residia,
Já não se tem mais casa a oferecer!*

*Por isso, apresentado um cavalheiro
A outro, que este verso lendo está,
Diz-lhe baianamente prazenteiro:*

*- Moro na rua ... E nisto, desatina ...
Já não era onde estava ... Onde será?
- Olhe! Eu moro aqui mesmo nesta esquina!"³⁸⁰*

A fala do humorista político caracteriza bem o que foi o auge do controle sobre a habitação ocorrido na capital baiana durante a Primeira República. O governador Seabra criou para isso o *Juízo dos Feitos da Saúde Pública*, órgão responsável pela salubridade da cidade. Segundo Uzeda, "temia o governador a ação de inquilinos e proprietários, no sentido de impedir o plano de remodelação da capital. Assim, qualquer ação ou procedimento que dissesse respeito a demolição, despejo, interdição, desapropriação tinha , obrigatoriamente de passar pelo crivo do Juízo da Saúde Pública."³⁸¹ Esse órgão funcionava em conjunto com outro, a *Engenharia Sanitária*, responsável por declarar se o imóvel era habitável ou não e de acordo com essa avaliação ordenar a demolição.

³⁸⁰ *Idem*, 15 jul. 1912, p. 1.

³⁸¹ Ver UZEDA, Jorge Almeida. *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890 - 1930)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, FFCH/UFBa, 1992, p. 128.

O discurso sanitaria, que ao longo do período republicano torna-se permanente e sistemático, esteve presente no decreto do governador Seabra autorizando a construção de vilas operárias, num número de 3.000 casas. Semelhante ao projeto desenvolvido na capital federal, era também a solução considerada ideal pelo poder estatal para duas questões sociais: o problema da habitação e da saúde popular. Segundo Rago, *"na verdade, muito mais que uma maneira de morar, as vilas representam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida. Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer."*³⁸²

A luta contra a insalubridade da moradia popular veio associada, nesse momento, a um discurso que impôs novos modos de higiene pessoal e de vida. Em nota de esclarecimento, publicada em jornal diário, o governo baiano disse que pretendia *"(...)oferecer aos operários moradia higiênica e confortável, em substituição da que presentemente podem conseguir, e onde, ao invés de elementos reparadores das energias gastas no árduo labor de cada dia, encontram os germes de morbus que lhe depauperam as forças e envenenam a saúde, porque as casas ao alcance de seus recursos são, em geral, mal situadas e mal constituídas, acanhadas e insalubres, sem ar, nem luz, edificadas ao desamparo das mais elementares condições indispensáveis à garantia da saúde e bem estar (...)."*³⁸³

³⁸² Ver RAGO, Margareth Luzia. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890 - 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 177.

³⁸³ Jornal de Notícias, 10 dez. 1912, p. 1.

Essa preocupação com a desodorização do espaço urbano não era novidade no Brasil. Já era vista desde o final do século XIX em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. Como nos lembra Rago, tal projeto higienista se constituiu no momento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil visando demarcar os espaços de circulação dos diferentes grupos sociais.³⁸⁴ Segundo a autora, " o controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico, por parte desses especialistas [sobretudo, os médicos] se funda na crença generalizada de que a 'casa imunda', o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz." ³⁸⁵

Em Salvador, além da segregação dos grupos sociais em espaços distintos possibilitando o controle político da cidade e das pessoas, o aspecto mercantil constituiu-se em mais um elemento na composição da lógica do projeto higienista. Como constatou Uzeda, ao estudar a política de saúde pública implementada na Bahia durante a Primeira República: "(...) a política da medicina urbana adotada pelo Estado baiano, satisfazia em primeiro lugar o setor comercial. Era para o comércio e pelo comércio que a cidade deveria estar livre das epidemias de peste, varíola, febre amarela, tifo."³⁸⁶ Ou seja, a política sanitária visava, segundo o autor, a preservação do comércio local.

³⁸⁴ Para a cidade de Salvador ver a respeito, CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. Entre vilas e avenidas: habitações proletárias em Salvador na Primeira República. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 1991 e PINHEIRO, Eloisa Petti. Intervenções Públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920: um estudo da modernização urbana. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 1993.

³⁸⁵ Ver RAGO, op. cit., p. 164.

³⁸⁶ Ver UZEDA, op. cit., p. 119.

Neste sentido, Santos constatou que "enquanto a modernização demolia, o comércio se expandia pela cidade, dando preferência, porém, aos distritos centrais. Deles, os moradores seriam expulsos em favor da ocupação dos imóveis por casas de negócio."³⁸⁷ Para o autor, em estudo sobre a história da urbanização em Salvador de 1890 a 1940, é possível localizar certas imagens cristalizadas portanto, que podem ser contestadas, e que apontam para uma idealização do passado: a primeira imagem, é a de que aquele meio século foi um "tempo bom", durante o qual não havia falta de casas para morar; e a segunda imagem, como desdobramento da primeira, é a de relações harmoniosas entre inquilinos e proprietários.³⁸⁸

O reordenamento urbano iniciado no governo de Seabra foi seguido de uma pequena melhoria nos serviços públicos, principalmente àqueles ligados ao fornecimento de energia elétrica e sistema de transportes. No entanto, o governo não deixou de ser acusado de favorecimento na escolha da *Companhia de Melhoramentos* responsável pelas principais obras. Além do mais, segundo Nascimento, a construção da importante Avenida Sete de Setembro, ligando o Centro ao Farol da Barra, "(...) causou grande celeuma quanto à destruição de prédios antigos, alguns dos séculos XVII e XVIII, em nome da modernização"³⁸⁹, beneficiando a *Companhia Linha Circular de Carris da Bahia*, de propriedade de Eduardo Guinle o mesmo proprietário da *Companhia de Melhoramentos*: "a essa companhia de bondes, interessava a boa circulação dos seus veículos, propondo ao governo e à arquidiocese a

³⁸⁷ Ver SANTOS, Mário A. da Silva. Habitacão em Salvador: fatos e mitos. In *Imagens da cidade: século XIX e XX*. BRESCIANI, M. Stella (Org.). Marco Zero / ANPUH / FAPESP, São Paulo, 1994, p. 104.

³⁸⁸ Ver SANTOS, Mario Augusto da Silva, 1994, op. cit.

³⁸⁹ Ver NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Op. cit., 1996, p. 180.

destruição de vários templos antigos ... Seabra ao referir-se aos 12 metros que ainda faltavam ser construídos na avenida [Sete de Setembro], afirmava que nenhum deles embaraçaria a nova locação da linha de tramways da 'Circular' ".³⁹⁰

Os empréstimos no exterior necessários para iniciar obras ou concluí-las escassearam a partir do início da Primeira Guerra Mundial. Segundo Marinho, Seabra tocou adiante as reformas "(...) com recursos restritos, e, de modo geral, sem o auxílio do governo federal, a que pedia, em regra, que mantivesse, ampliasse ou intensificasse os serviços de sua competência."³⁹¹ Talvez por isso, a remodelação do bairro comercial foi classificada de obra de "meias solas": "simplesmente porque o sr. Seabra no desejo imoderado, vesânico, de épater les bourgeois quis que os trabalhos fossem executados á la diable, para criar popularidade e desafiar a admiração dos forasteiros basbaques e dos seus adutores, e arrancar-lhes ditos de admiração como estes: 'Isto é que é homem de atividade! Caramba! É um segundo Passos [Pereira Passos, prefeito da capital federal]. Ainda não tomou conta dessa joça e já o bairro comercial começa a ficar um brinco!' "³⁹²

O Diário da Bahia em junho de 1913 publicou um artigo com o título A Bahia civiliza-se, onde apresentou os limites do projeto seabrista de intervenção urbana:

³⁹⁰ Idem, p. 180 - 181.

³⁹¹ Ver MARINHO, Josaphat. Seabra. Bahia, Sociedade Anônima Artes Gráficas, 1955, p. 11.

³⁹² Ver SÁ, op. cit., p. 53.

"(...)

Civiliza-se ... salta um pobre mortal estranho à terra, ou dela conhecedor, e se tem a felicidade de fugir aos cais dourados cheios de homens e mulheres semi nús, esbarra nas grandes poças de lama que limitam o moderno cais do porto ...

Civiliza-se ... e à entrada do Elevador Lacerda, saiu com vida, o itinerante, do riacho de barro e lama no leito dos trilhos da Light, fica encrencado para subir a balança porque centenas de pessoas esperam pacientes a passagem singular (um a um)pela roda;

Civiliza-se ... e lá vem um bonde cheio, repleto, entupido e ... único ... ficando o pobre mortal sujeito aos apertuchos ou a incômodo de incomodar os outros passageiros...

... os automóveis doidos fonfonam a valer pondo em risco pernas, braços, cabeças e vidas ...

Civiliza-se ... e a carrocinha do Asseio, ..., emporcalha as ruas e as vistas ...

E a Bahia civiliza-se, tendo no seu governo o sr. Seabra ...³⁹³

Além das críticas à intervenção urbana , Seabra enfrentou problemas que apontavam para o rompimento com o presidente Hermes devido à sucessão presidencial. Segundo Sampaio, "com o objetivo de impedir a candidatura Pinheiro Machado, que contava, a princípio, com a preferência do Marechal Hermes, os Estados de Minas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas e Ceará formaram, com o beneplácito de São Paulo, a Coligação Republicana."³⁹⁴

³⁹³ Ver Diário da Bahia, 4 jun. 1913, p. 1.

³⁹⁴ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit., p. 83.

O presidente Hermes consultara Seabra por telegrama desejando saber se era possível seu apoio para a candidatura de Pinheiro Machado. O governador baiano, conhecido como um político astuto, respondera que a decisão seria de Mário Hermes: *"Ocupado como tenho vivido com a administração do Estado, deixei a solução da questão política à decisão da bancada baiana, dirigida pelo seu dileto filho."*³⁹⁵ Ou seja, se livrara de bater de frente com o presidente Hermes. Por outro lado, esse recado foi mandado publicar, não se sabe por quem, na imprensa da capital federal. Os boatos davam conta que a publicação partiu dos próprios *"elementos dirigentes da política federal"* : *"(...) como fotografia moral de um grande bandoleiro, do transfuga baiano, de um energúmeno inclinado invariavelmente à traição, jogador de tarrafas, ... É a fotografia física de um homem moralmente falido, que a política republicana precisa de varrer do seu seio, sob o empenho com que o cirurgião extirpa um cancro."*³⁹⁶

Importante decisão na mão de Mário Hermes aborreceu a oposição. A ele estavam confiados os destinos políticos da Bahia; seria dele portanto, a palavra de ordem da política baiana nas relações com os outros estados: *"(...) uma vergonha aflitiva para a Bahia estarem os destinos da sua política entregues a esse jovem oficial subalterno sem nome, sem prestígio político, sem valor intelectual, sem conhecimento das coisas públicas, sem outro título, absolutamente nenhum senão a fortuna de ser filho do presidente da República (...)."*³⁹⁷

³⁹⁵ Ver Diário da Bahia, 28 mai. 1913, p. 1.

³⁹⁶ Idem, ibidem.

³⁹⁷ Idem, 25 mai. 1913, p. 1.

Em diversos telegramas trocados por Seabra com importantes lideranças nacionais é possível notar que sua escolha para candidato presidencial recaiu sob diferentes políticos. Houve mesmo a possibilidade de o próprio Seabra sair como vice-presidente. Chegou a fazer propaganda para o ex-ministro da Fazenda Francisco Salles³⁹⁸, motivando a quadrinha do jornal adversário: "Nem a presidência, nem vice. Nisto, ó Seabra, não fales. Até sonhar é tolice! Nem tu nem o Chico Salles."³⁹⁹ A indecisão foi interpretada pelos opositores como mais uma prova da personalidade política de Seabra: "(...) esse caso político das candidaturas está servindo para mostrar a gregos e troianos, a Deus e ao mundo, o calibre do governador da Bahia, no terreno das idéias, da lealdade, da sinceridade, da coragem. (...) Coligado, frouxo ... desorientado, ele está ao mesmo tempo com o sr. Pinheiro Machado, Hermes, Campos Sales, Dantas Barreto, Lauro Sodré e com quem mais apareça... Essa capoeiragem há de dar algum resultado aproveitável."⁴⁰⁰ Por isso, Seabra chegou a ser chamado de "molusco político".⁴⁰¹

Diante dos fatos, o presidente Hermes passou a fazer retaliações a Seabra, começando pela exoneração do general Sotero de Menezes da Inspetoria Militar da Bahia e o afastamento do Ministério da Fazenda de eleitores e afilhados políticos do governador baiano. Sem o apoio federal, a imprensa previa o pior para Seabra: "vão caindo, aos punhados, os amigos políticos do sr. Seabra dos postos federais que a situação do bombardeio aos mesmos fez

³⁹⁸ Idem, 21 mai. 1913, p. 1.

³⁹⁹ Idem, 15 fev. 1913, p. 2.

⁴⁰⁰ Idem, 30 mai. 1913, p. 1.

⁴⁰¹ Idem, 21 mai. 1913, p. 1.

presente. Com alguns tombos a mais o "caboclo velho" está liquidado." ⁴⁰²

Seabra adoeceu. A própria *Gazeta do Povo* confirmou, naqueles dias, que o governador estava "acamado , com gripe". Sua ausência na festa de formatura do Instituto Normal, escola feminina de Magistério da elite local, fez correr os boatos de sua possível renúncia: "demissões daqui, rusgas com o Sotero dali, abalos na ordem interna da política acolá, uma atmosfera de insegurança a dominar em toda linha o seu governo(...)."⁴⁰³

Como resposta Seabra autorizou a *Gazeta do Povo* , órgão oficial do governo, a lançar a candidatura de Rui Barbosa. Pela segunda vez o senador baiano pretendia disputar as eleições presidenciais novamente como "(...) candidato dos partidos fora do poder em diversos estados"⁴⁰⁴. Sendo assim, Seabra, que sempre fora hermista, colocava-se ao lado de um ferrenho civilista e, mais complicado ainda, um dos pilares mais fortes da oposição estadual: Rui Barbosa. Para muitos era mais uma prova do cinismo político do governador baiano: "Apoiar a candidatura do eminente filho da Bahia, quem? O sr. Seabra, autor dos mais nefandos atentados contra a República(...)? O mesmo bombardeador da Lei e da Bahia, que derramou pela cidade ... a mazorca, a pilhagem, o assassinio e os vilipêndios sem nome daquelas jornadas tristes de janeiro de 1912? Recomendar às urnas o nome brilhante de Rui Barbosa, quem? ... Quem é o sr. Seabra, quais as suas credenciais políticas, para levantar a

⁴⁰² *Idem*, 5 jul. 1913, p. 1.

⁴⁰³ *Idem*, 12 jul. 1913, p. 1.

⁴⁰⁴ Ver PANG, *op. cit.*, p. 116.

candidatura do benemérito brasileiro? ... Caim não pode apoiar um justo!"⁴⁰⁵

Segundo Consuelo N. Sampaio, "a campanha sucessória presidencial causou profundas alterações na política interna da Bahia, dando lugar às mais estranhas combinações [marcelinistas + ruístas + seabristas]. Rui Barbosa deixava-se ligar ao Governo Seabra, contra cujo estabelecimento lutara tão ardorosamente."⁴⁰⁶

Porém, a aliança não duraria muito. Em agosto Seabra seria expulso do PRC: "a política de acomodações, dinamizada pela inconstância dos interesses individuais, movia-se contra Seabra. Agora, eram ele e os seabristas os aliçados do partido."⁴⁰⁷ Em dezembro de 1913, Rui desistiu de concorrer à Presidência, assim como Pinheiro Machado. O candidato do governo federal Venceslau Brás venceu facilmente as eleições presidenciais. Segundo Faoro, "(...) no exercício do governo, Venceslau Brás, de acordo com sua plataforma eleitoral, procura situar-se no clima superior aos partidos. Com isso, ao contrário do antipartidismo dos grandes Estados, afasta-se de Pinheiro Machado, mas não se concilia ao papel de mandatário de Minas Gerais e São Paulo - o Catete seria o centro do poder."⁴⁰⁸

Podemos concluir que os dois primeiros anos do governo Seabra não foram nada fáceis, sendo agravados pelos problemas crônicos da política local relativos à constante oposição dos severinistas, marcelinistas e vianistas e suas alianças oportunistas ao sabor do momento político. O

⁴⁰⁵ Ver *Diário da Bahia*, 9 jul. 1913, p. 1.

⁴⁰⁶ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit., p. 84.

⁴⁰⁷ *Idem*, p. 86.

desafio ao seabrismo culminou com a Duplicata do Legislativo em janeiro de 1915, isto é, nas eleições estaduais duas Câmaras, a governista e a oposicionista, declararam-se vitoriosas. Ambas funcionaram durante todo período legislativo, de 29 de março a 7 de julho de 1915. Contudo, o então presidente Venceslau Brás reconheceu a legitimidade apenas da Câmara governista controlado pelo governador Seabra: *"político tradicional e conservador, ligado ao Partido Republicano Mineiro, Venceslau Brás categoricamente declarou que, em questões políticas, deixar-se-ia conduzir pelas preferências dos governadores estaduais."*⁴⁰⁹

Uma das maiores obras públicas da reforma urbana iniciada por Seabra foi a construção da Avenida Sete de Setembro, avenida de ligação entre o Centro Histórico e o bairro da Barra na orla. Inaugurada em 1915 justamente como parte das comemorações do dia 7 de setembro na cidade, gerou protestos de parte da imprensa que desejava que a avenida fosse batizada de 2 de julho - data da Independência da Bahia - para dar *"um cunho genuinamente baiano"*. Acreditava-se que *"(...) mais dia, menos dia, [o povo] há de chamá-la com o nome derivado da data inesquecível, de Avenida Dois de Julho."*⁴¹⁰ Ao custo de 8.721 contos de réis, foi inaugurada a avenida sem a conclusão de muitos dos trechos dando a impressão de *"(...) que as inaugurações ... não passam, em realidade, de mera simulação. (...) em compensação, haverá fogos soltos e bondes especiais, com passagem gratuita para o povo."*⁴¹¹ Em 1916, o próprio Seabra admitiu a falta de recursos: *"se me não tivessem faltado os*

⁴⁰⁸ Ver FAORO, op. cit., p. 604.

⁴⁰⁹ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit., p. 88.

⁴¹⁰ Ver Diário da Bahia, 7 set. 1915, p. 1.

⁴¹¹ Idem, ibidem.

recursos, tudo que iniciiei, e constituía o meu plano de remodelação desta cidade, estaria feito."⁴¹²

Com o assassinato do senador Pinheiro Machado em 8 de setembro de 1915, fato de implicações políticas nacionais, a oposição à Seabra "desarticulou-se e, entrando num período de hibernação, deixou campo livre a Seabra, que passaria a desenvolver seu esquema de domínio absoluto da política estadual."⁴¹³

Segundo Pang, "em 1912, o maior desafio que um homem podia enfrentar como governador era submeter os coronéis e restaurar, ou melhor, impor, um governo organizado representando a mais alta força no interior."⁴¹⁴ Isso iria ser conquistado por Seabra através do controle do Legislativo em 1915 e de uma reforma na Constituição Estadual, no mesmo ano, que lhe garantiu não só o pleno domínio da política baiana, de que falou Consuelo N. Sampaio, mas sobretudo fazer seu sucessor e garantir seu retorno ao Executivo nas eleições de 1919.

O controle do Legislativo se fez aos poucos. Desde 1913 a maioria dos senadores do antigo PRB, muitos desses coronéis de prestígio no estado filiaram-se ao partido governista, o PRD. Na Câmara dos Deputados, a maioria também era do PRD como Otávio Mangabeira, Antonio Moniz (futuro governador), e o líder da bancada, Mário Hermes. Nessas eleições a imprensa oposicionista denunciou uma série de fraudes no processo eleitoral: da existência prévia de

⁴¹² Ver Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra, a 29 de março de 1916, o Governador da Bahia ao seu sucessor o Exm. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 33.

⁴¹³ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit., p. 89.

⁴¹⁴ Ver PANG, op. cit., p. 112.

resultado das urnas de alguns municípios até o "ressuscitar de mortos".⁴¹⁵

Na relação com os coronéis do interior, como afirma Pang, "o governador Seabra misturou dois meios tradicionais de persuasão para estruturar o PRD: desencadear a polícia estadual e recrutar o vencedor de uma luta local. Em 1914 recusou-se a intervir em Maracás, onde o chefe do PRD fora impiedosamente atacado por Marcionílio de Sousa, que o governador considerava um político melhor; em vez disso, Seabra permitiu a Marcionílio expulsar o coronel do PRD do município."

Em maio de 1915, a Reforma Constitucional facilitou a promulgação da Lei de Organização Municipal votada pela Assembléia Geral do Estado que "introduzia ... substancial modificação nas relações de poder, passando os intendentes a serem nomeados pelo Governador, 'com a aprovação do Senado' (...). Estreitando, ainda mais, a dependência das elites interioranas em relação ao poder central, o Art. 22 da nova Lei confirmava o Art. 115 da Constituição, que fazia do Senado um tribunal de última instância, também em relação às eleições para os órgãos municipais."⁴¹⁶

Ou seja, Seabra estabeleceu uma firme centralização do poder na medida em que estreitou os laços de dependência dos chefes políticos do interior em relação ao governador; os intendentes, além de serem nomeados, somente cumpririam o mandato de quatro anos com o consentimento do Executivo. Como o presidente do Senado Estadual era o coronel seabrista Frederico Costa, qualquer processo de contestação de

⁴¹⁵ Ver Diário da Bahia, 17 nov. 1912, p. 1.

diplomas passava justamente por suas mãos, inviabilizando portanto que fossem reconhecidos candidatos opositoristas.

O *Diário da Bahia* em dezembro de 1915 inconformado denunciava: "deram ao sr. Seabra a faculdade de nomear intendentes para os diversos municípios do Estado, e o resultado ai está clamando pela boca de toda a opinião sensata da Bahia. Municípios florescentes, riquíssimos, dignos de administradores sérios ... são distribuídos a amigos do peito da situação, homens sem qualidades ... somente empoleirados porque tem tirocínio na fatura de atas falsas, nas tranquibérbias das perseguições a inimigos do governo." ⁴¹⁷

Segundo Pang, "durante os quatro últimos meses de governo (dezembro de 1915 - março de 1916), o governador aproveitou todas as vantagens da lei da reforma, nomeando 135 novos intendentes (de um total de 141).(...) A constituição estadual não lhe permitia ser seu próprio sucessor, exigindo que se afastasse durante um mandato. Durante sua ausência ele teria que manter o controle do PRD e dos intendentes, se quisesse voltar ao poder quatro anos depois. Além disso, uma vez assegurado o controle dos intendentes, Seabra poderia obter os resultados eleitorais que bem desejasse, o que aumentou ainda mais seu prestígio político nos níveis estadual e nacional." ⁴¹⁸

Controlando o Legislativo desde 1915, bem como o Senado Estadual, ficou fácil para Seabra indicar o candidato para a sua sucessão. A vitória já estava garantida mesmo antes das

⁴¹⁶ Ver SAMPAIO, Consuelo N., op. cit., p. 90.

⁴¹⁷ Ver *Diário da Bahia*, 16 dez. 1915, p. 1.

⁴¹⁸ Ver PANG, op. cit., p. 124.

eleições para o quadriênio 1916 - 1920. Para o *Diário da Bahia*, "que venha quem vier, o que, antes de tudo, deve interessar ao povo é que a sucessão, desta feita, se realize sem opinião vigilante nem bombardeio."⁴¹⁹ Porém, a conjuntura interna em nada se parecia com aquela que permitiu o bombardeio.

Seabra avaliou seu próprio governo ao passar o governo a Antonio Ferrão Moniz de Aragão em 29 de março de 1916. O discurso pretendeu marcar a singularidade da sua gestão à frente do Executivo baiano: "nutro a convicção de que será continuado o meu caminho, não voltando ninguém, quem quer que, depois de mim, tenha de governar o Estado, ao torpor da inércia antiga. Estão quebrados, creio que para sempre, os velhos moldes das administrações tardias, sonolentas, que, a despeito de sua quietude só nos legaram dívidas."⁴²⁰

⁴¹⁹ Ver *Diário da Bahia*, 29 mai. 1915, p. 1.

⁴²⁰ Ver Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra ..., op. cit., p. 2 - 3.

3.6- A imagem de J. J. Seabra na memória e na historiografia baiana

Em parte, a forma como Seabra viu sua atuação como governador impregnou a memória de toda uma geração de intelectuais e políticos que se diziam herdeiros do seabrismo na Bahia.

Odiado pela elite dominante local, Seabra não pôde ser ignorado inclusive porque era adorado pela população baiana. Seu carisma junto ao povo foi sempre uma característica ressaltada por memorialistas e antigos admiradores. Muitas vezes, por circunstâncias políticas, notadamente nos momentos eleitorais, membros da elite dominante local se submeteram às alianças de conciliação com o governador, mas tinham pouca disposição em aturá-lo como chefe político como pudemos ver ao longo da pesquisa.

Seabra foi lembrado por muitos correligionários como um político generoso. Na enquete realizada dias após a sua morte por um jornal local, destacam-se vários depoimentos que ressaltam justamente essa característica. Para o coronel Henrique Farias, chefe da Casa Militar durante o governo Seabra, o ex-governador baiano *"não alimentava odiosidades, nem malquerências. Nunca hostilizou os seus adversários, nem admitia que se falasse mal na ausência."*⁴²¹ Para o major Cosme de Farias, *"(...) aquele coração não alimentava rancores. Reconhecia o valor de seus adversários ... Não guardava ódio dos seus inimigos políticos."*⁴²²

⁴²¹ Ver Diário da Bahia, 15 dez. 1942, p. 3.

⁴²² Idem, 17 dez. 1942, p. 7.

Era também assim que ele se via aos 87 anos. Na última entrevista que concedeu, no ano de 1942, Seabra respondeu ao repórter da revista *Diretrizes*: "eu fiz a história, mas não a escrevo. A vida é algo de muito curioso. As coisas se entrelaçam de uma tal maneira que se tornam inacreditáveis. O senhor sabe, eu sou um homem sem paixões. Na luta, não nego, sou feroz. Depois, acaba. O que passou, passou. Na minha vida política, tive inimigos terríveis que mais tarde se tornaram meus amigos. Briguei com Glicério, com Rui, com Alcindo Guanabara, com Pinheiro Machado, com Arthur Bernardes. Todos viraram meus amigos. Não tenho palavras contra nenhum deles."⁴²³

Político urbano acostumado com as multidões, palanques e aparições públicas, onde exercia seus reconhecidos dotes de oratória aprendidos ainda na Faculdade de Direito de Recife, possuidor de excelente habilidade para as conciliações políticas, J. J. Seabra marcaria de forma singular sua passagem pelo Executivo baiano. No entanto, a discussão historiográfica limitou-se a considerá-lo um oligarca, desprezando a personalidade contraditória, versátil e maleável desse político; características expressas ao longo da sua trajetória como homem público. Durante a Primeira República, talvez só pudesse ser comparado na Bahia a Rui Barbosa. Podemos dizer que a ascensão de Seabra junto ao poder federal e, posteriormente, estadual representou o declínio de Rui como condutor dos destinos políticos do estado.

O contexto da campanha sucessória de 1919, uma das mais difíceis da história política baiana, na qual Seabra concorreu pela segunda vez ao executivo contra o juiz

⁴²³ In MARINHO, Josaphat. Op. cit., 1955, p. 17 - 18.

federal Paulo Fontes - candidato das facções oposicionistas lideradas por Rui - serviu para Consuelo Sampaio comparar os dois políticos baianos. A autora indicou fortes contrastes que iam desde os aspectos físicos - Seabra era alto e forte, enquanto Rui era franzino e magro - até a forma como encaravam a política: Seabra era mais pragmático que Rui. Segundo ela, a sagacidade política distinguiu Seabra dos outros homens públicos baianos. No entanto, vários aspectos aproximavam Seabra de Rui: o dom da oratória, a inteligência, a honestidade - que contribuiu para "*intimidar seus adversários*" - a origem social ligada a setores médios urbanos e a formação acadêmica moldada no liberalismo democrático do século dezenove. Mas, segundo Consuelo Sampaio, as paixões decorrentes da luta pelo poder foram responsáveis pelo afastamento dos dois políticos.⁴²⁴

No que diz respeito à historiografia regional, o trabalho de Cid Teixeira foi um dos poucos a destacar o surgimento político singular de Seabra como alguém desvinculado, mais diretamente, dos grupos dominantes no estado na primeira metade do século XX. E portanto, segundo o autor, ele deveria ser pensado em termos rigorosamente "biográficos, individuais": "*é o caso pessoal de carisma, de afirmação do indivíduo. Igual a ele, talvez pudesse mencionar na política brasileira da época o caso de Pinheiro Machado(...).*"⁴²⁵ Seu trabalho contribuiu para que aproximássemos Seabra mais de lideranças políticas baianas da década de 50 em diante do que dos típicos coronéis baianos que dominaram o cenário político durante parte da Primeira República. Com certeza seu estilo político mais flexível foi determinante para a sobrevivência de Seabra

⁴²⁴ Ver *Obras Completas de Rui Barbosa*, op. cit., Prefácio, p. XI - XXVIII.

⁴²⁵ Ver TEIXEIRA, Cid, op. cit., p. 43.

como líder baiano por quase doze anos na fase que ficou conhecida como a mais turbulenta da história política baiana na Primeira República: durante o primeiro governo (1912 - 1916) a intervenção seguida de bombardeio; no segundo governo (1920 - 1924) nova intervenção em 1920 para conter a revolta dos coronéis baianos , perda do apoio federal e posse do novo governador (Góes Calmon) sob estado de sítio decretado pelo presidente Arthur Bernardes..

Se para boa parte da historiografia regional só foi possível pensar Seabra como mais um representante do "continuismo oligárquico", isso se deve ao fato desses autores partirem da tese de que , durante a Primeira República até 1930, era "oligárquico" todo grupo que ocupasse o poder, ou seja, o conceito serve para designar grupo dominante local. De uma forma geral, podemos dizer que o conceito de "oligarquia" aparece cristalizado e sua existência como grupo, durante aquele período da história republicana, foi aceita a priori sem necessidade de maiores definições; geralmente para alguns autores significando o predomínio dos interesses agrários sobre os urbanos. Nesses estudos, a inteligibilidade da Primeira República se encontra na luta política que opunha de um lado, esse grupo chamado de "oligarquia", de outro, os grupos urbanos constantemente confundidos com "classes médias". Neste sentido, outros temas encontram-se imbricados: oligarquia, Revolução de 30, "tenentismo", Revolução de 32. Como afirma Borges, *"dentro desse referencial, as 'oligarquias' são, como na maior parte das falas da época, os grupos que estão no poder, representando explicitamente tanto os interesses agrários como industriais, tendo como base em última instância o latifúndio."*⁴²⁶

⁴²⁶ Ver BORGES, Vavy Pacheco. Op. cit., 226.

De forma semelhante, o conceito de "oligarquia" na historiografia regional aparece na obra de Eul Soo-Pang. Partindo do pressuposto de que o fundamento da política brasileira era o sistema familiar, o autor tomou oligarquia como significando a predominância de uma família na política local. Ao introduzir no seu estudo o termo *familiocracia* dividiu as "oligarquias" brasileiras em quatro grupos básicos: *familiocráticos*, *tribais*, *colegiados* e *personalistas*. Pang usou "oligarquia personalista", como categoria próxima conceitualmente da liderança carismática de Max Weber, para pensar Seabra e o seu desempenho à frente do governo estadual. Ou seja, continuou considerando Seabra um político "oligárquico".

Abordagem diversa foi feita por José de Sá que não associou Seabra às "estruturas oligárquicas" da Primeira República, inclusive porque também recusou-se a tomar a elite local como "oligárquica". Isso se deve ao fato de o conceito aparecer em sua obra expressando um juízo de valor negativo, que perdurou em boa parte do pensamento político brasileiro. Neste sentido, Sá considerou que o bombardeio de 1912 não teve por fim golpear a "oligarquia", "que não havia, nem nunca houve na Bahia". Segundo o autor, existia "oligarquia ominosa" a desafiar a ordem nos estados de Alagoas, Pernambuco e Ceará, também atingidos pelas Salvações Nacionais. Mas na Bahia, não. Para executar tamanha violência no estado "(...) era preciso aludir a uma pretendida vingança popular, contra uma oligarquia que ninguém conhecia."⁴²⁷

⁴²⁷ Ver SÁ, José de, op. cit., p. 440 - 441.

Assim também pensava o jornal carioca *O Correio da Manhã* na sua edição de 3 de janeiro de 1912: "nada é mais grosseiro, como sofisma, do que essa roupagem de popularidade arranjada a trouxe-mouxe para a candidatura do sr. Seabra. Não há na Bahia a possibilidade sequer de um governo oligárquico. Governo oligárquico só se devem apelidar aqueles que na República se tenham aproveitado das facilidades do regime federativo para fundar verdadeiras dinastias. Foi o que sucedeu no Ceará, em Pernambuco, e em Alagoas (...). Na Bahia o poder tem estado sucessivamente nas mãos de três partidos diversos. (...) A pretensão dos amigos do sr. Seabra querendo fantasiar uma oligarquia onde ela não existe, é, além de tudo injuriosa para a Bahia."⁴²⁸

Neste sentido, como nos chama atenção Borges, o conceito de "oligarquia" serve muitas vezes para desqualificar o "inimigo político" e nasce mesmo no bojo do conflito político. O que fala Borges para o conceito de "tenentismo" nos ajuda a pensar melhor o conceito de "oligarquia" da forma como a maior parte da historiografia o utiliza: "(...) em função do imediatismo da luta e da sobrevivência partidária, apresentam falas e atitudes as quais inventam novos agentes históricos designados por 'tenentes', cujas ações são apresentadas como constituindo o 'fenômeno do tenentismo'. Essa invenção ou construção, verdadeira estratégia de luta, mas não planejada a priori, aparece no calor da luta e se revela bastante eficaz; e sendo assim, é deliberadamente intensificada."⁴²⁹

Portanto, aqui entende-se que o conceito de "oligarquia" nasce dentro mesmo da luta política como nos

⁴²⁸ Ver *Correio da Manhã*, 3 jan. 1912, p. 1.

advertem Borges e Vesentini. Sendo assim, buscou-se evidenciar que Seabra não representava o "continuismo oligárquico" como querem fazer crer a historiografia regional, sobretudo Sampaio e Pang, não obstante ter usado táticas e recursos empregados também pela elite dominante local.

⁴²⁹ Ver BORGES, Vavy P., op. cit., p. 145.

CONCLUSÃO

Buscou-se ao longo do trabalho analisar um dos momentos mais significativos da vida política de José Joaquim Seabra, por duas vezes governador da Bahia na Primeira República, e que teve relação direta com a sua ascensão estadual: o episódio do salvacionismo que resultou no bombardeio da capital baiana em 10 de janeiro de 1912.

No que diz respeito à historiografia, uma das restrições que podem ser feitas quanto à perspectiva dos estudos em geral que tratam das Salvações ocorridas no período é que tentaram analisar tais intervenções federais pensando no movimento de 30. Para a maior parte desses estudos sendo 30 o fato/marco histórico, as "Salvações Nacionais" aparecem como uma espécie de contestação militar que teve continuidade nas revoltas ocorridas na década de 20 que ficaram conhecidas como "tenentistas". Assim, os tenentes se comportaram como herdeiros do salvacionismo.⁴³⁰

Entendemos ao longo da pesquisa que a historiografia regional, que estudou o período republicano na Bahia e abordou de forma secundária o bombardeio de 1912, insistiu na tese da ambição pessoal de Seabra como fator explicativo do bombardeio. Tentamos superá-la considerando a intervenção federal de 1912 como parte integrante do conflito que opôs militares, partidários ou não dos processos de intervenção federal, e elites dominantes locais. Acreditamos, ao contrário do que foi colocado pelos autores citados, que a

⁴³⁰ Ver SAES, *op. cit.*

intervenção, naquelas circunstâncias , se daria independente da ação política de J. J. Seabra mesmo que ele tenha sido posteriormente o beneficiário maior. Neste sentido, o bombardeio não pode continuar a ser visto como resultado de uma atitude individual do então ministro Seabra. Inclusive pela atitude adotada pelo Partido Republicano Conservador, ao qual estavam ligados Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca e o próprio Seabra, em relação às intervenções. Parte do PRC defendeu uma posição anti-militarista em Alagoas e no Ceará, mas intervencionista na Bahia e no Rio de Janeiro.

Por outro lado, tanto o senador gaúcho, uma das maiores lideranças da política nacional, quanto o presidente Hermes, adotaram uma posição pouco clara diante da salvação na Bahia. Se a historiografia afirma que as intervenções federais objetivavam derrubar grupos políticos ligados à Pinheiro Machado, ou seja, as Salvações atingiam a posição política do mesmo, como foi possível na época atribuir a responsabilidade do bombardeio da capital baiana ao senador gaúcho? Foi destacado durante este trabalho que as relações de Pinheiro Machado com Seabra oscilaram da divergência política à cordialidade ao sabor das conveniências.

Se por um lado não foi possível precisar com exatidão o número de mortes em decorrência do bombardeio, deve ser afastada a hipótese do bombardeio como mero canhoneio. Apesar de dispormos de dados esparsos sobre o saldo do bombardeio e dos conflitos em sua decorrência, tudo indica que eles não devem ser ignorados. Portanto, o caráter da intervenção na Bahia, considerado por muitos autores como parcial, pois o número de vítimas quase sempre foi considerado irrelevante, é outro ponto que merece ser contestado. É possível que isso tenha ocorrido principalmente porque os autores não acompanharam o relato

dos jornais locais. Além do mais, tentou-se mostrar que o deslocamento e a mobilização de tropas federais para o Estado atestava que a intervenção não tinha sido parcial: houvera sim uma verdadeira ocupação militar na Bahia, ocasionando dezenas de mortes resultantes dos inúmeros conflitos ocorridos nas ruas da capital entre a polícia estadual (Força Pública) e o Exército. No entanto, a impossibilidade de consultar fontes da história da Marinha ligadas ao episódio deixa sem resposta uma série de questões essenciais à compreensão do papel dos militares no bombardeio. Certamente tais indagações podem orientar a elaboração de novos trabalhos.

Por fim, como hipótese a ser verificada num estudo futuro, acreditamos que a maior parte dos historiadores baianos evitou explorar demais o tema do bombardeio por razões políticas. O papel exercido por Seabra como um dos aglutinadores das forças antigetulistas do estado após o golpe de 37, que instituiu o Estado Novo no Brasil, impediu que os estudiosos fizessem a associação do seu nome à intervenção e principalmente ao bombardeio. Insistir nessa associação era retirar um pouco o "brilho" do político, lembrado por muitos como um defensor das causas democráticas. Para nós, sobretudo os biógrafos e memorialistas tentaram não mostrar um momento da vida política de Seabra em que ele não fôra assim tão "democrático". Seria interessante como tema de outra pesquisa buscar o "tempo de lembrar" desses contemporâneos e se apresentam adesão a grupos políticos ideológicos precisamente delimitados. Poderia ajudar a identificar se existiu, neste caso, entrelaçamento entre a memória autobiográfica e a memória histórica.

Como mostramos ao longo dos capítulos, apesar de sua carreira ter sido marcada por inúmeras controvérsias e polêmicas possibilitando vê-lo sob vários prismas é bastante provável que esses estudos estivessem marcados pela maneira como o político foi lembrado e retratado por seus contemporâneos. A organização dessa memória por seabristas como Nelson Carneiro, Jaime Aires, Aloysio de Carvalho Filho (o filho do *Lulu Parola*), dentre outros, começou logo após a morte de J. J. Seabra em dezembro de 1942 e respondeu às preocupações políticas do momento: os seabristas recuperaram a imagem do líder procurando colher dividendos políticos, pois ele constituía forte referencial simbólico - como alguém que enfrentara a ditadura varguista e vivera dois exílios (o primeiro no governo de Floriano Peixoto e o outro, durante o governo de Artur Bernardes) - para a projeção política de seus adeptos durante a campanha eleitoral de 1945, que tinha como bandeira a redemocratização do país.⁴³¹

Portanto, o "surto memorialístico" se inseriu nesse contexto político, imprimindo marcas na leitura que contemporâneos, e posteriormente historiadores, realizaram de Seabra. No interior desse surto podemos destacar os discursos, as moções, os *Centros Cívicos J. J. Seabra* - entidades criadas para cultuar a memória do político - a criação de uma estátua na Praça da Inglaterra em 1949, a criação de um hino cívico em 1955 (ver anexo) onde eram destacadas as idéias de liberdade, honestidade e democracia, até mesmo a idéia de instituir um feriado estadual (o Dia de Seabra). Em várias cidades do interior baiano, ruas foram batizadas com o nome do político.

⁴³¹ Sobre esse ponto ver SILVA, Paulo Santos. A volta do jogo democrático. Bahia, 1945. Salvador, Assembléia Legislativa, 1992.

Entendemos que a defesa de um ideal democrático por parte de J. J. Seabra nos últimos anos de vida, em oposição ao período getulista, constituiu o viés ideológico presente nessas "criações memorialísticas".

FONTES

1. Imprensa da época

1.1-Jornais:

Jornal de Notícias (1911 - 1915)
 Diário da Bahia (1911 - 1913)
 Diário de Notícias (BA) (1911 - 1913)
 Gazeta do Povo (1911 - 1912)
 A Tarde (1942)
 A Ordem (Cachoeira-Ba) (1912)
 O Paiz (RJ) (1912)
 Correio da Manhã (RJ)- (jan a fev de 1912)

1.2-Revistas:

Careta (RJ)- jan a dez de 1912 / out. a dez de 1911
 O Malho (RJ)- (jan./ fev. 1912)
 FON-FON (RJ)- abr a set de 1912 / jan a mar de 1913 / out a dez de 1913

1.3-Documentos da época:

- Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Assembléia Geral do Estado Federado da Bahia. Salvador, Seção Legislativa, livro 312, 1912, Arquivo Público do Estado da Bahia.

- Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra, a 29 de março de 1916, o Governador da Bahia ao seu sucessor o Exm. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1916.

2-Bibliografia:

2.1-Obras sobre Seabra e a Bahia:

- AIRES, Jaime Junqueira.** Seabra, líder autonomista. In A Tarde, Salvador, 3/09/1955, p.01.
- ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de.** A Bahia e os seus Governadores da República. Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- BARROS, Francisco Borges de.** Dr. J.J. Seabra, sua vida, sua obra na República. Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- CARNEIRO, Nelson.** Punhados de Vida. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.
- CARVALHO FILHO, Aloysio.** Seabra. Discurso, Bahia, 1944, s/ed.
- _____. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador nº 82.
- MAGALHÃES, Rejane Mendes M. de Almeida.** Rui Barbosa na Vila Maria Augusta. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós.** Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira.** Alguns aspectos do primeiro governo de Seabra (1912 - 1916). In Revista da Academia de Letras da Bahia, nº42, mar., Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1996, p. 175-187.
- OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA.** Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, vol. XIX, tomo III, 1956.

- PANG, Eul-Soo.** Coronelismo e Oligarquias (1889 - 1943). A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, trad. Vera Teixeira Soares, 1979.
- PRESÍDIO, Joel.** "Seabra, o estadista ímpar da República". Discurso, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1948.
- SÁ, José de.** O Bombardeio de Salvador e seus efeitos. Bahia, Oficina do Diário da Bahia, 1918.
- SAMPAIO, Consuelo Novais.** Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma política de acomodação. Bahia, Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, nº10, 1978.
- SAMPAIO, Nelson de Souza.** O Diálogo Democrático na Bahia. Revista Brasileira Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1960.
- SANTOS, José Weliton Aragão dos.** Formação da grande Imprensa na Bahia. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais apresentada à Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva.** Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão. Dissertação apresentada em Ciências Humanas na Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1973.
-
- Sobrevivência e tensões sociais: Salvador, 1890-1930. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1982 (mimeo).
-
- Habitação em Salvador: fatos e mitos. In Imagens da cidade: séculos XIX e XX. BRESCIANI, Maria Stella (Org.). Marco Zero/ ANPUH/ São Paulo, 1994, p. 93 - 110.
- SILVA, Paulo Santos.** A volta do jogo democrático. Salvador, Assembléia Legislativa, 1992.

- TAVARES, Luis Henrique Dias.** História da Bahia. Salvador, Editora Itapuã, 4ªed., 1969.
- TEIXEIRA, Cid.** As Oligarquias na Política baiana. In LINS, Wilson et alli. Coronéis e Oligarquias. Salvador, Ianamá Editora, 1988, p.29-59.
- UZEDA, Jorge Almeida.** A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890 - 1930). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. FFCH/UFBA, 1992.
- VEIGA, Cláudio.** Baianos na mira de Olavo Bilac. In A Tarde, Salvador, 17 jan. 1998, p. 3.
- VIANA, Hildegardes.** A propósito do Bombardeio e do seu folclore. In Revista do IGHB, Salvador, nº80, 1956, p.215-224.
- VIANA FILHO, Luis.** A vida de Rui Barbosa. 11ªed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

2.2- Bibliografia geral:

- ABRANCHES, Dunshee de.** Como se faziam presidentes. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, vol. 160, 1973.
- BEIGUELMAN, Paula.** Pequenos estudos de ciência política. São Paulo, Editora Centro Universitário, vol. 1.
- BELLO, José Maria.** História da República (1889 - 1954). 6ªed., São Paulo, Ed. Nacional, 1972.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto.** Textos Políticos da História do Brasil. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas, vol.3, 1996.
- BORGES, Vavy Pacheco.** Tenentismo e Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- CALMON, Pedro.** História do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2ªed., vol.VI, 1963.

- CARONE, Edgard. A República Velha (evolução política). São Paulo, Difel, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, vol.2, 1977.
- _____. Militares e Civis: um debate além da Constituinte. Cadernos de Conjuntura, IUPERJ, Rio de Janeiro nº 10, agosto, 1987.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. 8ªed., Rio de Janeiro, Globo, 1989.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ªed., São Paulo, Editora da USP, 1995.
- FONSECA FILHO, Hermes. Marechal Hermes. Dados para uma biografia. Rio de Janeiro, Ed. Pongetti, 1961.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigues Alves: o apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, vol.2, 1973.
- GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In Estudos Históricos, Vértice, Rio de Janeiro, vol.2, nº4, 1989, p.244-280.
- GOMES, Angela de Castro. A Política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In NOVAIS, Fernando A . (Coor.geral), SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. volume). História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, vol. 4, p. 490 - 557.
- IGLÉSIAS, Francisco. República, 1889 / 1989. In Revista do Departamento de História, 100 anos de República. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG/Cnpq, nº10, 1990, p. 4 - 16.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os Subversivos da República. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- KEITH, Henry Hunt.** Soldados Salvadores: as revoltas militares brasileiras de 1922 e 1924 em perspectiva histórica. Trad. de Antonio Patriota. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1989.
- LEWIN, Linda.** Política e Parentela na Paraíba. São Paulo, Record, 1993.
- LOVE, Joseph.** O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In FAUSTO, B. (org.). História Geral da Civilização Brasileira, 4ªed., Difel, vol. 3. Tomo I, 1985.
- MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes.** O Mecanismo das "Comissões Verificadoras" de Poderes (Estabilidade e Dominação Política, 1894 - 1930).Dissertação de Mestrado, Brasília, UnB, 1986.
- MELLO, Osvaldo T. de Albuquerque.** A Política do meu tempo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo.** As Salvações Nacionais: o caso do Ceará (1912 - 1914). Dissertação de Mestrado apresentada em História, Brasília, UnB, 1984.
- NEEDELL, Jeffrey D.** Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. trad. Celso Nogueira. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- PERISSINOTTO, Renato M.** Classes dominantes e hegemonia na Primeira República. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de.** Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação (1893 - 1897). São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RAGO, Luzia Margareth.** Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890 - 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ªed., 1985.
- SAES, Décio.** O Civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República Brasileira. Dissertação de Mestrado,

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Unicamp, 1971.

SILVA, Hélio. O Primeiro Século da República. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

SILVA, Marcos A . da. Caricata República. São Paulo, Marco Zero.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. São Paulo, Difel, 1972, p. 162-226.

VESENTINI, Carlos A . A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo, HUCITEC/USP, 1997.

ANEXOS

HINO CÍVICO À J. J. SEABRA

O Bravo Dr. Seabra!
Defensor da liberdade
Foi grande amigo do Povo
Protetor da Mocidade.

Bendito seja o seu nome
Glórias à sua memória
Dois padrões de honestidade
Brilhando, agora, na história.

Filho da velha Bahia
Tornou-se um bom lutador
Lutou pelo seu progresso
Deu-lhe todo o seu amor.

Notável chefe de Estado
Sincero e trabalhador
Largou por onde passou
Vestígios do seu valor!

Político extraordinário
Democrata intransigente
Ele honrou a sua pátria
Ele honrou a sua gente.

Tendo sempre as suas mãos vazias
Morreu vendo a terra cheia...
Porque não quis ficar rico
Pegando na prata alheia!

Parlamentar fervoroso
Tribuno das multidões!
Deixou exemplos augustos
Às futuras gerações.

(Música de Waldemar da Paixão / versos de Cosme de Farias,
Salvador, 21/08/1955)

CHARGE 01

A SITUAÇÃO BAHIANA: O NOVO CANUDOS



Zé Povão. — *Sen. Seabra!* Lá está preparado um novo Canudos, mas d'esta vez de pura politicagem contra o povo e contra a Constituição! Essa convocação do Congresso Estadual para Jequié, para aquelle esconderijo de serião, não significa outra coisa e é o attentado mais audaz e mais cynico que se tem visto! O odio pessoal e o despeito civilista deram-se mãos para armarem aquella bastilha!

Seabra. — Entretanto, com este passaporte e por força do livro sagrado em que me apoio, eu estou disposto a ir até o fim, para libertar a Bahia das garras que lhe têm estrangulado o progresso!

Zé Povão. — Pois vá! E deixe o seu dever; conte com o meu apoio, para varrer a jagunçada d'aquelle novo Canudos!

A duplicata do Legislativo baiano retratada pela revista *hermista*. A situação baiana: o novo Canudos. O Malho, 13/01/12. (Biblioteca Nacional)

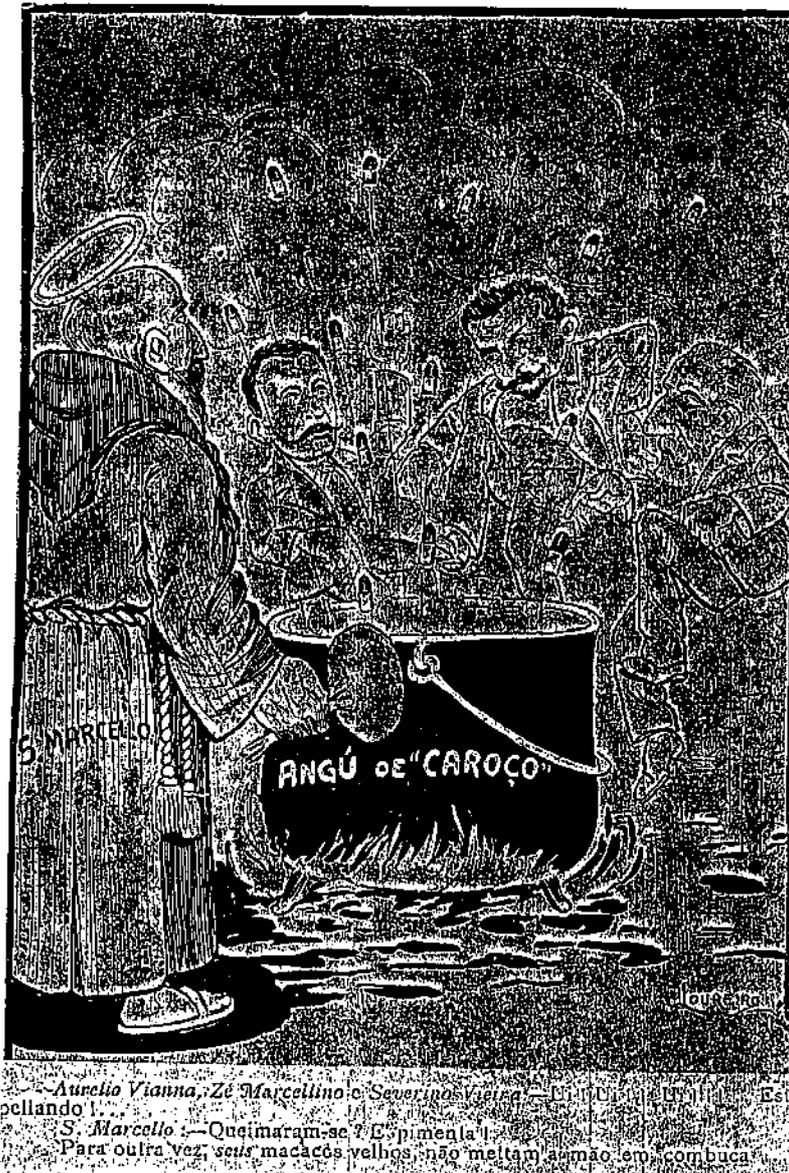
CHARGE 02



Meia In Velha: - Socorro contra os causadores desse barulho! Socorro contra os que, inimigos, tres vezes se obdecem a sentença do juiz federal, responderam que só a Bahia
de Marcelino: - Perna pra que vos queiro? - Jaramagã! Quando S. Marcelino foi terra pra feijões! Ze - Bonito! Puzeram fogo no palácio e azularam a mesa. Algrazaria! O Malho:
- Desespero de causas... Mas o que que, mais herdou? fo o que accriou na panela? entornando-lhes o café.

Sobre o tal Bombardeio da Bahia. O Malho, 20/01/12. (Biblioteca Nacional)

CHARGE 03



Os ex-governadores José Marcelino e Severino Vieira e o governador em 1912, Aurélio Viana. Na Bahia: os "milagres" de São Marcelo. O Malho, 20/01/12. (Biblioteca Nacional)

CHARGE 04



Nessa charge, o desrespeito ao governo federal na Bahia é associado ao temporal. O Malho, 20/01/12. (Biblioteca Nacional)

OS SALVADORES DA PATRIA



“Sempre que qualquer facto zonzonal da politica vem perturbar a monotonia do nosso povo essencialmente... grevista, irrompe furiosa ou verborbacia demagogica, em ensurdecadora o astoril eloquencia. E os patrioteiros surgem em todas as esquinas e nas mesas dos restaurantes, a segurarem-nos pelo paletot e a quererem convencer-nos de que... não é uma anarquia!”

“Os jornalecos e caçanikeis, que afinam a populo pelo com metalico dos testes, derramam binteiros de artigos furiosos, estatutos de inconscientes, redactorezinhos de meia laranja, imberbos e clarificos, assumem ppppppp de jultes, e em esgaras de pintos calçados aconselham e criticam os velhos e experientes pais da patria...”



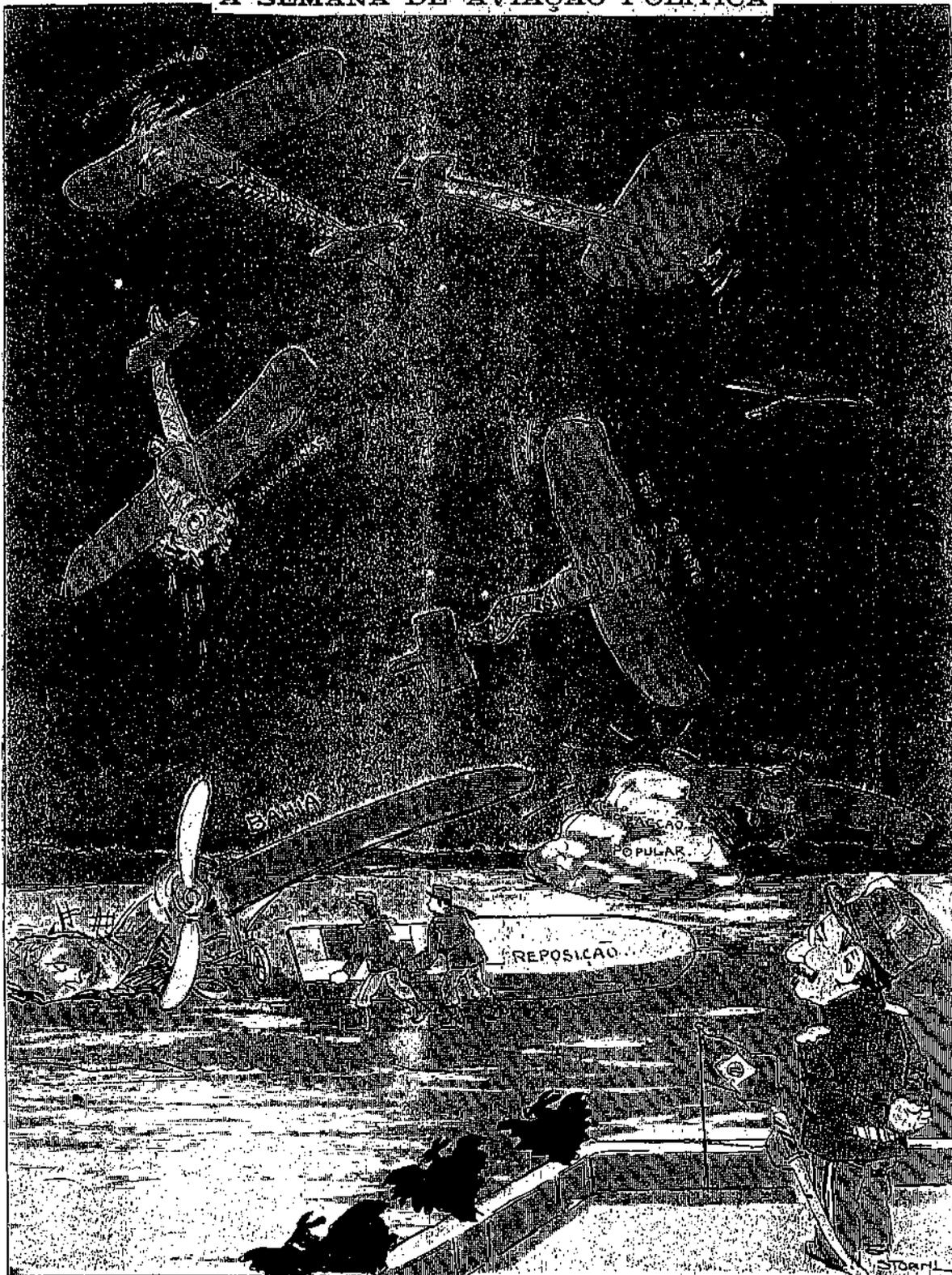
Até que essa onda de lama, que tudo pretende arrastar na sua podridão, encontra a consagração no eminente conselheiro Ruy Barbosa, repositório eterno e falido de todas as paixões e ideais mal contidos. É o genial *photographo* repete o descreve em phrases bonorase retumbantes a hecatombe que vai por esse Brazil todo.



São esses patriotas que não trepidam em inventar chagas e defeitos para nos, descreditar ante o estrangeiro, patriotas que bom mercariam ser exportados para Marrocos ou Tripolitania. Mas os estrangeiros, que se fingem espantados, que olham para as suas nações, onde se fuzilam grevistas em massa e se assalta o alheio à mão armada.

Nós aqui passaremos muito bem sem esses patrioteiros e sem esses estrangeiros turbulentos. E quanto ao caso da Bahia, fôco fecundo de toda essa algazarra e fanfarronada de meia duzia de idiotas, a prova de que a coisa não foi tão feia como se pintou é a satisfação da Mulata Velha, por se ver em paz e garantida contra a horda de sicarios que a infestavam.

A SEMANA DE AVIAÇÃO POLITICA



Hermann. — Eis o aspecto do céu brasileiro, com o conjunto dos aeroplânos ou planos das instituições, que se disputam a primazia na estabilidade e altura da política nacional. Alguns, ha que já conseguiram esse desideratum, outros lutam com a inclemencia das correntes partidarias, e outros esbarram contra o bloco da opinião publica. Mandeí repór outra aza no da Bahia e espero, dentro de pouco tempo, que todos veem serenamente, porque estou farto de ver tanto aviador aterrado.

CHARGE 07



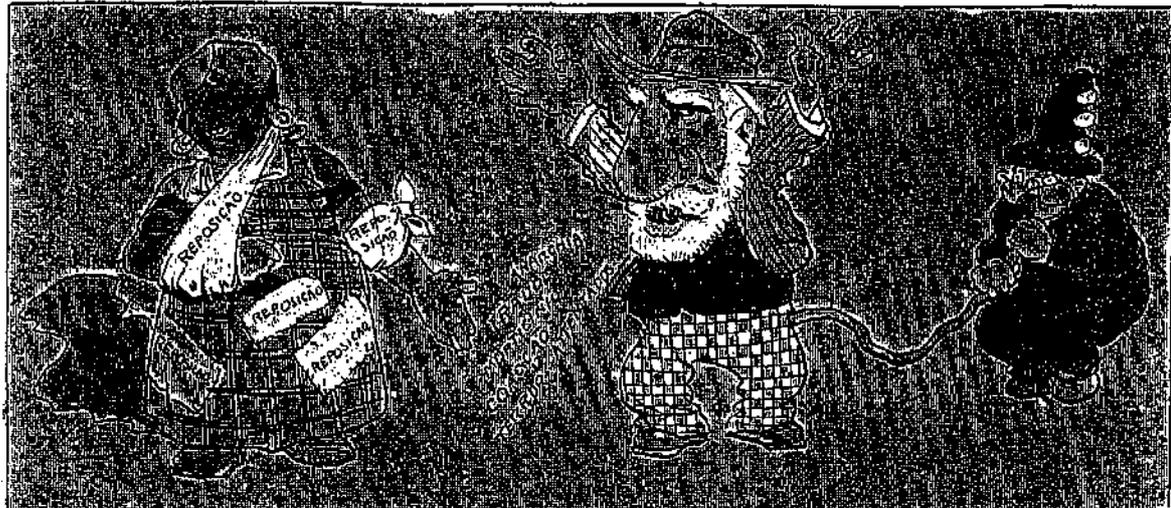
A "mulata velha" depois da moléstia: em franca convalescença. Revista Careta, 03/02/12.

CHARGE 08



Protestos pelo ataque à imprensa. O Malho, 03/02/12. (Biblioteca Nacional)

CHARGE 09



A situação da Bahia está normalizada, e estaria lá mais tempo se não fossem umas 'repostões' por demais constitucionais e de efeito negativo... Cada vez mais nos convencemos de que a nossa Constituição é uma nota e só tem servido para complicar todos os casos críticos da nossa política interna!

Apurados os fatos com serenidade, vê-se que não houve na Bahia a decima parte de tudo quanto se tem dito, e a balbúrdia insultada pelo otimismo 'berneino' só visou atrapalhar o facto do Governo.



Cada vez que o Aurelio Vianna era repostado começavam os conflitos, e cada vez que era deposto serenavam os ânimos... Visto isso, o presidente 'redeposito' resolveu depor-se definitivamente e ao som da 'Marselhesa', e coberto pela bandeira do consulado francez, assignou a renuncia sem coacção, abençoado por todo o povo bahiano e pelo arcebispo local.



Assim, o Marechal Presidente pôde escapar, são e salvo, da tormenta que por muitos dias o atormentou. O general Espasiano nada terá que repor e só lhe restará respeitar a vontade popular, que em tudo isto foi quem definiu a situação.

O Governo dispõe... E o povo dispõe... O Malho, 03/02/12. (Biblioteca Nacional)

CHARGE 10



Republica : — Então, seu freguez : não vai um pouco d'este bacalhausinho ? Olhe que estamos na quaresma.
Zé Povo : — Ora, essa ! Pois se o Carnaval é em Abril . . . Mas . . . só tens bacalhau d'essa qualidade.
Republica : — Só . . . Ou por outra : é o melhor que tenho.
Zé Povo : — Hum ! . . . Está livre de uma penhora . . . Eu prefiro continuar no regimen do jejum absoluto, em que
vegaw. Esse bacalhau estraga-me o olfacto e põe-me o estomago em pandarécos . . . Matar-me-in-mesmo, se eu cahisse na
esparrella de entrar nelle . . . Sarna p'ra me coçar já-me não falta ! (*grave e paternalmente*) E tu, minha filha, toma cuidado !
Olha que só o lidar muito com isso infecciona e mata !

As Salvações, a República e Zé Povo. Quaresma Política. O Malho, 24/02/12. (Biblioteca Nacional)

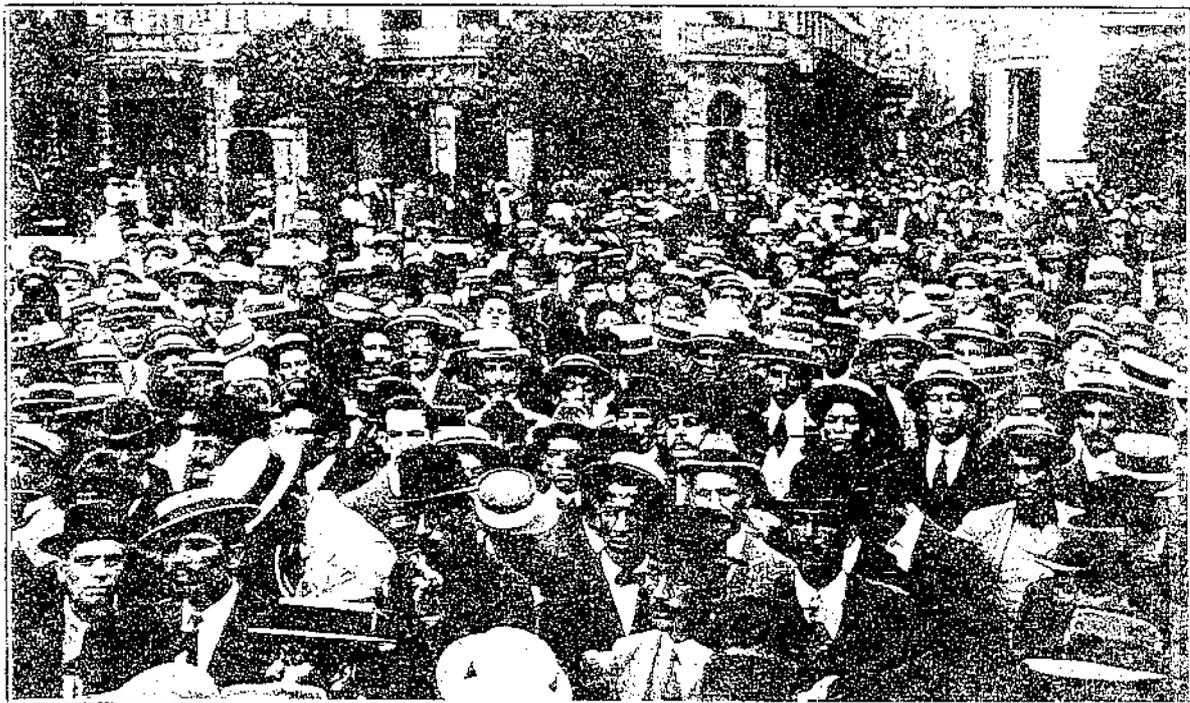


O Palácio das Mercês, incendiado pelas granadas de S. Marcello e Barbalho.

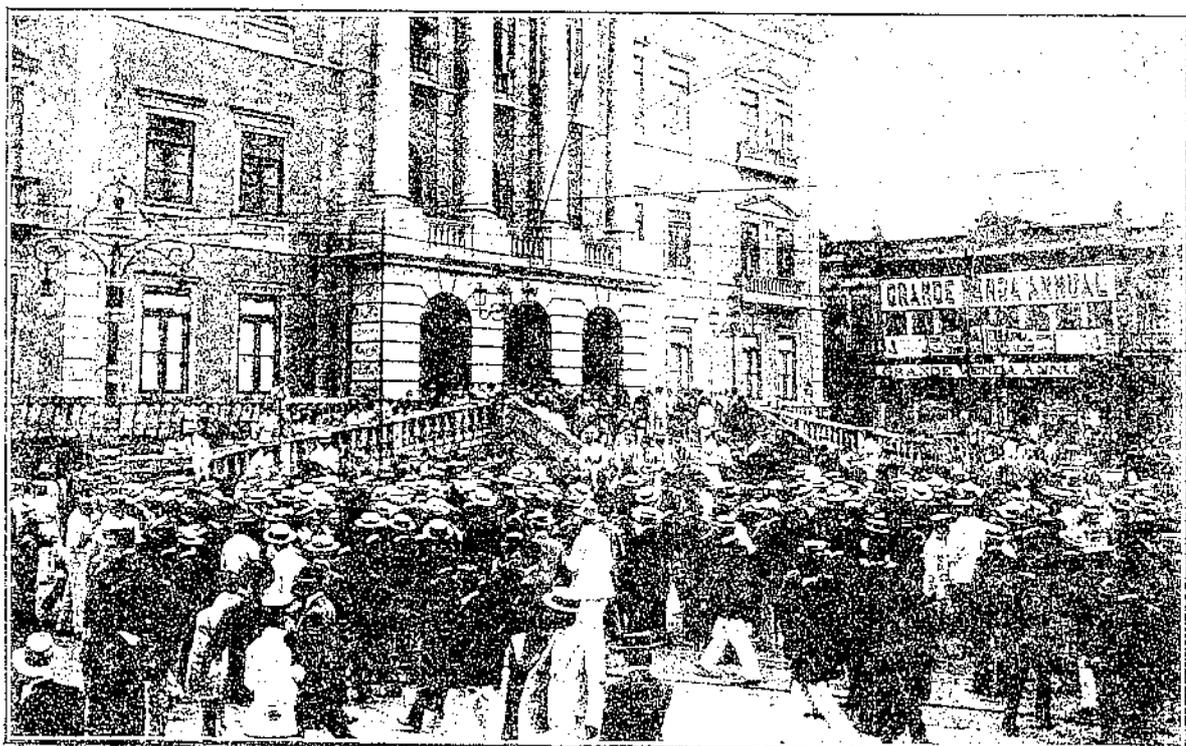


O forte de S. Marcello, que bombardeou S. Salvador

In Revista Careta, 20/01/12.



Comício de protesto no Largo de São Francisco



A polícia atacando o povo, no Largo de São Francisco

In Revista Careta, 13/01/12.

QUARESMA, Mônica dos Santos. *The Salvationist in Bahia: the political and the politics on J. J. Seabra (1912 - 1916)*. Campinas, 1999. 213p. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ABSTRACT

During the old Republic, in special between 1910 to 1914, the states had, for several times to face the federal intervention. In this confuse period the relations between the states and federal government the brasilian historiography called it "National Salvations". It had the objective to conceive of the oligarchical groups that were settled in the governments and substitute then by the salvationist governments, military in most of the time. In Bahia the salvationist , theme of this reserch, happened during the period when J. J. Seabra was the network of roads Minister and candidate to the government. But in Bahia the salvationist project was na exection among the states that had interventions too, because it wasn't antioligarchy and lither a simple alternation of groups in states government, it was one of the most violent, and began in 10/01/12 when Salvador had contingent military ocupation. Another particularity in this case was that the oligarchical reaction, the return of elites, deposed by salvations didn't happened in Bahia. It was a result of the form how was configured the states government of J. J. Seabra elected immediately after the intervention. This reserch had na objective to discuss the salvacionism in Bahia, its principal repercussions, and part of the bombardment of 1912, memory associated to Seabra's government (1912 to 1916).